

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGADM**

**RODOLPHO EMERSON SILVA DE VASCONCELLOS**

**A DISSEMINAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DE MANAUS**

**VITÓRIA – ES  
2011**



**RODOLPHO EMERSON SILVA DE VASCONCELLOS**

**A DISSEMINAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA NO BRASIL: O CASO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre.  
ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardo Roberto Behr

**VITÓRIA – ES  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

V331d Vasconcellos, Rodolpho Emerson Silva de, 1984-  
A disseminação das políticas públicas locais de economia  
solidária no Brasil : o caso de Manaus / Rodolpho Emerson Silva  
de Vasconcellos. – 2011.  
117 f. : il.

Orientador: Ricardo Roberto Behr.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Políticas públicas. 2. Economia solidária. 3. Administração  
- Participação dos empregados. I. Behr, Ricardo Roberto. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO



Programa de  
Pós-graduação  
em Administração  
UFES

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Programa de Pós - Graduação em Administração  
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário  
CEP. 29075.910-ES-Brasil-Telefax (27) 3335.7712  
E-Mail [ppgadm@gmail.com](mailto:ppgadm@gmail.com)  
[www.ppgadm.ufes.br](http://www.ppgadm.ufes.br)


### **"A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: O Caso de Manaus."**

**Rodolpho Émerson Silva de Vasconcellos**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.*

**Aprovada em 25 de março de 2011.**

#### COMISSÃO EXAMINADORA

  
Professor(a) Dr(a). Ricardo Roberto Behr  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr(a). Celson Silva Junquillo  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr(a). Maurício Abdalla Guerrieri  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr(a) Valdir Machado Valadão Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um momento importante; especialmente após as conquistas. Seguindo a linha de raciocínio desta pesquisa, digo que a conclusão desta dissertação de mestrado foi fruto da conjugação de diversos fatores que me influenciam durante toda a vida. Alguns deles – os mais importantes – elencarei aqui.

Ao elemento extraterreno, em que me orgulho em crer, fica meu primeiro agradecimento. Deus. Essa é a fonte da minha vitória.

Minha mãe, minha força e paixão, é a principal influenciadora de todas as minhas ações. A ela meu agradecimento por tudo isso.

A minha esposa Renata Ribeiro, que me apoiou nessa empreitada quando ainda éramos apenas namorados.

Ao meu orientador, o pós-Doutor Ricardo Behr, que me influenciou a buscar conhecer a abordagem crítica em administração. Cumpre destacar que a escolha por trilhar pelos estudos críticos não foi um mero protocolo acadêmico, mas resultado de um encantamento pela temática. As leituras foram determinantes, mas não posso deixar de elencar a postura crítico-reflexiva do meu orientador diante das questões que envolviam o ensino e a universidade como fator influenciador dessa decisão.

Ainda no âmbito da universidade agradeço aos colegas de mestrado e amigos. Para representá-los elenco: Flávia Salles, Daniel Lanna, Daniele Baldner e Alcy Martins.

Ao meu amigo e também acadêmico Rafael Mariano, agradeço pela amizade desses vários anos e companhia nas reflexões acadêmicas.

Agradeço também à secretária do Mestrado em Administração da UFES – senhora Belkiss Costa de Araújo – também pela solicitude e carinho a mim dispensados durante todo o mestrado.

Aos professores Gelson Junquillo e Maurício Abdalla por suas sugestões e críticas, altamente construtivas e pertinentes, durante a qualificação de mestrado. A todos os outros professores do Mestrado em Administração da UFES também fica o meu agradecimento.

À professora Marta Farah, que me encaminhou alguns artigos que me ajudaram a mapear o referencial teórico utilizado na dissertação.

Agradeço ao colega de trabalho Wilson Nascimento Teodoro, meu professor da “matéria” Amazônia.

Por fim, agradeço aos entrevistados – Profa. Heloísa Helena e Luiz Gonzaga – que me ajudaram a entender o que é e como funciona a economia solidária em Manaus.

Comece por fazer o que é necessário, depois o que é possível e, de repente, estará a fazer o impossível.

Francisco de Assis

## RESUMO

O modelo econômico (liberal) capitalista, ora vigente e hegemônico, é marcado por incoerências estruturais que são causa ou consequência de fenômenos sociais como pobreza, marginalização, desigualdade, exclusão, precarização do trabalho, conformismo e alienação. Tais mazelas se dão devido às características intrínsecas do modelo capitalista de produção e acumulação. Em meio às adversidades já citadas, os excluídos desse sistema vêm apresentando um modelo de produção e gestão diferente, em suas bases, do modelo capitalista. Trata-se de um movimento de geração de renda e emprego alternativo às idéias liberais, que é chamado no Brasil de economia solidária. Suas características mais elementares são a autogestão dos empreendimentos produtivos, a propriedade coletiva ou associada do capital e o repúdio à relação assalariada de produção. Por sua vez, o Estado – responsável por idealizar e instaurar políticas públicas que combatam os efeitos colaterais do modelo em crise – vem abraçando a idéia dos empreendimentos de economia solidária, principalmente visando à minimização da pobreza e do desemprego. Esta pesquisa busca entender como se opera a disseminação de políticas públicas de economia solidária no Brasil em contexto subnacional. A escolha do caso de Manaus se deu pela assunção de que o fator proximidade a outros municípios que implantaram políticas de economia solidária não explicaria a sua implantação na capital manauara. Os fatores que, de fato, explicam a difusão serão elucidados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Políticas públicas; economia solidária; administração - participação dos empregados.



## **ABSTRACT**

The capitalist (liberal) economic model – nowadays in force and dominant – is filled by structural incoherences which are cause or consequence of social phenomena as poverty, marginalization, inequality, debarment, precarization of work conditions, conformism and alienation. These symptoms emerge due to intrinsic characteristics of capitalist production and accumulation model. Surrounded by said adversities, the ones excluded from hegemonic economic system present an alternative model of production and management. It refers to a job and income creation movement alternative to liberal ideas, which is called in Brazil as solidarity economy. It's inner main characteristics are ventures' self-management, collective or associated ownership of means of production and denial of salaried production relations. In it's turn, the State – responsible to idealize and implement public policies aiming to combat the side effects of the in-crisis model – has recently approached solidarity economy ideals, mainly in order to reduce poverty and unemployment. This research seeks to understand how diffusion of solidarity economy public policies works in Brazilian sub-national context. Aims to answer the question: what are the determinants for diffusion? Manaus' case will be studied because of it's geographical distance of other cities which have implemented said kind of policy. The factors indeed responsible for diffusion will be shown in this research.

Keywords: Public policies; solidarity economy; self-management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados e municípios que adotam políticas de Economia Solidária e que fazem parte da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.....	34
Figura 2 – Organograma da Prefeitura de Manaus.....	68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estados e municípios membros da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em agosto de 2007, classificados por partidos.....	34
Quadro 2 – Administrações da prefeitura de Manaus nos últimos anos.....	55
Quadro 3 – Trajetória Política de Amazonino Mendes.....	56
Quadro 4 – Secretários do Trabalho e Emprego da prefeitura de Manaus nos últimos anos.....	64
Quadro 5 – Desconcentração administrativa da prefeitura de Manaus.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativista Internacional  
ADL – Agência de Desenvolvimento Local  
APL – Arranjos Produtivos Locais  
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão  
CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CP – Centro Público de Economia Solidária  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DES – Divisão de Economia Solidária  
DDET – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho  
DDT – Departamento de Desenvolvimento para o Trabalho  
EAFs – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária  
ECOSOL – Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário  
EDC – Economia de Comunhão  
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários  
EAF – Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento  
FAES – Fórum Amazonense de Economia Solidária  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FGV-EAESP – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OP – Orçamento Participativo  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PIM – Pólo Industrial de Manaus  
PO – Pastoral Operária  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMM – Prefeitura Municipal de Manaus  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual  
PPR – Partido Progressista Reformador  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SEMDEL – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local  
SEMTRA – Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda  
SEMTRAD – Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social  
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida  
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
SDS – Social Democracia Sindical  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TRE/AM – Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UNISOL Brasil – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil  
UNITRABALHO – Fundação interuniversitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas  
USP – Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>17</b>
1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
1.2.1 A Economia Solidária poderá transformar o capitalismo? .....	24
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDARIA: UMA CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA ..	30
1.3.1 Justificativa da dissertação.....	32
<b>CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>37</b>
2.1 LITERATURA SOBRE DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	37
2.2 ESTADO DA ARTE DO TEMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ES NO BRASIL .....	44
<b>CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>46</b>
3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E TRAJETÓRIA DE PESQUISA.....	46
3.2 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	47
3.2.1 Participantes.....	48
3.2.2 Instrumento.....	49
3.2.3 Tratamento e análise dos dados.....	50
<b>CAPÍTULO 4 - A CIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>52</b>
4.1 HISTÓRIA, ECONOMIA E ALGUNS TRAÇOS CARACTERÍSTICOS ATUAIS DA CIDADE.....	52
4.2. POLÍTICA.....	54
4.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MANAUS.....	58
4.4. A PRIMEIRA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE MANAUS.	63
4.5. A SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMTRAD.	67
4.6. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CIDADE DE MANAUS.....	70
<b>CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO.....</b>	<b>77</b>
5.1 FATORES QUE INFLUENCIARAM A DISSEMINAÇÃO DE PROGRAMAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE MANAUS.....	77
5.1.1 Existência de um problema comum a diferentes localidades.....	77
5.1.2 Estrutura institucional.....	78
5.1.3 Percepção do problema: a influência dos atores sociais na agenda governamental e de decisão local.....	81
5.1.4 Características intrínsecas da política pública – sua capacidade de resolver problemas.....	86
5.1.5 Acesso à informação.....	90
5.1.5.1 Aproximação a outras cidades implantadoras.....	91
5.1.5.2 Fóruns, conferências, seminários e redes.....	93
5.1.6 Incentivos políticos.....	95
5.1.7 Incentivos financeiros.....	98
5.1.8 Características estruturais da localidade receptora .....	99
5.1.9 Ideologia.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

Pobreza, marginalização, desigualdade, exclusão, exploração e precarização do trabalho, alienação<sup>1</sup> e conformismo são palavras de ordem no mundo globalizado. Algumas delas são causa, outras a consequência de um modelo econômico em crise – o modelo (liberal) capitalista.

Milton Santos desenha em um breve parágrafo as perversidades que se tornaram comuns neste mundo globalizado:

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, p. 19-20).

Tais mazelas se dão devido às características intrínsecas do modelo capitalista de produção e acumulação – o trabalho assalariado, a extração da mais-valia, a busca inesgotável por acumulação de riqueza. Trata-se de um modelo polarizador: um pólo ganha cada vez mais acesso às benesses do capital acumulado, enquanto o outro pólo, que se torna cada vez maior com o avanço do capitalismo, amarga os desprazeres de viver excluído do sistema.

Maurício Abdalla (2002) desvenda que ainda mais na raiz desse modelo está uma racionalidade burguesa que sustenta a sociedade atual. Trata-se de uma racionalidade que tem como eixo fundamental a “troca competitiva”, que introduz nas relações humanas uma necessidade última de geração de vantagens unilaterais, apontando para a troca como *mediação* para a obtenção daquilo que o indivíduo está interessado. É a troca em busca de um *retorno*, de ganho individual. Preteriu-se a “troca complementar”, que tem como eixo o princípio da cooperação, em que todos ganham.

---

<sup>1</sup> “O uso recorrente do termo [alienação] designa, freqüentemente, em forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p.20).

O interessante é que apesar de quase totalidade desta geração assumir que o modelo capitalista é o que mais assegura a satisfação plena das necessidades do ser ou que “não há alternativa” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.24; SINGER, 2002a), existem indícios de que haja, no mínimo, um câncer social emergindo no seio desse modelo, como se pode observar a partir das palavras que iniciaram esta dissertação. O pior é que quanto mais se avança na manutenção do modelo hegemônico, mais esse câncer se dissemina.

Nesta dissertação falaremos de disseminação. Mas não a disseminação das mazelas do sistema capitalista. Trataremos da disseminação de um movimento contrário. Ou melhor dizendo, trataremos da disseminação de políticas públicas que combatem cada um dos itens elencados como causas e conseqüências do modelo econômico ora vigente.

Esta dissertação, em uma perspectiva política crítica à sociedade capitalista e aos meios de gestão e produção inerentes a ela, fará alusão a um movimento de geração de renda e emprego alternativo, em suas práxis de produção, às práxis liberais (modelo burguês de produção): os empreendimentos de economia solidária ou empreendimentos econômicos solidários (EES)<sup>2</sup>. Buscaremos entender como o poder público local passa a assumir tais empreendimentos como via de acesso a uma sociedade mais justa. Dito de outra forma, o que buscamos entender é: como se disseminam as políticas públicas locais de economia solidária?

Visando atingir o objetivo a que nos propusemos, seguiremos o seguinte roteiro. Primeiramente caracterizaremos economia solidária e políticas públicas, bem como abordaremos a grande valia dos empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as) no alcance dos objetivos do poder público local de minimização da pobreza e do desemprego.

---

<sup>2</sup> Em um primeiro momento, os EES são diferentes em suas práxis de produção do modelo de produção capitalista. Mas pode-se dizer que, em um segundo momento, eles podem, inclusive, servir de modelo alternativo para as idéias capitalistas liberais como um todo. Deixando, assim, de ser somente um “modo alternativo de produção” e passando a indicar um modo de vida e sociabilidade diferente, mais isonômico, mais solidário, que possa se disseminar pela sociedade. Trata-se, sim, de uma utopia. Mas não no sentido pejorativo que o termo atualmente ganhou - de mera ilusão. A raiz da palavra “utopia”, que vem do grego, indica que o termo quer dizer não localizado. Adotar um posicionamento utópico significa vislumbrar uma realidade que transcenda o já localizado (ABDALLA, 2002). Assim, utopia aponta para algo ainda não atingido, mas não para algo inatingível.

No segundo e terceiro capítulos disponibilizaremos o “esqueleto” daquilo que confere caráter acadêmico a esta dissertação. Demonstraremos respectivamente o referencial teórico e os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Posteriormente, no quarto capítulo, descreveremos alguns aspectos julgados relevantes para a dissertação com respeito ao lócus de estudo – Manaus, capital do estado do Amazonas – e sobre o programa municipal de economia solidária.

No quinto capítulo avaliaremos o cerne da questão: demonstraremos quais foram os fatores que desencadearam a implantação de políticas públicas locais de economia solidária no caso de Manaus.

Logo adiante, teceremos as conclusões abstraídas a partir da condução pesquisa e, finalmente, apresentaremos as referências bibliográficas utilizadas na dissertação.



## CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

### A ECONOMIA SOLIDÁRIA

É fácil perceber que a globalização e o modelo de acumulação capitalista já são suficientemente criticados nestas e em outras linhas. Já se sabe que a economia de mercado busca o máximo benefício econômico (lucro), serve a uma minoria privilegiada e exclui uma grande parte da humanidade. No entanto, não houve na história um modelo anti-hegemônico apresentado empiricamente que fosse viável (adequado à realidade da época) e que se tenha mantido sustentável ao longo do tempo.

Todavia, dadas as mazelas do sistema hegemônico e a urgência em se restabelecer uma vida digna aos excluídos do sistema, houve recentemente uma retomada, pelos próprios marginalizados, de práticas autogestionárias e de um ideal de solidariedade<sup>3</sup> em alguns empreendimentos econômicos. Movimento este que no Brasil e na América Latina passou a se chamar Economia Solidária.

Definir Economia Solidária é tarefa “complexa”. O uso do forte adjetivo enfatizante não é indevido. Alguns autores como Singer (2000 e 2005) acreditam que o conceito de Economia Solidária ainda está em construção. Para deixar ainda mais difícil a tarefa de delimitação pacífica da terminologia, o conceito de Economia Solidária é, muitas vezes, imprecisamente ligado a conceitos correlatos como Economia Popular, Economia Social, Economia de Comunhão, Cooperativismo, entre outros.

Não nos caberá aqui diferenciar a fundo cada um desses conceitos, até porque muitos deles se fundem na visão de alguns autores (como será exemplificado logo adiante). O artigo de Martins, Crucial e Araújo (2006), por exemplo, nos ensina a distinção entre Economia de Comunhão (EdC) e a Economia Solidária (ES). Para os autores a EdC é uma filosofia empresarial específica que nasceu no Brasil em 1991, sendo idealizada por uma italiana chamada Chiara Lubich. Chiara criou um “modo

---

<sup>3</sup> Não se trata de solidariedade apenas como código ético de conduta. Tem mais a ver com uma conscientização de cada envolvido é dono do processo de produção e que ele tem que contribuir para que esta produção ocorra da melhor maneira possível. Gerando resultados que serão divididos por todos os integrantes do grupo, inclusive por ele próprio.

de gestão, onde as relações internas e externas se dão de modo a atuar a partilha, a ética e o respeito frente aos agentes relacionados à empresa”. Ao fim de seu artigo e da rica distinção de cada um dos projetos de empreendimentos, os autores concluem que, apesar da singularidade e especificidade dos termos, a partir a visão de Singer (2005) “seria possível afirmar que a EdC estaria inserida no contexto da ES, dada à liberdade ao conceito de ES que o autor propõe” (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2006, p.11).

No tocante a economia popular, Icaza e Tiriba dão a seguinte definição:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvida pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tantos materiais como imateriais [...] (ICAZA; TIRIBA, 2003, p.101, grifo nosso).

Na visão desses autores podem-se incluir no rol de economia popular os mutirões; os clubes de troca; o revezamento para cuidar das crianças enquanto os pais estão trabalhando; a organização, pela associação de moradores, de cursos de formação profissional; e outros (ICAZA; TIRIBA, 2003).

Icaza e Tiriba (2003) lembram ainda que a partir das duas últimas décadas do século XX o termo economia popular vem sendo utilizado – de uma maneira geral – para fazer referência àqueles que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho assalariado ou que complementam sua renda trabalhando por conta própria (de maneira individual ou associativa). Logo, na perspectiva dos autores, também se enquadram como economia popular os malabaristas de sinal de trânsito, o catador de latinhas, as barraquinhas de cachorro-quente, mercadinhos (organizados familiarmente ou em pequenas associações) e outros. Cumpre ressaltar que os sujeitos da economia popular trabalham contando com sua própria força de trabalho (ou associativamente) – não assalariam terceiros.

Nessa perspectiva, pode-se enquadrar em economia popular qualquer forma de trabalho ou sobrevivência das camadas mais carentes da sociedade que fuja aos dois subsistemas predominantes da economia, em especial o empresarial-

capitalista. Integram, por exemplo, a economia popular o artesanato e a agricultura familiar, desde que não se empregue força de trabalho como mercadoria.

Para facilitar o entendimento da afirmativa acima, adicionamos que Coraggio (1998) divide a economia em três subsistemas: a economia empresarial-capitalista, a economia pública e a economia popular.

Outrossim, é importante não confundir economia popular com economia informal. O próprio conceito de “informal” nas relações de trabalho indica que há uma ausência de formalidade perante os órgãos públicos ou de vínculo empregatício. Já a classificação de economia popular supera a dicotomia da legalidade em oposição à ilegalidade. O trecho abaixo esclarece a última afirmação:

Se a economia informal tem como uma de suas características a “ausência de vínculo empregatício”, isso não significa, necessariamente, que o trabalhador não tenha um “patrão”. Na economia popular, a “ausência de vínculo empregatício” não é decorrência da ganância e/ou do descaso do empregador, mas de uma racionalidade interna que pressupõe a negação da relação empregador-empregado” [...] (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 105).

Sendo assim, a economia popular tem como característica a negação do emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Por isso, pode-se afirmar que os empreendimentos de economia solidária têm sua origem na economia popular.

Para, entretanto, distinguir economia popular de economia solidária, importa também destacar que economia popular não necessariamente é solidária. “Quando se passa a exercer o apoio mútuo, a cooperação e o compartilhamento das formas de conhecimento, mercados e tecnologias, a economia popular passou a ser chamada de Economia Popular Solidária” (ORTIZ ROCA, 2002 apud WEBERING, 2008, p.13). Os empreendimentos de economia solidária são, portanto, uma alternativa para a economia popular, mas não se confundem com ela (GAIGER, 1996).

A confusão que se faz em relação ao cooperativismo *versus* economia solidária é, talvez, a mais relevante de todas. Alguns autores acreditam que as cooperativas são um gênero de empreendimento de economia solidária. O que não deixa de ser verdade na medida em que, na falta de um marco regulatório nacional específico

sobre empreendimentos de ecosol, grande parte mesmos constitui-se formalmente (juridicamente) como cooperativas ou como associações (ATLAS, 2006).

Não se pode incluir no rol dos solidários, no entanto, aquelas organizações que se constituem na forma de cooperativas com o intuito de diminuir encargos trabalhistas e que seguem os parâmetros do mercado. Ou seja, aquelas que não seguem os princípios do cooperativismo – os Princípios de Rochdale ou da Aliança Cooperativista Internacional (ACI). As falsas cooperativas são vulgarmente chamadas “cooperगतos”<sup>4</sup>. De acordo com Abdalla (2002) as falsas cooperativas visam na verdade ganhar espaço em um mercado e produzir riqueza para um reduzido número de cooperativados, reproduzindo toda a lógica do mercado e da produção capitalista.

Paul Singer destaca uma sutil (e importante) diferença entre empreendimentos de economia solidária e cooperativas. Para Singer

a economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social, sem no entanto confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados [...] (SINGER, 2002b, p.86).

Dito de outra forma, se a empresa não for autogestionária e se na cooperativa forem empregados trabalhadores assalariados<sup>5</sup>, ela não pode ser considerada um coletivo de economia solidária (SINGER, 2002b, p.84). Sendo assim, apenas parte das cooperativas constituídas no Brasil enquadra-se de fato nos princípios de economia solidária.

Para o momento, focaremos na caracterização de economia solidária e elencaremos um conceito que julgamos satisfatório. Começaremos pela definição de Paul Singer – considerado referência nacional sobre o tema. Para Singer (2002a, p.10) a economia solidária implica um “outro modo de produção, cujos princípios básicos

---

<sup>4</sup> Cf. Site da Unisol Brasil <http://www.unisolbrasil.org.br/>

<sup>5</sup> Em regra, uma cooperativa que emprega assalariados nem mesmo pode ser considerada uma cooperativa; trata-se de uma “cooperगतato”, pois fere os ideais do cooperativismo. A única exceção possível para o emprego de assalariados em uma cooperativa séria acontece na hipótese de não existir em seu quadro de associados indivíduos capacitados (especialistas) em uma determinada área do conhecimento.

são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Essa breve citação trata de um elemento ideológico relevante nesses empreendimentos que é a não reprodução de valores capitalistas no processo produtivo. A não reprodução de valores capitalistas se dá porque estes empreendimentos organizam-se de maneira distinta do modelo hegemônico: sem assalariamento, sem heterogestão<sup>6</sup> e sem busca ao lucro<sup>7</sup> (SANTANA JÚNIOR, 2007).

Economia Solidária é uma forma de organização social alternativa à burocracia. Quer dizer, organizações coletivistas-democráticas como alternativa aos modelos racionais-burocráticos de administração e organização (ROTHSCHILD-WHITT, 1979).

Ainda segundo Rothschild-Whitt (1979) as principais características dessas organizações coletivistas são a autoridade derivada do consenso (da coletividade como um todo); a preferência pelo não-uso (ou uso mínimo) de regras padronizadas para atingir o controle social; relações sociais que tendem ao ideal de comunidade; “recrutamento de pessoal” pela coletividade baseado em valores como amizade, ideais político-sociais, atributos de personalidade, conhecimentos e habilidades homogêneas (ou passíveis de se atingir a homogeneidade); a ausência de hierarquias e carreiras; divisão mínima de trabalho; entre outras.

Singer elenca as seguintes características como identificadoras de um empreendimento de economia solidária:

Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2000, p.13).

---

<sup>6</sup> A produtividade e a eficiência são atingidas por meio da cooperação e de decisões coletivas (autogestão), não da heterogestão.

<sup>7</sup> A razão de um empreendimento de economia solidária está na potencialização do trabalho em benefício dos produtores. Busca-se, ainda, a ampliação da unidade de produção. Nesses empreendimentos fala-se em “retirada” (repartição da receita líquida) e “sobra” (repartição do excedente anual), ao invés de lucro e salário.

Obviamente, dada a realidade capitalista que hoje impera, organizações com tais características são escassas. De fato, todas as características dificilmente serão encontradas atualmente em um mesmo empreendimento econômico solidário. O conjunto de características acima descrito trata-se, logo, de um ideal de organização coletivista, onde predominam uma racionalidade voltada a valores (racionalidade substantiva), consenso e democratização (autogestão).

Empiricamente, cada empreendimento solidário buscará organizar-se da forma como melhor lhe convier – dadas as singularidades de cada região, cada segmento produtivo, mercado e características pessoais e laborais dos envolvidos. Esse é um dos fundamentos da autogestão. Os próprios sócios (trabalhadores) do empreendimento é que decidem como vão se organizar. Sem ingerências heterogestionárias. Não há modelos prontos. Há somente um ideal a se buscar. Caminha-se para esse ideal.

Pode-se afirmar ainda que as experiências de cooperativas autogestionárias são uma forma prover um novo molde organizacional que vá de encontro aos moldes que fragmentam a subjetividade do trabalhador por meio da dita racionalização do trabalho<sup>8</sup>. O trabalhador em coletivos de economia solidária não é um mero instrumento do capital, dispensável na medida em que não coaduna com os interesses da organização e que na maioria dos casos torna-se, de fato, “incapaz” ao ser demitido por desconhecer o processo produtivo por inteiro ou por não ter tido condições de acumular o capital necessário para tornar-se um capitalista. Nos empreendimentos solidários a divisão do trabalho é a mínima necessária, de modo que a eficiência não seja perdida e que o sujeito não seja privado de conhecer o valor do seu trabalho.

Os coletivos de economia solidária materializam-se atualmente na figura de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, empresas falimentares ou em estágio pré-falimentar assumidas em autogestão pelos seus antigos

---

<sup>8</sup> “Racionalização” consiste na máxima “especialização do trabalho” e mínimo controle do trabalhador sobre seu próprio *modus operandi*. Tal “racionalização” nas empresas capitalistas torna-se necessária pois a lógica de acumulação de capital requer cada vez mais ganhos de produtividade.

funcionários, clubes de troca<sup>9</sup>, LETS (*Local Employment and Trading System – Sistema Local de Emprego e Comércio*), entre outras possibilidades (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2006).

A melhor definição de Economia Solidária que encontramos foi proferida por Paul Singer em um projeto de documentário internacional intitulado *Viagem a Mondragón*, que trata do tema da ES.

Economia solidária é uma forma de organizar atividades produtivas, comerciais e financeiras sem divisão de classes. Ou seja, em todas essas atividades há evidentemente alguma organização empresarial que tem patrimônio e esse patrimônio é de todos que trabalham. O princípio básico é de que ninguém que é dono deixa de trabalhar e ninguém que trabalha deixa de ser dono. Isso implica uma gestão coletiva, democrática e os direitos de cada um são exatamente os mesmos independentemente de sua contribuição financeira [...] (PRÉ-DOCUMENTÁRIO, 2010).

Percebe-se nas palavras do nobre militante do movimento que os solidários são diferentes. Têm, além do potencial de gerar empregos, um potencial enorme de transformação social. Não necessariamente transformação em uma sociedade socialista, mas resgatam uma sociedade que esta geração em regra não conheceu<sup>1011</sup>.

Por fim, pode-se dizer que a economia solidária é um instrumento de transformação social e de construção de justiça.

A última afirmativa merece uma seção própria para melhor elucidar até que ponto a economia solidária pode ser entendida como um modelo de transformação ou uma proposta anticapitalista.

---

<sup>9</sup> Não se trata de escambo propriamente dito, pois há utilização de moeda. Utiliza-se uma moeda própria, não a oficial da localidade (porque esta necessitaria de capital previamente acumulado pelos membros, para “comprar” os produtos/serviços dos outros membros). A moeda recebe o nome da ideologia do clube: green dólar, real solidário, hora de trabalho, etc. O clube de troca gera, assim, um mercado que antes só existia em potencial (SINGER, 2002a).

<sup>10</sup> Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>11</sup> Cf. SOUZA, Washington José. O Mundo que nós perdemos: da solidariedade pré-industrial à Economia Solidária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODERÁ TRANSFORMAR O CAPITALISMO?

Não há dúvidas de que em regra o interesse precípua e imediato dos coletivos de ecosol é gerar emprego e renda aos cooperados. O Estado, de imediato, também percebe os empreendimentos da mesma maneira – como forma de minimizar o desemprego e de propiciar a capacidade de sobrevivência aos excluídos do mercado.

Na literatura especializada é possível observar o entendimento de que mesmo que porventura para o Estado, ou mesmo para os cooperados, os empreendimentos se resumam aos empregos que eles criam, não se podem negar os impactos indiretos que esse modo diferente de produzir gera nesta sociedade (pelo menos na esfera micro-social).

Estudiosos sobre o assunto apontam alterações significativas nos comportamentos sociais e pessoais dos trabalhadores como reflexo da participação coletiva no trabalho, nas tomadas de decisão, na posse dos bens e na repartição de ganhos (GAIGER, 1996). A retomada das práticas e valores comunitários na produção trouxe para os associados a elevação da auto-estima, a adoção de uma postura crítica e reflexiva quanto aos rumos desta sociedade, um maior interesse pelas questões da comunidade em que estão inseridos.

Apesar de estudos empíricos ratificarem os impactos diretos e indiretos dos pequenos negócios solidários, ainda não é pacífico o seu potencial de transformação social. Isto é, ainda não se pode afirmar categoricamente que os valores incorporados na produção possam estender-se a outras parcelas da sociedade e desencadear uma superação do modelo capitalista de produção.

Anibal Quijano (2002) tece crítica à positividade com que se apontam "modos" ou "sistemas" alternativos de produção (tais como os empreendimentos de economia solidária) como proposta anticapitalista. Para ele é a democracia a condição para que as pessoas se libertem da dominação e exploração capitalistas. Não existe "economia alternativa" nem "sistemas alternativos de produção" sem a instauração de uma democracia efetiva. Para o autor



Democracia não é resultado mas condição *sine qua non* de toda a trajetória histórica, na qual a dominação e a exploração são reduzidas e erradicadas. Em outros termos: a democracia é a condição *sine qua non* de uma revolução social (QUIJANO, 2002, p.511).

Democracia aqui entendida como uma “estrutura de relações sociais na qual as pessoas, todas as pessoas, têm um controle autônomo sobre o seu trabalho, o seu sexo, a autoridade coletiva e a subjetividade” (ibid, p.511). Não se trata de democracia como uma mera “negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação” (ibid, p.511) tal como o é a mais avançada das democracias vigentes no capitalismo.

O autor lembra que o denominado moderno Estado-nação é o quadro institucional daquilo que hoje se entende como democracia. Logo, para ele, “é pertinente afirmar que não existe nem ‘economia alternativa’ nem ‘sistemas alternativos de produção’ sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista [...]” (ibid, p.511).

Para Quijano os solidários, embora não ofereçam questionamentos radicais ao capitalismo, adotam a reciprocidade<sup>12</sup> na práxis de produção e, com isso, apresentam uma “nova” forma de produzir mesmo em meio à hegemonia da práxis capitalista. Ainda segundo Quijano (2002) a pertinência dessas formas alternativas na “construção” de uma “outra economia” está no resgate de um ideal de solidariedade nos empreendimentos. A simples presença da solidariedade nos empreendimentos não é o bastante para apresentar uma nova economia, mas a ausência da solidariedade debilita o esforço em manter a vitalidade de um exercício alternativo.

Para finalizar, no entendimento de Quijano (2002), a revolução social que se crê poder alcançar por meio de um novo “modo” ou “sistema” de produzir ou da emergência de uma “economia alternativa” somente se concretizará de fato com o estabelecimento de uma “outra” democracia e com ela também um novo quadro institucional capaz de expressá-la e colocá-la em prática.

---

<sup>12</sup> Quijano (2002, p.486) entende como reciprocidade “o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho (produtos, tangíveis e intangíveis), sem a intermediação do mercado”.

Abdalla (2009) considera válido e necessário o alerta de Quijano sobre as rápidas expectativas quanto ao seu potencial anticapitalista e revolucionário, mas discorda do autor em diversos pontos. Abdalla propõe a economia solidária como **base material** de um processo de emancipação mais amplo que pode lastrear um novo processo civilizatório. Vale ressaltar que Abdalla não pretende predizer de que forma ou de onde virá a transformação social, mas sim “identificar as potencialidades concretas, a fim de orientar nossas decisões a respeito de onde devemos concentrar as forças e para onde direcionar o pensamento e a ação emancipatórios” (ABDALLA, 2009, p.67).

Em sua análise, Abdalla (2009) não só elenca as potencialidades dessa práxis diferenciada de produção na construção de uma nova sociedade, como também adota um discurso propositivo (como em tese deve atuar um pesquisador crítico). Para ele o movimento de economia solidária “deve ter a conquista do poder estatal como meta e acumular forças para sua consecução” (ibid, p.71). Acredita ainda que “a educação deve contribuir para a constituição de uma base racional-subjetiva adequada aos propósitos emancipatórios dessa base material” (ibid, p.102). Vale também ressaltar que na perspectiva do autor a conquista do poder ou de parcelas do poder não deve ser tomado como estratégia última, para não repetir os erros do passado.

Sendo assim, acreditamos que o conjunto de idéias e das práxis da economia solidária apresenta-se como contraponto à ideologia hegemônica, na medida em que serve como exemplo de uma práxis de produção pautada em uma racionalidade substantiva<sup>13</sup> e não em uma racionalidade material como esta que pauta a “cultura burguesa” aplicada à produção. Ainda nessa direção, entende-se que essa “outra economia” emergente pode, sim, transformar o capitalismo caso esse modelo de produção se alastre pela sociedade, trazendo assim a “troca complementar” novamente para o eixo das relações humanas.

---

<sup>13</sup> Os termos “racionalidade substantiva” e “racionalidade material” foram empregados à luz dos escritos de Max Weber.

Assim, trazer para a sociedade, via política pública, esse novo modelo de produzir pode ser uma forma de estimular os indivíduos a exercitarem a “troca complementar” ou a experimentarem uma racionalidade substantiva em suas vidas; ao invés de esperar que naturalmente os mesmos se tornem propensos a deixar a “troca competitiva” ou a racionalidade material. Cumpre destacar que essa última hipótese de mudança natural também não pode ser descartada.

É certo que as campanhas midiáticas e todo o aparato ideológico que hoje sustentam o capitalismo conduzem o indivíduo a não questionar e até estimular (mesmo que tacitamente) o modo de ser, viver e produzir vigentes.

Mas possivelmente em certo momento futuro – se já não hoje – o esgotamento de determinados recursos naturais finitos, por exemplo, poderá inviabilizar a permanência do modo de produção e acumulação vigentes. As disparidades entre as classes podem também chegar a um ápice em que se torne deveras inseguro manter esse sistema polarizador – como o foi na Revolução Francesa.

O filósofo Cornelius Castoriadis traz embasamento para acreditar no possível caráter transformador do sujeito e de suas ações, evitando esse prognóstico caótico. Para Castoriadis

[...] a sociedade faz os indivíduos que fazem a sociedade. A sociedade é obra do imaginário instituinte. Os indivíduos são feitos, ao mesmo tempo que eles fazem e refazem, pela sociedade cada vez instituída: num sentido, eles são a sociedade [...] (CASTORIADIS, 1992, p.123).

Castoriadis (1999) lembra que a sociedade instituída caminha para o fechamento<sup>14</sup>, ou seja, para a reiteração daquilo que já existe, daquilo que está dado. De acordo com ele, no entanto, a reflexividade individual (e coletiva) gera lapsos<sup>15</sup> de autonomia importantes na “construção” de uma nova sociedade. O indivíduo autônomo é chamado por Castoriadis de “sujeito reflexivo-deliberante”.

---

<sup>14</sup> Sobre esse fechamento, ler Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V, p. 277, de Cornelius Castoriadis.

<sup>15</sup> O adjetivo “lapso” é importante pois denota a característica relevante dessa autonomia do ser. O indivíduo tem capacidade de refletir sobre um mundo ou algo que não é (utopia), mas circundado pelas estruturas instituídas, é “tomado” a não questionar o que está instituído e, assim, evita-se uma ruptura com o que vige.

Basta conhecer um coletivo de economia solidária para perceber o quanto esse “novo” modo de produzir é capaz de modificar (alguns) sujeitos. Torná-los “pensantes”, reflexivos, críticos. Em tais empreendimentos não é difícil encontrar pessoas que apesar inclusive da falta de instrução educacional básica, são sujeitos que de certa maneira conduzem seu próprio destino, conhecem o âmago desta sociedade e influenciam a micro-sociedade de que fazem parte. Pode-se até acreditar na hipótese de que se o grau de autonomia do indivíduo pudesse ser mensurado, seria possível encontrar relativamente maior número de indivíduos que puderam, em algum momento, alçar alguma ruptura da heteronomia em coletivos de ecosol do que em empresas capitalistas.

O pesquisador partiu para o campo assumindo esse possível caráter transformador da economia solidária. As impressões do pesquisador *in loco*, quanto à política pública implantada e a capacidade do poder público de fazer bom uso das potencialidades de tal política, serão explicitadas no corpo da dissertação e em sua conclusão.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Na revisão de literatura de Souza (2006) sobre políticas públicas, a autora expõe alguns dos mais utilizados conceitos do termo. Segundo ela, Dye (1984, apud SOUZA, 2006, p.24) define política pública de forma bastante sintética como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Já Lynn (1980, apud SOUZA, 2006, p.24) define como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Para Peters (1986, apud SOUZA, 2006, p.24) “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

Percebe-se nas definições dos três autores citados a valorização do Estado como responsável pelas políticas públicas. Para eles, o Estado atinge os fins que deseja por meio dessas intervenções.

Como tratamos dos objetivos de um Estado na passagem acima, é importante notar que de acordo com a Carta Política de 1988, em seu art. 3º, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

É por meio de políticas públicas setoriais – que passam por campos específicos como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais – que o Estado alcançará os objetivos e outras de suas diretrizes elencadas pela Constituição Federal (CF).

Outro conceito muito relevante é o de Maria das Graças Rua (s.d., p.1). Para ela “as políticas públicas (policies) são *outputs*, resultantes das atividades políticas (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Percebe-se que Maria das Graças Rua ao fazer uso do termo “alocação imperativa de valores” comunga da idéia de que as políticas públicas são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público, ou seja, o Estado realizando seu poder extroverso<sup>16</sup>. Mas a autora afirma ainda que “as políticas públicas são ‘públicas’ – e não privadas ou apenas coletivas” (s.d., p.2). Logo, para Maria das Graças Rua, o Estado é tão fundamental quanto a participação social na elaboração e operacionalização de políticas públicas.

De qualquer maneira, seja na perspectiva que evidencia a função do Estado, seja na perspectiva que evidencia a relevância da sociedade mobilizada nesse processo, estabelecer políticas públicas é estabelecer meios para atingir fins. Por isso, pode-se ainda dizer que do conceito de “políticas públicas” emerge a idéia de que os grupos que as elaboram, direta ou indiretamente, estão colocando em prática suas estratégias para atingir fins, expressamente fixados ou não.

---

<sup>16</sup> Poder que o Estado tem de impor-se aos particulares.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA

O tema da ES ganhou relevância entre os estudiosos nos últimos anos. Mas não só entre eles. A sociedade civil vem abraçando os grupos produtivos autogestionários (apesar de timidamente fazê-lo), assim como também o solidarismo empreendedor vem encantando o poder público. Prova disso foi a criação recente (no ano de 2003), em nível federal, de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Não é por acaso que a secretaria especial foi criada no âmbito do MTE. França-Filho e Laville indicam que

na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências [de economia solidária] articulam-se em torno dos empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004, p.149).

Mas vale lembrar que economia solidária não se resume a combate a pobreza e ao desemprego. Economia Solidária também é a formação de um novo capital social, emancipado e participativo na gestão e construção de seu próprio futuro. Os princípios da solidariedade e equidade, tão caros no modelo pré-capitalista ou pré-industrial de produção, também são importantes em empreendimentos econômicos solidários.

Por sua vez, os coletivos de economia solidária – especialmente os recém criados – também buscam encontrar apoio no poder público. Isso acontece principalmente porque há um paradoxo a ser superado pelos empreendedores solidários, que é ser **competitivo no mercado instituído**, sem se submeter às regras da acumulação capitalista e às formas capitalistas de exploração da força de trabalho. Isso porque a ordem capitalista – mercado, concorrência, sazonalidade da demanda e etc – subjugam a todos à sua própria lógica. O apoio do poder público é importante para fortalecer os empreendimentos e o movimento.

Há ainda outras dificuldades encontradas pelos pequenos empreendimentos solidários devido ao modelo econômico vigente e seus efeitos psíquicos sobre os sujeitos nele imersos. A primeira delas é o “risco de captação”<sup>17</sup> dos cooperados ou associados pelo sistema hegemônico de produção, ou seja, passar a empregar trabalho assalariado ou adotar outros valores capitalistas na produção, transformando o empreendimento em uma empresa capitalista (SANTANA JÚNIOR, 2007; GAIGER, 1996). O outro grande desafio enfrentado pelos grupos é encontrar uma maneira de tornar alguns empreendimentos sustentáveis ao longo do tempo – manter o empreendimento financeiramente viável, ou seja, gerando receitas líquidas suficientes para serem repartidas e que supram as necessidades econômicas dos participantes (SILVA; WEBERING, 2008). No enfrentamento de ambos os problemas o poder público é essencial, em especial no segundo caso. As políticas públicas direcionadas a esse público incentivam a manutenção de alguns empreendimentos e dos trabalhadores nesse ideal alternativo de economia.

Para evitar que as afirmações feitas no parágrafo anterior soem uma heresia para leitores das alas libertárias<sup>18</sup> do movimento de economia solidária, é importante frisar a capacidade sustentável dos empreendimentos não capitalistas mesmo antes da existência de qualquer apoio do Estado ou até antes da existência do Estado moderno. Pretendeu-se nas linhas acima apenas levantar as dificuldades extras encontradas pelos solidários atualmente devido ao avanço do capitalismo.

Sendo assim, apesar de ser um fenômeno relativamente recente em nosso país, alguns municípios brasileiros vêm estabelecendo políticas públicas voltadas ao fomento do solidarismo empreendedor. Multiplicaram-se as experiências instauradas, todavia, há lugares aonde essa “inovação” ainda não chegou. Daí vem

---

<sup>17</sup> O “risco de captação” é eminente na medida em que os empreendimentos vão contra a lógica do capital, todavia, ao mesmo tempo, estão inseridos nesta lógica. Este paradoxo é facilmente verificado quando se lembra que um empreendimento de ecosol precisa ter preços competitivos para concorrer no mercado; estar sempre inovando na produção para garantir atratividade de seus produtos; os trabalhadores são, por vezes, convidados para trabalhar “com carteira assinada” e com um salário à vezes superior às retiradas nos empreendimentos; trabalhadores dos EES com “capacidade empreendedora” compram os meios de produção antes coletivos e passam a empregar assalariados na produção e etc.

<sup>18</sup> Determinados segmentos do movimento não só defendem a não intervenção no Estado nas questões que envolvem a economia solidária, como acreditam que o mesmo pode até atrapalhar seu desenvolvimento e disseminação. Para alguns deles, ainda, a economia solidária aconteceria em sua plenitude se não houvesse Estado.

o questionamento: quais fatores explicam a difusão de um programa de Economia Solidária para um governo municipal? O que é disseminado?

Estudaremos o caso do município que é referência a diversos outros da região norte do país: o município de Manaus, capital do estado do Amazonas. Buscaremos responder quais fatores explicam a disseminação da política ou programa de economia solidária para esse governo municipal. Outrossim, caso houver evidências de que os gestores de Manaus buscaram referências em outros municípios na delimitação da política pública local, buscaremos ainda descobrir o que foi transferido.

Para direcionar a reflexão foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar quais são os fatores que influenciam a disseminação de políticas públicas locais de Economia Solidária para Manaus.
2. Analisar por que e em que circunstâncias o município de Manaus optou por implementar uma política de Economia Solidária. Qual a razão de ser dessas políticas: Assistencialismo? Emancipação?
3. Verificar quais são os atores envolvidos na disseminação dessas políticas públicas.
4. Realizar uma análise crítica do campo, observando os pontos positivos e negativos da política implantada.

## JUSTIFICATIVA DA DISSERTAÇÃO

Segundo Farah (2008) o processo de disseminação de políticas públicas, de programas inovadores e de novas formas de gestão pública vem sendo negligenciado pela academia brasileira. No entanto, apesar da produção acadêmica sobre o tema no Brasil ser incipiente, lá fora a análise do processo de difusão de políticas públicas pela literatura acadêmica não é fenômeno novo. Dito de outra forma, apesar de haver robustas literaturas a respeito de disseminação de políticas em contexto estrangeiro, o modo ou o meio pelo qual inovações são reproduzidas ou



reaplicadas em instâncias locais da *res publica* brasileira ainda não se encontra bem elucidado.

Compreender os fatores que sustentam a disseminação de políticas municipais de economia solidária, que são políticas públicas relativamente novas – foram primeiramente introduzidas no Brasil na cidade de Porto Alegre/RS (gestão de 1989 a 1992)<sup>19</sup> – é, sem dúvida, interessante para avançar na compreensão dos processos de difusão de políticas públicas. Mas por que estudar o caso da cidade de Manaus / Amazonas?

Sabe-se que somente se deve realizar um estudo de caso se o pesquisador entender que com tal estudo ele poderá contribuir para o avanço da teoria (seja para ampliá-la, ratificá-la ou contestá-la). Sabe-se ainda que a teoria “avança pelas bordas”, isto é, casos que possam gerar resultados diferentes dos estudos já realizados é que terão maior probabilidade de ampliar a teoria.

Assim, buscamos realizar o estudo em um local de perfil diferente dos estudos já realizados sobre o tema no Brasil. E, nas considerações finais de sua dissertação de mestrado pela FGV-EAESP, a pesquisadora Marina Farkas Bitelman teceu a seguinte contribuição de pesquisa:

[...] as políticas de Economia Solidária participantes da Rede de Gestores estão concentradas em alguns estados do sudeste brasileiro. São Paulo e Minas Gerais são estados nos quais se localizam boa parte das gestões ligadas à Rede, especialmente em suas regiões metropolitanas. Seria interessante, em outra pesquisa, buscar entender os motivos por que os locais que implementam as políticas sejam tão próximas; se o fator vizinhança é explicativo, se há outras semelhanças que se confundem com a vizinhança, se há algum tipo de indução de seus estados, algum incentivo para que tantas políticas tenham sido implementadas (BITELMAN, 2008, p.157).

O mapa a seguir ajuda a visualizar a gritante aglomeração de municípios implementaram políticas de Economia Solidária informada pela autora no trecho acima.

---

<sup>19</sup> Cf. GOMES, Fabiana Pereira; KLEIN, Maurício José. **Formação em economia solidária**: Projeto Casa Brasil. Módulo 6. Brasília. Disponível em: <[http://www.casabrasil.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=19](http://www.casabrasil.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=19)>. Acesso dia 18 jan. 2010.

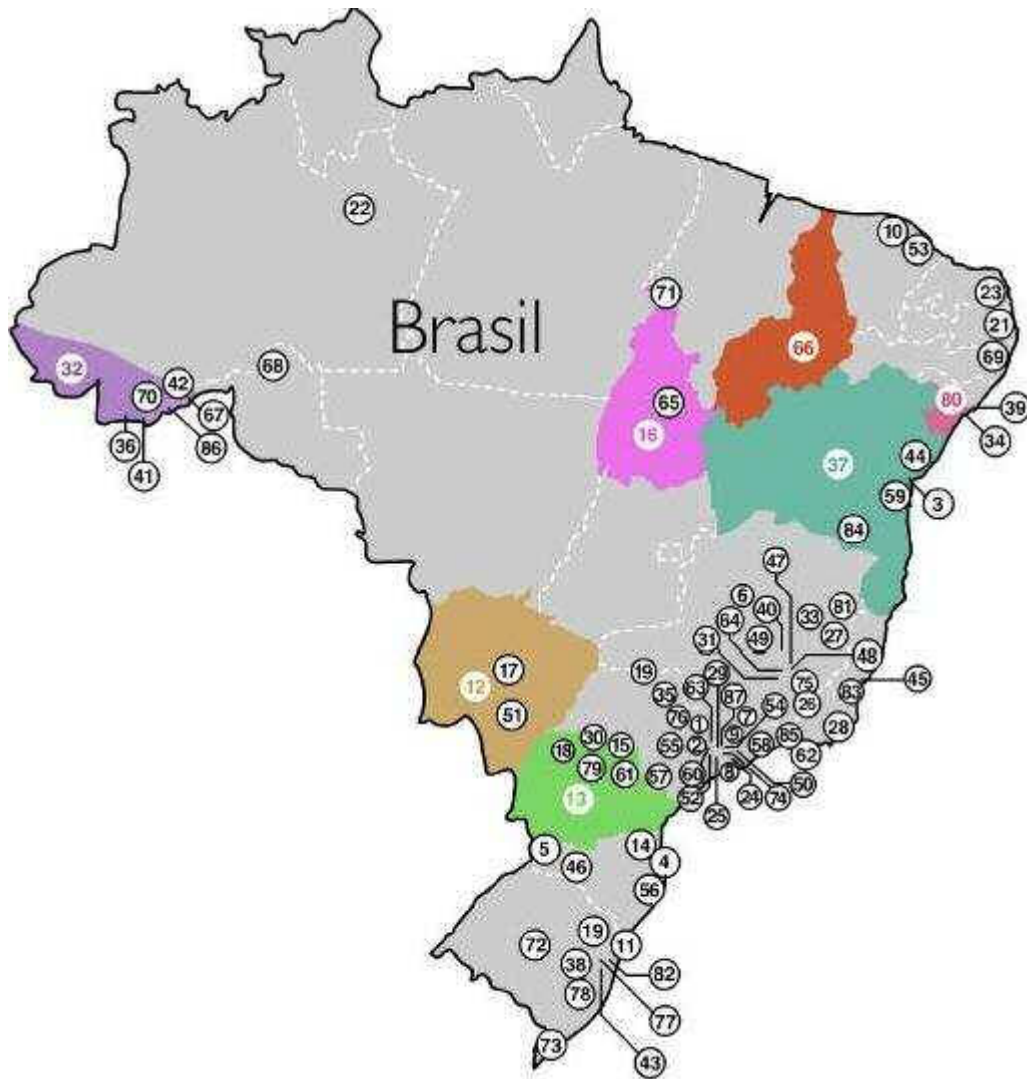


Figura 1. Estados e municípios que adotam políticas de Economia Solidária e que fazem parte da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Dados de agosto de 2007.

Fonte: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, agosto de 2007. Elaboração de Márcia Vaitsman Chiga e Marina Farkas Bitelman.

	Prefeitura/ Gov. Estadual	Partido 2007		Prefeitura/ Gov. Estadual	Partido 2007
1	Bauru – SP	PDT	45	Cariacica – ES	PT
2	Campinas – SP	PDT	46	Concórdia – SC	PT
3	Salvador – BA	PDT	47	Congonhas – MG	PT
4	Blumenau – SC	PFL	48	Conselheiro Lafaiete – MG	PT
5	Chapecó – SC	PFL	49	Contagem – MG	PT
6	Pirapora – MG	PFL	50	Diadema – SP	PT
7	Nazaré Paulista – SP	PFL (colig. PT)	51	Dourados – MS	PT
8	Cubatão – SP	PL	52	Embu – SP	PT
9	Itaquaquecetuba – SP	PL	53	Fortaleza – CE	PT
10	Maracanaú – CE	PL (colig. PT)	54	Guarulhos – SP	PT
11	Caxias do Sul – RS	PMDB	55	Hortolândia – SP	PT
12	Mato G. do Sul – Gov. Estadual	PMDB	56	Itajaí – SC	PT
13	Paraná – Gov. Estadual	PMDB	57	Itapeva – SP	PT
14	São Bento do Sul – SC	PMDB	58	Jacareí – SP	PT
15	Sertãozinho – PR	PMDB	59	Jaguaquara – BA	PT
16	Tocantins – Gov. Estadual	PMDB	60	Jandira – SP	PT
17	Campo Grande – MS	PMDB	61	Londrina – PR	PT
18	Paiçandu – PR	PMDB (colig. PT)	62	Niterói – RJ	PT
19	Veranópolis – RS	PMDB (colig. PT)	63	Osasco – SP	PT
20	São José do Rio Preto – SP	PPS	64	Ouro Branco – MG	PT
21	João Pessoa – PB	PSB	65	Palmas – TO	PT
22	Manaus – AM	PSB	66	Piauí – Gov. Estadual	PT
23	Natal – RN	PSB	67	Plácido de Castro – AC	PT
24	São Bernardo do Campo – SP	PSB	68	Porto Velho – RO	PT
25	Taboão da Serra – SP	PSB (colig. PT)	69	Recife – PE	PT
26	Ewbank da Câmara – MG	PSC (colig. PT)	70	Rio Branco – AC	PT
27	Governador Valadares – MG	PSDB	71	Sampaio – TO	PT

28	Macaé – RJ	PSDB	72	Santa Maria – RS	PT
29	Carapicuíba – SP	PSDB	73	Santa Vitória do Palmar - RS	PT
30	Bela Vista do Paraíso - PR	PSDB (colig. PT)	74	Santo André – SP	PT
31	São João Del Rei – MG	PSDB (colig. PT)	75	Santos Dumont – MG	PT
32	Acre – Gov. Estadual	PT	76	São Carlos – SP	PT
33	Açucena – MG	PT	77	São Leopoldo – RS	PT
34	Aracaju – SE	PT	78	São Lourenço do Sul – RS	PT
35	Araraquara – SP	PT	79	Sarandi – PR	PT
36	Assis Brasil – AC	PT	80	Sergipe – Gov. Estadual	PT
37	Bahia – Gov. Estadual	PT	81	Teófilo Otoni – MG	PT
38	Barra do Ribeiro – RS	PT	82	Viamão – RS	PT
39	Barra dos Coqueiros - SE	PT	83	Vitória – ES	PT
40	Belo Horizonte – MG	PT	84	Vitória da Conquista – BA	PT
41	Brasília – AC	PT	85	Mesquita – RJ	PT
42	Bujari – AC	PT	86	Capixaba – AC	PTB
43	Cachoeirinha – RS	PT	87	Atibaia – SP	PV (colig. PT)
44	Camaçari – BA	PT			
Quadro 1. Estados e municípios membros da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em agosto de 2007, classificados por partidos.					
Fonte: Dados fornecidos pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária - disponibilizados em 15-08- 2007, e dados do Tribunal Superior Eleitoral, através do site: <a href="http://www.tse.gov.br">www.tse.gov.br</a> Acesso em 16-08-2007. Elaboração de Bitelman (2008).					

É importante ressaltar, que o mapa acima não teve como escopo apresentar todos os municípios que implantaram políticas sobre o tema, mas sim os municípios que adotam políticas de Economia Solidária e que fazem parte da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores públicos especializados no tema e, de acordo com sua carta de apresentação, “existe para proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento”. A rede encontra-se estabelecida administrativamente, de forma itinerária, dentro da estrutura física de um dos seus membros. Em 2011 a rede encontra-se dentro da secretaria do Programa Osasco Solidária.

Além disso, os dados do mapa e tabela são de 2007. Portanto, objetivando confirmar se Manaus ainda é mesmo um pioneiro solitário no Estado do Amazonas, tornou-se necessário, durante a pesquisa, verificar se há outros municípios no estado que o fizeram. As constatações dessa averiguação encontram-se em tópico específico (vide pág. 90).

Com os entendimentos acima em mente, a pesquisa na capital manauara buscou contribuir para a análise da disseminação de políticas públicas de economia solidária

ao estudar um local que as implantou recentemente, mas que, em princípio, encontra-se sem referências geograficamente próximas de implantação.

A principal justificativa para o desenvolvimento do estudo deve-se à necessidade de se entender como as políticas públicas de economia solidária se disseminaram para um local onde fator vizinhança em tese não será explicativo, por tratar-se de um pioneiro na região.

## CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

### LITERATURA SOBRE DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para sustentar o anseio em entender o caso das políticas públicas de economia solidária, buscamos conhecer os autores que tratam sobre disseminação ou transferência de políticas (*policy diffusion* ou *policy transfer*).

É mister iniciar a discussão ressaltando que apesar da disseminação de políticas de um lugar para outro sempre ter ocorrido, esse fenômeno ganhou força com o rápido avanço das tecnologias de informação após a Segunda Guerra Mundial. Com isso, cresceu também o interesse dos pesquisadores em conhecer o modo como sua transferência ocorria. Os primeiros estudos não discutiam a transferência em si, mas demonstravam como determinados acontecimentos econômicos e sociais ditavam a convergência de políticas<sup>20</sup> (DOLOWITZ; MARSH, 1996).

Dolowitz e Marsh (1996) contam que estudos que tratam especificamente sobre transferência de políticas emergiram como subconjunto da literatura que realiza estudos comparativos de políticas. Até a década de 1940 a maioria dos estudos comparativos era essencialmente descritiva e tratava das estruturas formais de governo. Durante os anos de 1940, estudos preocupados com essa perspectiva tornaram-se menos apreciados. Assim, estudos sobre o modo como a sociedade civil interagia com o Estado passaram a ganhar relevância. Mas foi somente a partir da década de 1960 que o foco do estudo passa a ser de fato a análise comparativa das políticas. Daí alguns autores como Walker (1969) passaram a investigar o **processo** operado para o “contágio” de uma política “inovadora” em outra localidade. Assim, termos como “disseminação / difusão de políticas” e “transferência de políticas”<sup>21</sup> passaram a entrar na pauta de discussão.

De acordo com Sugiyama (2004 e 2006) autores como Walker (1969), Gray (1973) e Collier e Messick (1975) foram os primeiros acadêmicos a adentrar em pesquisas

---

<sup>20</sup> Sobre o processo de convergência de políticas, ler Bennett (1991).

<sup>21</sup> Apesar de Dolowitz e Marsh (1996) não utilizarem os dois termos como sinônimos intercambiáveis, o autor dessa dissertação o fará de forma contrária por acreditar a delimitação estrita de ambas as terminologias não trará avanços na concretização dos objetivos dessa dissertação.

sobre difusão de políticas, indicando variáveis que poderiam afetar tal processo. Pode-se ainda adicionar a esse rol de clássicos o estudo de Crain (1966) (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2008).

O artigo de Walker (1969) lidera como a literatura mais citada (e central) em estudos sobre difusão de políticas, pois provê vários dos pilares para a reflexão sobre o tema. Assim nos informam Graham, Shipan e Volden (2008) em sua recente pesquisa sobre a difusão dos estudos sobre difusão de políticas.

No artigo de Walker (1969) são elencadas diversas variáveis que direcionam a adoção pioneira e o processo de difusão de idéias para novos serviços e programas de governo. São indicadas variáveis como o resultado das eleições do chefe do executivo (se foi uma eleição “apertada” ou não), composição do legislativo (qual a bancada preponderante, grupos de oposição e até procedência educacional dos representantes), porte da localidade (seu tamanho, saúde econômico-social e natureza cosmopolita) e sua localização geográfica (proximidade espacial a jurisdições inovadoras), presença de equipe competente e serviços de suporte.

Collier e Messick (1975) focam sua atenção na adoção de políticas pelos países, demonstrando duas abordagens para a emergência deste fenômeno. Uma abordagem explica a adoção de uma política por alcance de certos **pré-requisitos** (que podem ser condição necessária ou condição necessária e suficiente para a adoção). A outra abordagem, a da **difusão**, entende que a adoção de políticas pelos países ocorre dentro de sistemas de comunicação e influência que confluem para que países imitem outros. A pesquisa considerou os dois padrões de difusão mais usados na literatura: a difusão hierárquica e a espacial. Uma de suas grandes contribuições é levantar que, na difusão hierárquica, há não só a típica difusão do centro para a periferia, como também da periferia para o centro.

Gray (1973), por meio de um estudo em três distintas áreas (direitos civis, bem-estar e educação), identificou o que existe tipicamente um padrão de curva de frequência acumulada em “S” que caracteriza a adoção de políticas<sup>22</sup>. Tal padrão tornou-se

---

<sup>22</sup> Tal padrão é visualizável em um gráfico das adoções ao longo do tempo. Um determinado programa é adotado pioneiramente e segue um padrão crescente de sucessivas adoções. Depois se estabiliza.

objeto de análise em diversos outros estudos, encontrando respaldo empírico a tal comportamento (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2008). As duas grandes distinções desse estudo para o de Walker (1969) é que esse demonstra que as inovações (adoção de leis pelos estados) estão diretamente ligadas ao envolvimento ou influência da federação sobre os estados e à área que a inovação irá contemplar.

Crain (1966) realizou um estudo sobre a difusão do programas de fluoretação da água potável entre cidades norte-americanas. Fazendo uma analogia à teoria da influência interpessoal, o autor acredita que a influência que algumas cidades exercem sobre outras tendencia a adoção ou rejeição de determinados programas. O fator da proximidade geográfica na operação da difusão foi levado em consideração e termos qualificadores das cidades foram levantados, indicando que algumas cidades são líderes e outras seguidoras. O resultado da pesquisa indicou que grandes cidades e cidades com alto índice de população de “colarinho-branco” foram identificadas como as mais influentes.

Depois da explosão de produção de artigos do gênero acontecida nos anos 1960 e 70, os estudos de similar envergadura foram retomados apenas a partir dos anos 90, já sob a influência de similares avanços tecnológicos e das tendências globais ora vigentes. Autores como Rose (1991), Dolowitz e Marsh (1996 e 2000), James e Lodge (2003) e Weyland (2005) são alguns dos responsáveis na contemporaneidade pelos novos *insights* e por reascender o interesse pela questão da difusão nos estudos das políticas públicas (FARAH, 2008).

Rose (1991) cunha o conceito “*lesson-drawing*” (“aprender lições” em português) para tratar do que a literatura sobre políticas públicas já denominava como “*policy transfer / diffusion*”. Na visão da autora as lições são aprendidas na medida em que os *policy-makers* se tornam insatisfeitos com o *status quo* e buscam por experiências desenvolvidas em outro lugar que sejam capazes de ser postas em prática no seu ambiente. Uma lição é uma descrição detalhada das causas e efeitos de uma política adotada e que provê ao governo de destino um entendimento prévio se a política poderá um dia ser adotada em sua localidade.

---

Em seguida há uma nova seqüência de adoções crescentes até se estabilizar novamente. Formando, assim, um padrão em “S” de curva de adoções.

Dolowitz e Marsh (1996 e 2000) colocam em pauta de discussão as transferências entre nações (além das intra-nação já comuns na literatura precedente) e indicam novos atores nesse processo, inclusive atores fora da máquina governamental. Além disso, os autores inauguram uma gama de questionamentos que fomentam a análise da **substância** da política transferida, superando a fascinação pelo processo em si antes vislumbrado por autores das décadas de 1960 e 70.

James e Lodge (2003) fazem uma leitura crítica dos estudos de Dolowitz e Marsh sobre “*policy transfer*” e Rose sobre “*lesson drawing*”, expondo algumas de suas carências. Essa leitura merece atenção daqueles que se interessam pelo assunto, dado que nela são apresentadas algumas contribuições relevantes para os novos pesquisadores na área, como conhecer as reflexões dos teóricos antecessores, mas não se limitar a utilizar o arcabouço conceitual de um único autor.

Weyland, por sua vez, traz uma revisão teórica da literatura sobre o processo que conduz a ondas de difusão de inovação e encontra três grandes características desse processo:

Na dimensão temporal, a difusão ocorre em uma onda distintiva; mapeando a frequência acumulada da adoção de políticas ao longo do tempo encontra-se um padrão em “S”. Em termos espaciais, a difusão tende a ter uma clara concentração geográfica, disseminando primeiramente pela região em que a inovação foi desenhada e só depois alcança outras áreas do mundo. E em termos substantivos, a difusão acarreta na adoção da mesma estrutura de política em contextos nacionais variados; logo, isso produz comunalidades na diversidade (WEYLAND, 2005, p. 265).

A partir daí, o autor classifica em quatro principais aparatos teóricos as explicações para o fenômeno acima descrito: um aparato que confere ênfase às pressões externas, outro estressa a imitação simbólica ou normativa, um terceiro indica o aprendizado racional e, finalmente, aquela que contempla a heurística cognitiva (*cognitive heuristics*). O autor testa cada um dos aparatos teóricos e indica qual deles é mais convincente para o caso empírico estudado: o da reforma da previdência na América latina.

Além deles, pode-se indicar Berry e Berry (1990 e 1992), Mintrom (1997) como autores influentes na teoria sobre difusão de políticas contemporânea (GRAHAM;



SHIPAN; VOLDEN, 2008). Berry e Berry (1990 e 1992) são clássicos: introduzem o uso do *Event History Analysis*<sup>23</sup> (EHA) na leitura da difusão de inovações e realizam estudos empíricos nos Estados Unidos da América. Já Mintrom (1997), também faz uso do EHA na parte empírica, mas procura discutir o papel de especialistas em políticas públicas (atores políticos) na difusão de políticas.

Vale também ressaltar a influência dos artigos de Starr (1991), Radaelli (2000), Simmons e Elkins (2004). Eles, no entanto, têm maior relevância para estudos voltados para a difusão em contexto internacional.

Apesar do tema da difusão, disseminação ou transferência de políticas públicas já ser discutido há várias décadas no exterior – especialmente nos Estados Unidos –, no Brasil discussões sobre o tema são escassas. Logo, pouco se sabe sobre fatores que levam a disseminação de políticas públicas em países em desenvolvimento como o Brasil (SUGIYAMA, 2004).

Nos últimos anos alguns autores nacionais começaram a interessar-se pelo tema. São eles Paulics (2003 e 2004) buscando compreender os fatores de disseminação do programa de garantia de renda mínima no Brasil de 1991 a 1997 à luz de Latour e seu modelo de translação; Sugiyama (2004) que analisa programas de políticas sociais no Brasil redemocrático, por meio de três abordagens explicativas: incentivos políticos, ideologia e conjuntura sociológica; Dois anos depois, Sugiyama (2006) realiza um estudo para apurar quais fatores explicam a difusão de programas sociais no Brasil redemocrático, tentando entender se os *policymakers* brasileiros estão motivados por questões de interesse pessoal, por ideologia ou por inserção em redes sociais ou profissionais que o direcionam a adoção de um determinado programa. Para isso, realiza um *Event History Analysis* dos programas Bolsa Escola e Programa Saúde da Família; Wampler e Avritzer (2006) que enfocam a difusão dos programas de Orçamento Participativo (OP) no Brasil, ressaltando como fatores de difusão a sua catalisação pela sociedade civil, o sucesso eleitoral dos programas

---

<sup>23</sup> Uma técnica ou método estatístico, que requer observações anuais e seções inter-comunicantes, que pode ser capaz de explicar algumas formas de comportamento político. “O propósito do *Event History Analysis* é explicar por que alguns indivíduos apresentam um maior risco de experimentarem evento(s) de interesse que outros [em um dado período de tempo]” (VEMUNT; MOORS, 2005, p.1, tradução nossa).

implementados e a publicidade alcançada devido a prêmios de inovação surgidos no contexto do OP; Manosalva (2006), analisando os processos de disseminação no contexto da descentralização das políticas; Farah (2005, 2006a, 2006b, 2006c<sup>24</sup>, 2007) responsável por analisar a continuidade e disseminação de diversos programas cadastrados no prêmio Gestão Pública e Cidadania<sup>25</sup> e, por meio da análise crítica dos casos estudados e da literatura especializada, viabilizou um aparato teórico que identifica fatores que recorrentemente viabilizam a disseminação de políticas em contexto local no Brasil; Silva (2007) que fez uso do referencial de Farah e analisou os fatores que influenciaram a disseminação de políticas de microcrédito na Região Metropolitana de São Paulo; e, por fim, Bitelman (2008) que analisou o caso das políticas públicas de economia solidária em dois municípios da região sudeste brasileira.

De acordo com Dolowitz e Marsh (1996) há uma preponderância de estudos de transferência de políticas sob uma perspectiva pluralista. O pluralismo é uma abordagem de leitura do fenômeno em discussão que tende a convergir para explicações que tangem os processos políticos (relatando que o processo agrega novas idéias e atores, que acabam por influenciar a tomada de decisão) e as intenções dos atores (ligadas a disputa de poder). Dolowitz e Marsh (1996) ainda apontam outras posições macro-teóricas que podem, potencialmente, oferecer alternativas ao pluralismo: a abordagem neo-institucional, a teoria da escolha racional e o neo-marxismo.

Nesta dissertação fizemos uso da abordagem pluralista, pois **privilegia o papel dos atores locais** na disseminação de políticas. O marco teórico utilizado foi o de Marta Farah (2005, 2006a, 2008), pois ela concentra sua reflexão na disseminação em nível local de governo e ainda traz um arranjo sistematizado dos fatores que podem contribuir para a ocorrência da disseminação de políticas públicas. São seis os fatores elencados por Farah:

---

<sup>24</sup> Esse artigo foi apresentado no X Colóquio de Poder Local (ocorrido em 2006), que contou com uma sessão sobre disseminação de políticas. Isso demonstra o quanto o tema vem ganhando importância na literatura acadêmica nacional recentemente. Outros artigos importantes foram apresentados, mas este será o representante, nesta dissertação, de todos eles.

<sup>25</sup> Trata-se de um programa, desenvolvido pela FGV-EAESP e pela Fundação Ford com apoio do BNDES, de premiação anual de 20 iniciativas inovadoras no contexto subnacional brasileiro e que reuniu em dez anos de existência (1996 a 2006) um banco de dados de 8 169 programas inovadores de governos subnacionais (FARAH, 2007).

- a. **As características intrínsecas da inovação:** refere-se à sua capacidade de resolver problemas;
- b. **A natureza do problema enfrentado:** refere-se precipuamente à amplitude do problema, isto é, se é peculiar a uma só localidade ou também a outros locais;
- c. **A percepção do problema como prioritário:** refere-se a fatores intersubjetivos dos atores sociais e políticos;
- d. **Convergência de agendas:** refere-se à convergência entre a agenda de políticas públicas das localidades de onde provêm e a daquelas para onde se disseminam as políticas. A agenda local, por sua vez, é influenciada por outro conjunto de fatores:
  - os fatores estruturais (como globalização e crise fiscal, por exemplo);
  - a influência de agências externas (sobretudo condicionando financiamentos à implementação da política);
  - redefinição das atribuições dos municípios no quadro do federalismo brasileiro
  - a influência de outros atores sociais e políticos locais (como políticos, burocratas, especialistas e movimentos sociais);
- e. **O acesso a informação:** refere-se à emergência de seminários, consultorias, organizações internacionais, premiações de políticas inovadoras e redes, garantindo o acesso dos atores a políticas públicas inovadoras e que coadunam com os problemas enfrentados na esfera local;
- f. **O processo de seleção de políticas** pelos atores envolvidos no processo decisório nas localidades receptoras: refere-se ao condicionamento ou influência do arcabouço institucional e estrutural na ação dos atores. Aqui estão inclusos:
  - incentivos políticos,
  - incentivos financeiros,
  - estrutura institucional (ex. arcabouço legal existente),
  - características estruturais do local,
  - path dependency (legado de políticas prévias),
  - ideologia.

Os fatores elencados por Farah (2005, 2006a, 2008) nortearam esta pesquisa.

Além disso, buscou-se em Dolowitz e Marsh (1996) o referencial para responder à pergunta de pesquisa “O que foi disseminado?”. Eles identificaram sete objetos de

transferência: metas de política, estrutura e conteúdo; instrumentos de política ou técnicas administrativas; instituições; ideologia; idéias, atitudes e conceitos; e lições negativas.

A revisão teórica realizada por Dolowitz e Marsh (1996) não só foram usadas como referencial para responder ao questionamento acima, mas também forneceram *insights* e categorias importantes para auxiliar o pesquisador a responder outras perguntas de pesquisa como: Quem transferiu as políticas? Por que as políticas foram transferidas? Quais os diferentes níveis de transferência? De onde as lições foram aprendidas? Que fatores limitaram a transferência da política?

## ESTADO DA ARTE DO TEMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Passada a etapa de conhecimento do referencial teórico de disseminação de políticas públicas (qualquer política pública), faremos um breve levantamento dos estudos sobre políticas públicas de economia solidária (independentemente de tratarem de seu processo de disseminação).

Analisando estudos já realizados sobre políticas públicas de economia solidária percebemos, primeiramente, a diversidade áreas do conhecimento que buscam compreender essa temática nas universidades brasileiras.

Do departamento de Ciência Política da USP, chamamos a atenção para o estudo de Gabriela Cunha (2002) sobre a Incubadora de Cooperativas de Santo André, instaurada para fomentar a viabilidade de EES; ainda no âmbito da USP, o departamento de Sociologia deu sua contribuição a partir da dissertação de Ludmila Abílio (2005) sobre o programa Oportunidade Solidária e outro programa social da prefeitura de São Paulo; do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), destacamos a dissertação de mestrado de Regina Nishimura (2005) sobre o Programa de Economia Solidária de Londrina; há ainda a tese de doutorado na área de Psicologia Social de Marilene Zazula Beatriz (2007) da PUC-SP que indica a distância entre os discursos de um grupo popular e os fóruns

de economia solidária – criados pelo poder público para discutir as questões mais relevantes sobre o tema (BITELMAN, 2008).

Até o ano de 2008, no entanto, não havia estudos sobre disseminação de políticas públicas de economia solidária em contexto subnacional brasileiro. Isso, em princípio, é uma tarefa dos departamentos de Administração das universidades (em especial, dos programas de administração pública) ou do departamento de Ciência Política. Para preencher esta lacuna emergiu o estudo de Marina Bitelman (2008), do programa de mestrado em Administração Pública e Governo da FGV. A autora estudou a disseminação de políticas públicas de economia solidária a partir dos casos de São Paulo e Osasco. Sua pesquisa foi realizada nos moldes da que nos propusemos a realizar, diferenciando-se desta pesquisa apenas por tratar-se de outro *locus* de estudo.

Compreender como se disseminam políticas públicas de economia solidária é, talvez, um importante elo na compreensão de como e por que, já em 2005 – apenas dois anos após a implantação do SENAES –, já existiam empreendimentos econômicos solidários em 41% dos municípios brasileiros (ATLAS, 2006).

## CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E TRAJETÓRIA DE PESQUISA

O primeiro passo dado na construção desta dissertação foi realizar uma pesquisa bibliográfica para conhecer mais sobre o tema de suporte desta pesquisa – economia solidária – dado que desconhecíamos muito mais do que um simples e vago conceito do que é um empreendimento de economia solidária.

Com isso elencamos todos os textos citados mais de três vezes nos anais do EnANPAD entre os anos de 2003 a 2008 em artigos que tratam do tema em voga. Conhecendo, assim, autores e textos centrais e sobre o tema, como Singer e Souza (2000), Andion (2001), França Filho (2002), Gaiger (2000) e Cattani (2003)<sup>26</sup>.

Por instrução do orientador desta dissertação, buscamos conhecer a incubadora de pequenos negócios solidários da UFES em parceria com a prefeitura de Vitória/ES, bem como alguns empreendimentos por ela assessorados. Tal passo foi essencial para a compreensão do que de fato é um EES. Assim foi possível visualizar, por exemplo, o quanto o apoio do Estado é importante para os EES na concretização dos seus ideais.

A partir da imersão *in loco* passamos a nos questionar por que algumas prefeituras têm essa visão de fomentar empreendimentos desse tipo e outras não. A partir desse momento buscamos um referencial teórico que pudesse nos ajudar a solucionar tal questionamento.

Em seguida conhecemos, ao mesmo tempo, o estudo de Bitelman (2008) e o referencial teórico de Marta Farah acima descrito.

Decidimos então que realizaríamos um estudo de caso, que, segundo Gil (2002, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, buscando realizar um exame

---

<sup>26</sup> A lista completa dos autores mais citados encontra-se em quadro no Apêndice A.

detalhado de quais os fatores confluíram para que as políticas públicas de economia solidária atingissem outras cidades implantadoras. Escolhemos então realizar esse estudo na cidade de Manaus, principalmente devido aos motivos já elencados no capítulo um.

Yin (2001) indica que um estudo de caso é uma forma distintiva de investigação empírica, que tem como objetivo, da mesma forma que os experimentos, expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar freqüências (generalização estatística). Nos estudos de caso, o fenômeno é investigado dentro do contexto da vida real.

Um dos limites de um estudo de caso é o fato de que, “durante muito tempo, o estudo de caso foi encarado como procedimento pouco rigoroso, que serviria apenas para estudos de natureza exploratória” (GIL, 2002, p.54), todavia esse entendimento encontra-se ultrapassado na academia moderna. Outra aparente debilidade de um estudo de caso é a dificuldade de generalização a partir de um único caso. Este último ponto fraco na realidade torna-se um ponto positivo desta pesquisa, tendo em vista que ela veio para somar a um estudo deste mesmo porte já realizado<sup>27</sup> e porventura a outros que virão.

## INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Seguindo as indicações de Yin (2001), como fonte de dados primários, realizaram-se **entrevistas** com atores da economia solidária local. Houve ainda uma **pesquisa documental**, para o levantamento de dados secundários, principalmente em documentos e dados da prefeitura e de outros órgãos governamentais como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), visando nos capacitar no entendimento ou na contextualização das evidências obtidas em entrevista.

---

<sup>27</sup> Estudo de Marina Farkas Bitelman (2008).

A análise de dados foi efetuada de forma explicativo-qualitativa (GIL, 2002), fazendo uso de técnicas de análise de documentos e de série sistemática de entrevistas de roteiro semi-estruturado.

## PARTICIPANTES

Procuramos evidências sobre os fatores que contribuíram para a disseminação do tema em questão sob uma dupla perspectiva: de um lado buscamos conhecer o fenômeno na perspectiva dos gestores públicos e de outro lado na perspectiva do movimento social local de economia solidária<sup>28</sup>. Isso foi feito para evitar sobrevalorizar determinados fatores influenciadores ou determinadas ações de qualquer um dos segmentos. Nos elos de ligação dessas duas perspectivas, encontramos os fatores buscados.

No lado do poder público, entrevistamos dois gestores do programa de economia solidária da prefeitura de Manaus que vivenciaram o momento da implantação desse programa: Luiz Gonzaga de Souza, chefe da Divisão de Economia Solidária (DES) e João Batista Prestes, gerente de qualificação e pesquisa da Divisão de Economia Solidária (DES).

No lado do movimento social, buscou-se conhecer o ponto de vista de integrantes dos empreendimentos e de representantes de instituições que apoiaram a criação e empoderamento dos mesmos na localidade. No âmbito das instituições de apoio entrevistamos uma ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva; uma assessora da Cáritas Arquidiocesana de Manaus – Luiza de Marillac Moreira; e um representante da Pastoral Operária de Manaus – Amadeu Guedes. Já no âmbito dos empreendimentos entrevistamos o coordenador estadual da Unisol

---

<sup>28</sup> Denominaremos “movimento social local de economia solidária” o agrupamento de sujeitos sociais ligados a empreendimentos produtivos solidários de Manaus, que, de forma articulada com seus pares, buscam a ampliação da visibilidade política, econômica e social dos empreendimentos de economia solidária. As bases desse movimento estão representadas no Fórum Municipal de Economia Solidária, ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.



Brasil<sup>29</sup> – Domício Mateus Gamenha; uma coordenadora executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária (FAES) – Deusdeth Salles; e um coordenador executivo do Fórum Municipal de Economia Solidária – Clay Oliveira Esteves.

A escolha dos entrevistados do poder público foi direcionada aos cargos de maior destaque dentro da estrutura da DES. Já a escolha dos representantes do movimento social ocorreu a partir da indicação dos próprios membros do movimento, entrevista após entrevista. Importante destacar que todos os indicados como representantes dos empreendimentos ocupavam posições de liderança no movimento local. A primeira entrevistada no âmbito do movimento social foi a ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da UFAM, visto que a instituição foi indicada como pioneira no fomento de empreendimentos solidários pelos integrantes do poder público (e posteriormente, em unanimidade, pelos demais entrevistados do movimento social).

O objetivo das entrevistas foi resgatar, por meio das experiências dos mesmos, os fatores que influenciaram a disseminação do programa até Manaus que fuja a respostas prontas.

## INSTRUMENTO

Na coleta de dados dos membros do movimento social de economia solidária foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, composta por questões abertas, que foram realizadas na ordem a seguir: *Como surgiram os empreendimentos de economia solidária em Manaus? Quais foram as primeiras instituições a fomentar a criação dos empreendimentos? Quando e como o governo municipal passou a se interessar pela economia solidária? Qual foi o papel da mobilização política dos atores sociais na implementação da política?*

O mesmo roteiro de pesquisa acima foi aplicado aos representantes do poder público local, somente foram inclusos os seguintes questionamentos, visando

---

<sup>29</sup> União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

conhecer um pouco mais da política implantada: *Qual a política implantada? Fale um pouco sobre ela. Qual o objetivo da política? Quais as características dos beneficiados por essa política? Existe algum convênio ou repasse de verbas do governo federal ou estadual ou de alguma entidade estrangeira para a prefeitura fomentar a criação e desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária? Há algum pré-requisito da prefeitura para receber esse repasse? Por que fomentar empreendimentos de economia solidária e não outro modo de geração de emprego e renda? Na visão da prefeitura, em que medida a economia solidária pode reverter ou amenizar o problema em discussão? Quais foram os principais atores responsáveis pela delimitação da política pública de economia solidária em Manaus? Houve algum intercâmbio com a prefeitura de outra localidade na delimitação da política? Como isso se deu?*

## TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas e passaram pelo procedimento metodológico proposto por Bardin (2002) de análise de conteúdo<sup>30</sup>, especificamente a denominada análise categorial. A categorização será realizada pela investigação dos temas, ou análise temática.

Para Bardin a análise de conteúdo constitui-se de

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2002, p.38).

Dito de outra forma, esse modelo trata-se de um conjunto de técnicas de análise das mensagens, que classifica os elementos constitutivos de maior incidência e os codifica e categoriza (passagem dos dados brutos para dados organizados) para uma reflexão mais profunda dos depoimentos.

---

<sup>30</sup> Existem várias técnicas desenvolvidas na análise de conteúdo. São elas a análise categorial (cuja mais recorrente possibilidade de categorização é a por análise temática), análise de avaliação, análise da expressão, análise das relações e análise da enunciação.

Fazer uma análise temática, segundo Bardin (2002, p.105), é descobrir “núcleos de sentido” em um dado discurso, que podem significar algo para o objeto de análise escolhido.

Seguindo o curso indicado por Bardin (2002), visando auxiliar a sistematização (agrupamento) dos dados, foram definidas categorias apriorísticas (pré-definidas antes das entrevistas com os sujeitos de pesquisa). Como se poderá notar, as categorias de agrupamento foram extraídas do marco teórico utilizado nesta dissertação. Sem mais, as categorias apriorísticas delineadas para a análise temática foram as seguintes:

- Características Intrínsecas da Inovação;
- natureza do problema enfrentado;
- percepção do problema;
- formação da agenda local;
- acesso a informação;
- incentivos políticos;
- incentivos financeiros;
- estrutura institucional;
- características estruturais do local;
- legado de políticas prévias;
- ideologia.

A partir da interpretação dos dados obtidos por meio de entrevistas com atores locais, foram extraídos os fatores que influenciaram a adoção de programas economia solidária na cidade de Manaus.

No próximo capítulo trataremos o estudo do caso de Manaus e a gênese da política pública local de economia solidária. Vale frisar que o nosso propósito é desvendar a origem e o modo como a idéia alcançou o município, para prover subsídio ao avanço da teoria, não de apresentar características detalhadas das instituições criadas para implementar a política.

## CAPÍTULO 4 – A CIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir deste ponto, divulgaremos alguns dados sobre a capital manauara para assessorar o entendimento da análise do processo de disseminação, que ocorreu no ano de 2009 durante a gestão de Amazonino Mendes na prefeitura municipal.

### HISTÓRIA, ECONOMIA E ALGUNS TRAÇOS CARACTERÍSTICOS ATUAIS DA CIDADE

Para entender o porquê de uma intervenção governamental em um campo qualquer, é importante conhecer um pouco da história, economia e dos traços característicos atuais da localidade em questão. Na tentativa de tornar claros alguns aspectos da cidade e da região em que se encontra, esboçaremos a história econômica e política de Manaus, já ressaltando alguns aspectos que tangem a economia solidária na cidade.

A região é conhecida internacionalmente pelo conjunto de rios, aquíferos e arquipélagos que a formam, para não mencionar as outras riquezas do bioma amazônico e as comunidades indígenas que ainda restam.

A bacia do Amazonas ganhou importância já nos tempos do Brasil colônia com o deslocamento dos portugueses além-Tordesilhas para defender a terra das incursões estrangeiras.

Em 1652 iniciou a entrada de missões jesuítas e exploração das drogas do sertão até meados do século XVIII.

A época dourada da região e o impulso à urbanização de Manaus vieram no final do século XIX com a Revolução Industrial. A extração do látex dos seringais atendia à demanda da indústria automobilística. Essa fase da história da região ficou conhecida como “o Primeiro Ciclo da Borracha”, que teve seu fim com o início da extração de látex a baixo custo na Ásia.

Houve ainda um Segundo Ciclo da Borracha (1942 a 1945) na região amazônica durante a Segunda Guerra Mundial, com a invasão nipônica da Malásia e o conseqüente declínio da produção no oriente. Para suprir as forças aliadas de borracha para a produção de material bélico e ao mesmo tempo amenizar o problema de grave seca no nordeste à época, o presidente Getúlio Vargas incentivou o alistamento de nordestinos para se dirigirem à Amazônia e se dedicarem à extração do látex. A migração foi custeada com capital estadunidense, que tinha grande interesse no deslocamento. Os migrantes ficaram conhecidos como soldados da borracha e muitos foram dizimados, principalmente devido às doenças tropicais.

No entanto, é a partir do Período Militar brasileiro com a doutrina do “integrar para não entregar” contida no Plano de Integração Nacional que a região ganhou os traços modernos. Nesse contexto foi construída a rodovia Transamazônica e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que passou a oferecer incentivos aos interessados em produzir nessa terra. Foi um período de grandes fluxos migratórios para a região.

Manaus, a capital do Estado do Amazonas e principal cidade da Amazônia Ocidental, é hoje uma espécie de centro de distribuição de todo o interior do Amazonas e até de alguns estados vizinhos, dado que o abastecimento de víveres e serviços da região em grande parte provém da cidade ou nela se centraliza por aspectos logísticos.

Os rios da região são verdadeiras vias de acesso a grande parte das cidades e comunidades ribeirinhas. A maioria dos municípios e comunidades da região é apenas alcançada por hidrovias, sendo Manaus o principal pólo do tráfego hidroviário da região.

Grande parte do que é consumido em – ou distribuído por – Manaus não se produz na cidade. O solo da região é pobre em nutrientes e pouco produtivo. Gêneros alimentícios geralmente são provenientes de comunidades ribeirinhas do entorno e de outros centros de distribuição como Porto Velho (RO) e Belém (PA).

Manaus é grande produtora de bens de consumo, abastecendo principalmente o mercado interno brasileiro. Essa característica é fruto do parque industrial do município, expandido pela implantação da Zona Franca de Manaus na década de 1960.

Dada essa centralidade do município, o mesmo é também polarizador de negócios e serviços. O comércio é extremamente aquecido. Sendo um mercado promissor não somente para os pequenos, médios e grandes empresários, mas também para a economia informal e economia popular.

O centro da cidade, importante pólo turístico e comercial, é cercado por vendedores ambulantes que oferecem nas calçadas desde equipamentos eletrônicos a lanches regionais. Percebe-se inclusive uma espécie de simbiose entre os vendedores populares e o mercado formal, na medida em que parcela importante dos consumidores freqüenta as imediações em busca daqueles e não destes.

O comércio aquecido e principalmente o Pólo Industrial de Manaus (PIM) atraem migrantes em busca de oportunidades – às vezes ilusórias –, principalmente das regiões norte e nordeste brasileira.

Por fim, de acordo com traços elencados nos estudos clássicos de Crain (1966) e Walker (1969), pode-se considerar Manaus como uma cidade-líder, principalmente no âmbito da região norte do Brasil, devido ao seu tamanho, saúde (financeira) e natureza cosmopolita. Por isso, em tese, as políticas públicas implementadas nesta cidade são constantemente copiadas pelas demais prefeituras da região.

## POLÍTICA

Nos últimos 25 anos, a cidade de Manaus passou por 12 diferentes ciclos de gestão. Isso se deve ao fato de que, durante esse intervalo de tempo, apenas quatro prefeitos eleitos completaram todo o seu mandato. A tabela a seguir caracteriza brevemente as últimas gestões.

<b>Prefeito</b>	<b>Eleições</b>	<b>Período de Gestão</b>	<b>Partido Político</b>
Amazonino Mendes	1982	1983 a 1986	Nada consta
Manoel Henriques Ribeiro (afastado)	1986	1986 a 1988	PTB
Alfredo Pereira do Nascimento (interventor)		1988 (6 meses)	
Manoel Henriques Ribeiro		1988 (1 mês)	PTB
Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto	1988	1989 a 1992	PSB
Amazonino Mendes (renunciou)	1992	1993 a 1994	PDC
Eduardo Braga		1994 a 1996	PPS
Alfredo Pereira do Nascimento	1996	1997 a 2000	PPB
Alfredo Pereira do Nascimento (renunciou)	2000	2001 a 2004	PL
Luís Alberto Carijó		2004 (9 meses)	PL
Serafim Fernandes Corrêa	2004	2005 a 2008	PSB
Amazonino Mendes	2008	2009 a dias atuais	PTB

Quadro 2. Administrações da prefeitura de Manaus nos últimos anos.

Fonte: site do TSE e TRE/AM. Acesso em 12/03/2010. Elaboração do autor.

A primeira gestão municipal não completa no período em análise se deu pelo afastamento do prefeito Manoel Henriques Ribeiro devido à intervenção decretada em 07 de junho de 1988, pelo então governador Amazonino Mendes, com base em parecer do Tribunal de Contas dos Municípios. Na oportunidade foi nomeado interventor Alfredo Nascimento, que assumiu a administração por poucos meses. Logo depois, o prefeito afastado retorna brevemente à prefeitura por força de liminar do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Todavia, grande parte dos cismas ocorreu por renúncia dos gestores para concorrerem a outros cargos políticos. No ano de 2004, por exemplo, renunciaram prefeito e vice-prefeito – aquele para se tornar ministro de Estado e este para assumir o cargo de vice-governador eleito. Com a vacância dos dois chefes do executivo em 2004, a Câmara Municipal elegeu, em votação indireta, o então presidente da Câmara como prefeito interino de Manaus para um mandato de apenas 9 meses.

Mais um fato que chama a atenção na tabela acima é a pequena quantidade de figuras políticas que se revezaram no poder nos últimos anos.

Pode-se ainda afirmar que a história política da cidade de Manaus se confunde um pouco com a trajetória política do atual prefeito da capital (e que, como veremos, veio a implementar o primeiro programa de economia solidária na cidade). Amazonino Mendes, atualmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já foi prefeito de Manaus por três vezes e governador do estado do Amazonas por três mandatos. Encontra-se há quase 30 anos no poder. Sua trajetória política completa pode ser verificada no quadro abaixo.

Amazonino é eleito prefeito de Manaus.  Gilberto Mestrinho (PMDB) é eleito Governador do Amazonas.	Amazonino é eleito governador do Amazonas.  Amazonino foi apoiado pelo então governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB).	Amazonino não se candidata à reeleição ao governo do estado. Candidata-se ao cargo de Senador.  Amazonino é eleito Senador com 338.631 votos.  Gilberto Mestrinho (Aliança Democrática do Amazonas) é eleito Governador do Amazonas.	Amazonino é eleito prefeito de Manaus.  Renunciou o mandato em 1994 para concorrer ao cargo de governador do Amazonas.  Eduardo Braga era o vice prefeito e assumiu em 1994.	Amazonino é eleito governador do Amazonas.  Venceu em primeiro turno com 62,26% dos votos válidos.	Reeleição de Amazonino como governador do Amazonas.  Venceu em primeiro turno com 51,13% dos votos válidos.	Amazonino (PFL) foi derrotado nas eleições para prefeito em segundo turno com 48,32% dos votos válidos.  Foi a primeira derrota de Amazonino nas urnas em 21 anos.  Serafim Corrêa (PSB) é eleito prefeito de Manaus, com 51,68% dos votos válidos.	Amazonino (PFL) foi derrotado nas eleições pelo governador reeleito Eduardo Braga (PMDB) no primeiro turno, com 50,63%.  O vice de Eduardo Braga (PMDB) era Omar Aziz (PMN).  Note que Amazonino não conseguiu ir para o segundo turno por apenas 0,63%.	Amazonino é eleito prefeito de Manaus para mandato de 2009 a 2012, em segundo turno, com 46,21% dos votos.  Serafim concorreu à reeleição pelo PSB, mas obteve apenas 23,00% dos votos no segundo turno.	Amazonino – então prefeito de Manaus – apóia Omar Aziz (PMN), candidato à reeleição como Governador do Amazonas.  Omar Aziz é reeleito governador do Amazonas, no primeiro turno, com 63,87% dos votos.  O candidato Alfredo Nascimento (PR) – apoiado formalmente pelo então presidente da República – fica em segundo lugar nas urnas (25,91% dos votos).
<b>Eleições</b> 1982	<b>Eleições</b> 1986	<b>Eleições</b> 1990	<b>Eleições</b> 1992	<b>Eleições</b> 1994	<b>Eleições</b> 1998	<b>Eleições</b> 2004	<b>Eleições</b> 2006	<b>Eleições</b> 2008	<b>Eleições</b> 2010
(1983 a 1986) Prefeito de Manaus	(1987 a 1990) Governador do Amazonas	(1991 a 1992) Senador	(1993 a 1994) Prefeito de Manaus	(1995 a 1998) Governador do Amazonas	(1999 a 2002) Governador do Amazonas			(2009 a 2013) Prefeito de Manaus	
Nada TSE	Vice foi Vivaldo Frota		Vice foi Eduardo Braga	Vice foi Alfredo Nascimento	Vice foi Samuel Assayag			Vice é Carlos Souza (PP)	
Nada TSE	PMDB	ALIANÇA DEMOCRÁTICA DO AMAZONAS	PDC	PPR	PFL (Coligação PTB / PRTB / PSDB / PT do B / PRP / PSDC / PST / PSC / PFL / PL / PMDB)			PTB (Coligação “Manaus, um futuro melhor” - PTB / PP / PHS / PRTB / PTN / PTC)	



Legenda	
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PPR	Partido Progressista Reformador
PFL	Partido da Frente Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional

Quadro 3. Trajetória Política de Amazonino Mendes.

Fonte: site do TSE e TRE/AM. Acesso em 12/03/2010. Elaboração do autor.

Importa observar nesse quadro que Amazonino Mendes não adotou uma postura de fidelidade partidária durante sua carreira política. Já passou pelo PMDB, partido de tendência centrista; PDC e PPR, à época partidos de perfil moderado e conservador; PFL, agremiação política de centro-direita ou direita; e PTB, partido que tem como traço histórico a defesa das conquistas trabalhistas, mas de tendências centro-esquerdistas. Merece também atenção que, por diversas vezes, renunciou a mandatos em curso para disputar outros cargos eletivos (ex. 1992 e 1994). Outro detalhe, é que seu vice-prefeito na gestão de 1993 a 1994 – Eduardo Braga – foi seu opositor ao cargo de governador nas eleições em 2006. Mais um detalhe importante é que Amazonino Mendes não apoiou Alfredo Nascimento – seu vice-governador na gestão de 1995 a 1998 – nas eleições para governador do Amazonas em 2010; na oportunidade Amazonino apoiou Omar Aziz, que também foi seu opositor nas eleições em 2006 (como vice de Eduardo Braga).

Amazonino iniciou sua vida política no movimento estudantil de esquerda, na Universidade Federal do Amazonas. Elitizou-se no fim dos anos 90 – fato marcado pela sua filiação ao PFL nas eleições de 1998. Essa mudança de paradigma político, associada a escândalos que marcaram sua trajetória política, conduziram-no – filiado ao PFL – a suas duas únicas derrotas em disputas eleitorais (nas eleições de 2004 e 2006).

Todavia nas eleições de 2008, agora filiado ao PTB, Amazonino vence as eleições e volta ao poder. Durante a campanha, Amazonino mobiliza as massas com forte apelo popular e é, em regra, apoiado pelo movimento social.

Os fatos acima citados são comentados por um dos atuais gestores de economia solidária da prefeitura de Manaus no trecho abaixo.

[Falando mais pausadamente] Mas ele depois se elitizou e se torna aí adepto de uma direitona aí né... Aí ele retorna para cá [para a prefeitura] e aí ele chama o movimento social que queria uma prefeitura que trabalhasse nesse sentido... E aí, acho que ele quis, de certa forma, corresponder ou fazer aquilo que ele tinha prometido na campanha.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

## ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MANAUS

Grupos produzindo e usufruindo de maneira coletiva e autogestionária sempre existiram mundo afora. No caso de Manaus, em um primeiro esforço de reflexão, já vem à mente o fato de que os povos indígenas, em regra, já viviam nessa perspectiva.

Além deles, sabe-se que alguns grupos de artesãos, agricultores, ribeirinhos já vinham trabalhando dentro ou próximo dessa perspectiva. Em Manaus, auxiliando esses e outros grupos a organizarem-se e a manterem-se em tal perspectiva, destacam-se a Cáritas, a CUT (Central Sindical) e a Unitrabalho.

Alguns grupos já existiam através da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Lá na UFAM eles têm a Unitrabalho. As primeiras experiências de economia solidária, na minha visão que estou aqui em Manaus há muitos anos, eu vejo por ali, pela Unitrabalho. Aí [na Unitrabalho] tem a Heloísa Helena, que participou; tem a professora Antonieta; [...] a Iraildes Caldas. Mas já existiam algumas instituições aqui [em Manaus], fora a universidade, que já trabalhavam essa perspectiva, que é no caso a Cáritas, a CUT (Central Sindical) [...].  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Como aponta Luiz Gonzaga, a igreja católica foi uma das pioneiras no assessoramento dos empreendimentos solidários e seus participantes. Em Manaus esse trabalho foi realizado pela Pastoral Operária (PO) e pela Cáritas Arquidiocesana<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> A Cáritas Arquidiocesana de Manaus é vinculada à Cáritas Brasileira, que, por sua vez, está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Pastoral Operária (PO) surgiu no Brasil na década 1970 em São Paulo, em pleno regime militar, buscando por melhores condições de vida no trabalho. Em Manaus surgiu como resultado do 2º Congresso de Leigos em 1979. A PO local foi formada por jovens que militavam na pastoral da juventude e que trabalhavam no recém criado distrito industrial da cidade (hoje chamado Pólo Industrial de Manaus). A Pastoral Operária está altamente engajada no movimento sindical local. Na década de 1980 ajudou a fundar diversos sindicatos como o dos vidraceiros de Manaus. Já na década de 1990, com as elevadas taxas de inflação em todo o país e desemprego generalizado, a PO passou a buscar alternativas de emprego e renda para esses desempregados. Então a pastoral passou a trabalhar com pequenos grupos na perspectiva dos solidários – que na época não eram nomeados de “economia solidária” mas “grupos comunitários”. A igreja financiava tais projetos principalmente com recursos da campanha da fraternidade. Atualmente a PO de Manaus trabalha com um dos grupos mais antigos de economia solidária de Manaus – a GAGER Mulher (criado formalmente no ano de 2000): um grupo de costureiras que trabalham associativamente com costura e bordados<sup>32</sup>.

A Cáritas Arquidiocesana de Manaus é um organismo da igreja católica criado em Manaus em 1962 com um viés inicialmente assistencial e caritativo. Mas em meados da década de 1990 transformou seus programas e passou a trabalhar projetos sociais de defesa e promoção da vida com ênfase à solidariedade libertadora<sup>33</sup>. A Cáritas Arquidiocesana de Manaus trabalha hoje no acompanhamento e capacitação dos grupos com ênfase na intervenção política e social. Junto a outros, foi protagonista na criação e organização do Fórum Amazonense de Economia Solidária (FAES), na organização das associações de catadores de materiais recicláveis da cidade e na discussão da lei municipal de economia solidária<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Informação fornecida por Amadeu Guedes, assessor de comunicação da Pastoral Operária de Manaus, em entrevista.

<sup>33</sup> “A ênfase à solidariedade libertadora, atual fase da Cáritas, privilegia um enfoque, um ponto de partida sobre o qual atua, seja nas situações de emergência, seja no apoio às iniciativas comunitárias ou associativistas, seja no apoio às mobilizações populares das mais diferentes naturezas, traduzido nas três grandes linhas assumidas como missão da Cáritas Brasileira: 1) chamar a atenção para as situações concretas em que vivem milhões de brasileiros; 2) conscientizar e despertar a comunidade sobre estas situações; 3) organizar a solidariedade da comunidade para com seus membros ou para os que vivem carências em outras comunidades” (BERTUCCI, 1996, p. 61-62).

<sup>34</sup> Informação fornecida por Luiza de Marilac Moreira, assessora da Cáritas Arquidiocesana de Manaus, em entrevista.

Questionada em entrevista sobre o surgimento da economia solidária em Manaus, uma das maiores expoentes locais sobre o assunto – Profa. Dra. Heloísa Helena –, que acompanhou e protagonizou diversos fatos relacionados à temática (como acadêmica e ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos ligada à universidade), assim mapeou o surgimento da economia solidária em Manaus:

Eu poderia dizer que alguns [empreendimentos] foram construídos a partir de uma discussão entre a universidade, mais precisamente entre a UNITRABALHO, e alguns trabalhadores que no início dos anos 90 se encontravam desempregados. Eu diria que três empreendimentos foram construídos a partir desse diálogo e os demais foram reconhecidos como sendo empreendimentos que, embora tenham uma economia extremamente popular, foram reconhecidos como sendo de economia solidária já nos anos 2000 [...].

Eu diria que são três empreendimentos primeiros: um empreendimento com trabalhadores agrícolas moradores de um assentamento do Incra chamado Turumãmirim; outro que foi a construção de uma empresa de serviços que é a CONLIMP; o outro que também eram trabalhadores que estavam desempregados moradores de um bairro da periferia da zona sul de Manaus, que foi o empreendimento criado a partir do potencial turístico da comunidade, que é a Vila da Felicidade.

Outros empreendimentos foram reconhecidos como sendo de empreendimentos que pela sua estrutura de produzir, de gestão e de usufruto, a gente considerou como sendo de economia solidária. São vários grupos do bairro Monte das Oliveiras - lá são aproximadamente seis grupos de mulheres doceiras, artesãos, caboclos. Outros grupos reconhecidos como de economia solidária são mulheres da Japiimlândia que fazem trabalhos de confecção de roupas íntimas, mulheres que fabricam velas na zona leste, para te dizer alguns. Outro que já existia há muitos anos são as mulheres da Compensa. Este surge a partir de mulheres trabalhadoras pertencentes à Pastoral Operária e essas mulheres inicialmente faziam roupas para a cama e mesa. Atualmente elas diversificaram. Dentro do ramo da costura elas atendem várias segmentos. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho, grifo nosso)

Além da Profa. Dra. Heloísa Helena, outros envolvidos contam como foi o trabalho da universidade com os cinco empreendimentos incubados e seus reflexos:

Em 1999 [...] estavam sendo incubados na Unitrabalho cinco empreendimentos em Manaus. [...] Os primeiros empreendimentos que surgiram foram a Vila da Felicidade, o grupo de mulheres da Compensa (Gager Mulher), o assentamento Tarumãmirim, a CONLIMP (que é uma cooperativa de limpeza) e as mulheres do Japiim. Esses foram identificados inicialmente pela universidade e que tiveram mais visibilidade. A partir daí vieram outros empreendimentos como a ECORECICLA, que atualmente está em fase de transformar-se em uma cooperativa. Mas atualmente nós já temos catalogados no fórum municipal mais de cem empreendimentos que se dizem de economia solidária.

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Esses cinco empreendimentos foram referência. Os outros empreendimentos [que vieram] começaram a ver que estava dando certo (a maneira que eles estavam trabalhando, a maneira que eles estavam se inserindo nesse novo processo que é a economia solidária). Então os outros empreendimentos foram se aproximando, querendo saber por quê? Como? E buscando [também] se inserir.

(Entrevista com Deusdeth Salles, uma coordenadora executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária (FAES) e integrante do EES Movimento Comunitário Mauzinho Alimentação)

Na fala de Heloísa Helena, percebe-se a separação dos empreendimentos “construídos” dos empreendimentos “reconhecidos” como sendo de economia solidária. Quanto aos “reconhecidos”, fizeram parte de um movimento de mapeamento das experiências de ecosol executado quando da criação da SENAES – nos anos 2000. Ainda em entrevista, Heloísa Helena conta que alguns dos “construídos” foram fruto dos esforços da UNITRABALHO com grupos de trabalhadores desempregados, nos anos 1990.

A UNITRABALHO é uma fundação de direito privado e sem fins lucrativos voltada ao apoio às atividades de uma rede nacional de universidades na realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo do Trabalho. Seu mais proeminente instrumento de ação são as Incubadoras de Empreendimentos Solidários. A UFAM filiou-se à Unitrabalho em 1996 – no mesmo ano em que esta foi instituída. Unitrabalho local criou, em parceria com a UFAM, a Incubadora de Empreendimentos Solidários de Manaus cerca de 2 anos depois.

Como apontado por Luiz Gonzaga em trecho de entrevista acima, a CUT também foi pioneira no apoio aos empreendimentos. Na verdade, seu papel protagonista foi como parceira da incubação realizada pela Unitrabalho, devido a restrições de cunho orçamentário da instituição pública. Domício Gamenha explicou com mais detalhes essa parceria.

Se não tivesse a parceria da CUT não aconteceria a questão da incubação. Primeiro a questão da logística. A CUT bancou toda a passagem do pessoal pra ir e voltar, a merenda... Se não fosse isso não teria condição do pessoal passar o dia todo estudando.

(Entrevista com Domício Gamenha, coordenador estadual da Unisol Brasil e membro da cooperativa Conlimp)

Outra instituição que fomentou, no início, a criação dos primeiros negócios solidários foi a Petrobrás. Heloísa Helena também conta como foi:

A Petrobrás, mesmo que forçosamente devido a um derramamento de óleo no lago do Cururu, prejudicou a sobrevivência das famílias de lá, que eram famílias de pescadores. Com o lago poluído, eles não tinham mais de onde tirar o pescado e então o juiz ambiental decretou a responsabilidade da Petrobrás com relação a essa comunidade. Foram várias atividades, dentre as quais ela [a Petrobrás] abraçou esse projeto que a Universidade fez de turismo solidário [na Vila da Felicidade].

(Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

Além de criar alguns empreendimentos, Heloísa Helena confirmou o papel protagonista da universidade na mobilização política dos atores de economia solidária.

Um dos esteios da economia solidária é o empoderamento dos sujeitos sociais. A classe trabalhadora tem que ser empoderada. Isso a universidade fez. Hoje, no estado do Amazonas, não se fala em economia solidária sem esses primeiros atores que estão nessa formação. Aconteciam semestralmente cursos de capacitação. Primeiro vinham de São Paulo para cá os professores, geralmente os professores do departamento de economia ou engenharia de produção - são os dois departamentos que mais trabalham com a UNITRABALHO. Eles [os professores] vinham para ministrar esses cursos. E depois eles [os sujeitos dos coletivos de ecosol] passaram a viajar. O primeiro encontro de economia solidária no Brasil que aconteceu em 2004 em Brasília. Nesse encontro, que já reuniu 4.000 empreendedores solidários, o Amazonas já participou com 10 a 13 empreendimentos. E nesse [encontro] já ficaram dois que passaram a compor a direção nacional - que foi o senhor João Prestes da Vila da Felicidade e o Domício Gamenha que é de um empreendimento de serviços gerais, a CONLIMP [...]. O papel decisivo para o empoderamento desses atores foi da universidade. Hoje, no Amazonas, não se fala em economia solidária sem esse povo estar lá. Eles é que estão na base. Nós criamos um Fórum Estadual e, a partir da iniciativa deles, eles criaram um Fórum Municipal. Hoje alguns deles participam da gerência [de economia solidária] na prefeitura municipal de Manaus.

(Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho, grifo nosso)

[O local] onde [o movimento] se aglutinou foi na UFAM, na rede Unitrabalho. Lá que a gente se encontrou. E de lá, através da Profa. Heloísa Helena Corrêa, que é doutora em Serviço Social – formada na PUC-SP – que participou inclusive da reunião de elaboração dessa nova política [federal] de economia solidária junto com o Paul Singer. Ela é uma testemunha ocular desse processo. Ela quem juntou e disse: “existe um movimento que está surgindo no Brasil, a partir do Fórum Social Mundial, e que está crescendo [...]”. [Ela] foi sensibilizando, até que [a gente] se organizou e criou o Fórum Estadual – para poder inclusive participar de movimentos fora do Estado [do Amazonas] como o próprio Fórum Social Mundial [...]. Eu acho que a junção foi a partir da Unitrabalho.

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

A universidade foi protagonista e alavancou as bases sociais e políticas do movimento de economia solidária local. Percebe-se, inclusive, que alguns dos sujeitos empoderados pela universidade, assumiram alguns cargos de direção e gestão da política local. O senhor João Prestes, por exemplo, da Vila da Felicidade, atualmente é gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária da SEMTRAD. Já o senhor Domício Gamenha, da CONLIMP, atualmente é coordenador estadual da Unisol Brasil<sup>35</sup>.

Além do poder público, há ainda instituições não governamentais atuando atualmente no fomento e assessoria dos empreendimentos populares solidários locais. Entre elas pode-se citar o Consulado da Mulher<sup>36</sup> e o NYMUENDAJU<sup>37</sup>.

As evidências apontam que, antes das intervenções federais, Manaus já possuía unidades de produção, comercialização e distribuição cooperativada e autogestionária. A partir daí, com o apoio de diversas Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento<sup>38</sup> (EAFs) o número desses empreendimentos expandiu-se. Então, com o empoderamento do movimento, o poder público municipal passa fomentar os empreendimentos de maneira mais incisiva, como veremos no tópico a seguir.

## A PRIMEIRA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE MANAUS

O primeiro passo para se descobrir quais os fatores que desencadearam a disseminação da política pública de economia solidária para um local é verificar

---

<sup>35</sup> União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

<sup>36</sup> Instituto de responsabilidade da Consul (fabricante de eletrodomésticos), que tem como missão assessorar empreendimentos populares protagonizados por mulheres. Há unidades do Consulado da Mulher nas cidades de Rio Claro (SP), Joinville (SC), Manaus (AM) e São Paulo (SP). A unidade de Manaus foi inaugurada em 2007. Fonte: site <http://www.consuladodamulher.com.br>.

<sup>37</sup> ONG atuante na busca do desenvolvimento sustentável na Amazônia, oferecendo assessoria e apoio aos empreendimentos e grupos solidários da região. Fonte: site <http://www.nymuendaju.com/>

<sup>38</sup> "Consideram-se Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária" Fonte: SENAES/MTE.

quando a primeira política pública em questão foi implementada. Dito de outra forma, a primeira pergunta que se faz é: em que ano ou na administração de que prefeito foi implantado o primeiro programa de economia solidária no município?

Antes de procurar a resposta junto aos atores envolvidos na questão, primeiro realizamos um levantamento dos últimos prefeitos da cidade de Manaus e seus respectivos secretários de trabalho e emprego, com o intuito de obter subsídio informacional para melhor compreender os entrevistados. Os resultados desse esforço de base encontram-se na tabela abaixo.

Prefeito	Período	Nome da Secretaria Trabalho e Emprego (e congêneres)	Secretários	Comentários
Alfredo Pereira do Nascimento (renunciou)	1997 a 2004	Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (SEMTRA)	Darcy Humberto Michiles (13.03.2001 a 04.04.2002)	
			Luiz Gonzaga Campos de Souza (08.04.2002 a 01.04.2003)	
			Rosaline Pinheiro de Lima Muelas (01.04.2003 a 02.04.2004)	
Luís Alberto Carijó	2004 a 2005	Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (SEMTRA)	Valsuí Cláudio Martins (02.04.2004 a 25.05.2004)	
			Leopoldina de Araújo Folhadela (25.05.2004 a 01.01.2005)	
Serafim Fernandes Corrêa	2005 a 2009	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local (SEMDEL)	Jefferson Praia (01.01.2005 a 01.04.2008)	Jefferson Praia era suplente do Senador Jefferson Péres e deixou a secretaria municipal para assumir o Senado.
			Milson Paschoalino (01.04.2008 a 31.12.2008)	
Amazonino Mendes	2009 a dias atuais	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTRAD)	Lúcia Maria Nogueira Lamarão (01.01.2009 a 04.03.2009)  Vital Melo (05.03.2009 a dias atuais)	Na SEMTRAD há uma Divisão de economia Solidária, chefiada por Luiz Gonzaga de Souza.

Quadro 4. Secretários do Trabalho e Emprego da prefeitura de Manaus nos últimos anos.

Fonte: site da prefeitura de Manaus. Acesso em 18/05/2010. Elaboração do autor.  
[www.pmm.am.gov.br/](http://www.pmm.am.gov.br/)  
<http://semtrad.manaus.am.gov.br/>  
<http://semtrad.manaus.am.gov.br/galeria-de-secretarios/>



Feito isso, buscamos conversar com alguns integrantes do movimento de economia solidária para encontrar indícios do marco temporal da implementação da primeira política pública municipal de economia solidária.

Durante a imersão *in loco*, houve indícios de que a economia solidária passou a ser endereçada nas ações do município a partir da gestão do prefeito Serafim Corrêa (2005 a 2009). Esse indício foi corroborado no mapa elaborado por Bitelman que indicava que em 2007 já havia sido implementada políticas públicas direcionadas ao tema na cidade de Manaus. É interessante notar que o trabalho do município com os empreendimentos tangencia o marco temporal da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Para verificar a hipótese de que os primeiros trabalhos aconteceram na administração do prefeito Serafim Corrêa (2005 a 2009), foi marcada uma entrevista com o secretário de trabalho e emprego da prefeitura de Manaus de sua gestão: o Sr. Jefferson Praia (atualmente senador). O mesmo afirmou, por meio de sua assistente parlamentar, que “[...] durante o seu trabalho na SEMDEL, não teve a chance (sic) de adentrar na economia solidária da cidade de Manaus, nao (sic) trabalhou diretamente com Economia Solidária [...]”. Sendo assim, a hipótese não foi confirmada e, por isso, o pesquisador passou a buscar entender por que alguns integrantes do movimento apontavam uma interação com a prefeitura já na administração de Serafim, mas o próprio secretário responsável à época afirmava não tê-lo feito.

Essa possível contradição foi solucionada a partir de outras entrevistas realizadas mais tarde com atores envolvidos no tema desde os anos 2000. Suas declarações conectam-se em diversos pontos e serão brevemente encadeadas em subtópico específico<sup>39</sup>. Para o momento, basta entender que desde a criação da SENAES (em 2003), todos os gestores públicos da capital amazonense passaram, de alguma forma, a trabalhar com os grupos economia solidária – tendo em vista que os empreendimentos já existiam na cidade e passaram a ganhar atenção política federal –, mas somente na gestão de Amazonino Mendes é que surgiu oficialmente

---

<sup>39</sup> Vide subtópico “Incentivos Políticos”, pág. 95.

o primeiro programa municipal de economia solidária, com orçamento próprio e com ações continuadas e de caráter permanente.

A opção do pesquisador em não considerar como política pública de economia solidárias as ações junto aos empreendimentos ocorridas durante a administração de Serafim Corrêa e seus antecessores está calcada principalmente em dois fatores: a negativa do secretário já mencionada e a definição de política pública adotada pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)<sup>40</sup>, segundo o qual

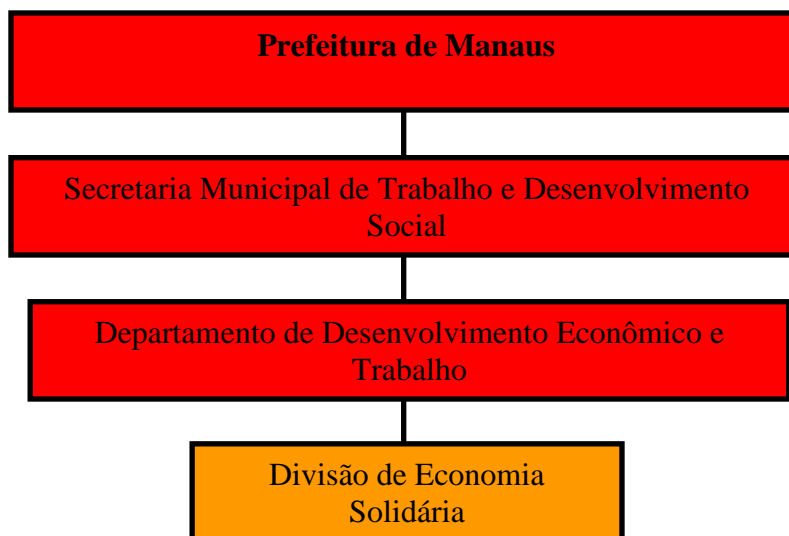
No âmbito do SIES, se compreende como políticas públicas de economia solidária aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária.

Foram desconsideradas ações que não fossem especificamente voltadas para o tema ou que não apresentassem um viés de fortalecimento da economia solidária. Dito de outra forma, foram desconsideradas ações pontuais do poder público que não tivessem explicitamente a função de alavancar a economia solidária no município.

Sendo assim, dirigimos nossa atenção à gestão de Amazonino Mendes (2009 a dias atuais). O estudo passou a focar-se em dados da Divisão de Economia Solidária (DES), criada no âmbito da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEMTRAD – da prefeitura da capital. O quadro abaixo ilustra a desconcentração administrativa da prefeitura de Manaus.

---

<sup>40</sup> Informação contida no site da SENAES.



Quadro 5. Desconcentração administrativa da prefeitura de Manaus.

Fonte: site da prefeitura de Manaus. Acesso em 25/09/2010. Elaboração do autor.

[www.pmm.am.gov.br/](http://www.pmm.am.gov.br/)

<http://semtrad.manaus.am.gov.br/>

A seguir falaremos um pouco mais sobre SEMTRAD e logo depois sobre o Programa Municipal de Economia Solidária.

## A SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMTRAD

Nos termos da Lei municipal nº 1.314, de 04 de março de 2009, a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEMTRAD – é um órgão de execução de políticas e serviços públicos, da Prefeitura de Manaus, para o cumprimento das seguintes finalidades:

I – planejamento, coordenação, articulação e implementação das políticas de desenvolvimento social e do trabalho;

II – articulação e mobilização das ações governamentais voltadas para a promoção da cidadania, emprego e renda, em especial a qualificação profissional, a cultura empreendedora e a garantia da manutenção dos direitos humanos, em interação com as instituições públicas e privadas, entidades do terceiro setor e outros segmentos da sociedade.

Segundo seu regimento interno<sup>41</sup> a SEMTRAD é composta basicamente por dois órgãos de atividades finalísticas: o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (DDET) e o Departamento de Desenvolvimento para o Trabalho (DDT). Este mais voltado para ações de qualificação do trabalhador e aquele está mais voltado para ações de ampliação de oportunidades de trabalho e geração de renda.

O Departamento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (DDET) é o mais importante para fins dessa dissertação, visto que é competência dessa unidade organizacional a coordenação da Política Municipal de Economia Solidária.

O organograma a seguir facilitará a compreensão da estrutura da secretaria e sua desconcentração funcional.

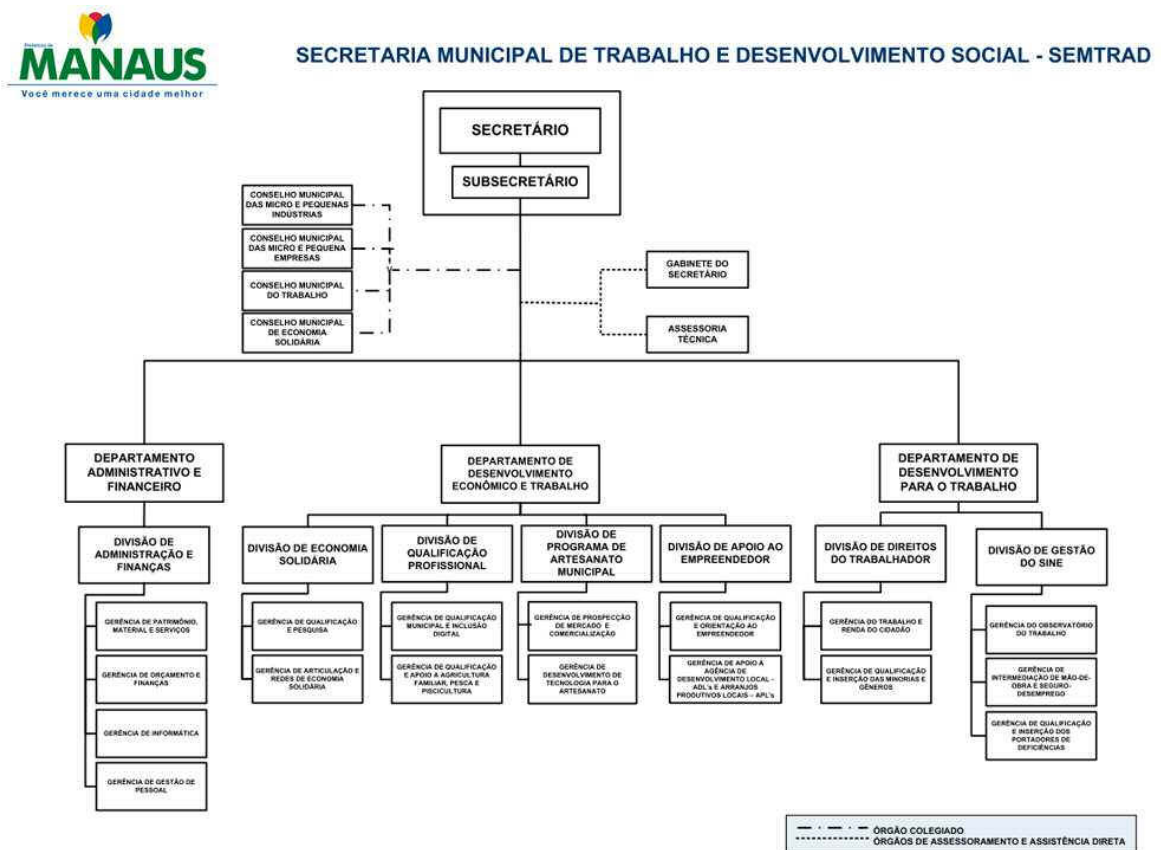


Figura 2. Organograma da Prefeitura de Manaus.

Fonte: site da prefeitura de Manaus. Acesso em 25/08/2010. Elaboração do autor.

<http://semtrad.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/organogramaSemtrad.jpg>

<sup>41</sup> Decreto n.º 0091, de 04 de maio de 2009.

É importante notar que na estrutura do DDET encontram-se quatro divisões. A Divisão de Economia Solidária (DES) – que por sua vez compreende a Gerência de Qualificação e Pesquisa e a Gerência de Articulação e Redes de Economia Solidária; Divisão de Qualificação Profissional, mais voltada para o Apoio à Agricultura Familiar, Pesca e Piscicultura; Divisão de Programa de Artesanato Municipal; e por fim, a Divisão de Apoio ao Empreendedor – que busca a Qualificação e Orientação ao Empreendedor e o incentivo às Agências de Desenvolvimento Local (ADLs) e de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Percebe-se pelo organograma, que a DDET foi estruturada com base nas potencialidades da região. Outro fato interessante e mais relevante para essa dissertação é que foi criada uma estrutura na secretaria totalmente direcionada às ações voltadas para o empreendedor coletivo, ou seja para os empreendimentos de economia solidária. Essa estrutura encontra-se no mesmo patamar das estruturas voltadas para o empreendedor individual e para o micro e pequeno empreendedor capitalista.

Todavia, apesar desse tratamento especial da economia solidária na estrutura da secretaria – o que facilitaria um alcance amplo de seus atributos –, na prática o pesquisador percebeu certa preterição (mesmo na retórica dos gestores) do seu caráter transformador do modelo vigente, buscando uma sociedade de iguais, a começar pelas relações de trabalho. Como já nos alertavam França-Filho e Laville (2004)<sup>42</sup>, o debate do tema gira em torno dos empregos que eles criam.

Perguntado sobre o objetivo da política, isto é, onde a secretaria quer chegar com a política de economia solidária, o gestor respondeu:

A nossa secretaria é a Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Social. E como a economia solidária visa às relações de trabalho e renda – é uma alternativa de trabalho e renda – então por isso nós criamos o programa de economia solidária.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

---

<sup>42</sup> Vide pág. 30 desta dissertação.

## DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CIDADE DE MANAUS

Passamos neste tópico a tratar do Programa de Economia Solidária da cidade de Manaus. Segundo o *website* da prefeitura

O programa de economia solidaria da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (Semtrad) para o município de Manaus pretende desenvolver e gerenciar programas de caráter permanente, visando ao cumprimento de planejamentos e promoção de atividades econômicas articulando com os demais objetivos da Semtrad e, realizar estudos e levantamentos que possibilitem a integração das atividades econômicas solidárias no município de Manaus.  
(Site [www.pmm.gov.br](http://www.pmm.gov.br), acessado em 15 de outubro de 2010, grifo nosso)

Importa observar, primeiramente, que o caráter permanente das ações é que as diferenciam das ações desenvolvidas em administrações anteriores.

O programa tem objetivos claros, assim delineados pelo gestor:

O objetivo é a qualificação, organização da produção e da comercialização desses empreendimentos, apropriação das tecnologias sociais, comercialização, e evidentemente a qualidade dos produtos. Você não pode pensar em economia solidária sem pensar no público [alvo]. Tem que pensar na qualidade do produto, no acabamento, na apresentação, na consciência do que significa a economia solidária para um projeto de Brasil.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Outro importante aspecto recorrentemente perceptível no conteúdo do discurso do gestor é a participação da comunidade interessada na construção da política:

Assim como tem uma política da agricultura familiar, nós queremos ter uma política municipal para a economia solidária. Esse é o grande objetivo [...]. Não adianta a gente fazer sozinho, porque a economia solidária se dá em três instâncias: com as entidades e instituições de apoio e assessoria e fomento, com as instituições públicas e com os empreendimentos econômicos solidários. Nesse tripé é que se dá a política de economia solidária, que não pode surgir da secretaria; tem que ter esses três elementos [...]. É a partir daí que se dá a construção da política pública. A secretaria não pode fazer isso só porque quer ser boazinha. Tem que ter uma demanda. Em atendimento aos clamores, à demanda, nós vamos apresentando uma proposta: um programa. Porque nós nunca tivemos um programa de economia solidária em Manaus. Nós tínhamos programas de apoio à micro e pequena empresa, mas nos modelos convencionais e não no modelo da economia solidária: a partir da autogestão, da participação democrática, do respeito ao meio ambiente [...].  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Percebe-se no discurso do gestor que o programa é fruto de um chamamento da sociedade, da sociedade civil organizada. Vale ressaltar aqui o trabalho realizado pelas instituições federais e não governamentais que já empoderavam o movimento antes do poder público local. A emergência da política pública municipal de economia solidária também é fruto desse trabalho.

Quanto às características dos beneficiados pelo programa o gestor assim resumiu:

Geralmente são desempregados. No caso das mulheres, no Amazonas a partir dos 25 a 30 anos dificilmente ela vai encontrar trabalho no distrito industrial. Ou ela é casada, já tem filhos, ela já não vai mais encontrar [emprego]. O jeito que tem é procurar uma alternativa. [Logo,] ou ela vai colocar uma banquinha [de refeições rápidas, comida regional], ou vai para um curso de cabeleireiro, manicure. Então geralmente são pessoas desempregadas, que saíram do mercado formal mas buscam uma maneira de sobreviver. Normalmente vão para o mercado informal. Mas a economia solidária não quer trabalhar com esse grupo na informalidade, também quer que eles se organizem, para poderem contribuir. Não é só contrapor o poder econômico que está aí não. É pra organizar esses grupos.

[Outro grupo bastante recorrente] São pessoas que vêm do interior, que não tem qualificação técnica para chegar a uma empresa ou ao serviço público. [Também] bastantes jovens que vem por intermédio do HIPHOP, da dança, do teatro, da música. E através dessas oficinas, desses espaços eles acabam dizendo "já que estou aqui, porque não participar de um grupo desse para conseguir um dinheiro". A partir dessa visão algumas pessoas criam o seu próprio negócio - ou colocam um bazar, vão colocar um restaurante. São pessoas desempregadas, pessoas que vêm do interior, muitas pessoas vêm do nordeste pensando que vou conseguir trabalho fácil e não conseguem, pessoas dos estados vizinhos. Pessoas que não têm uma certa formação ou qualificação técnica. São essas pessoas: senhoras, jovens. Grupos de idosos nós temos muitos voltados para artesanato. Nas feiras mais temos poucas senhoras, a maioria são pessoas que não têm mais espaço.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Interessante notar que Manaus é uma cidade com muitas oportunidades de emprego e renda. Como já descrevemos, há um setor industrial robusto e um comércio aquecido para os negócios, seja formais ou informais. Entretanto, há indivíduos alijados dessas oportunidades, muitas vezes por carências financeiras, educacionais, sociais ou emocionais (baixa estima, opressão e outras). Alguns desses indivíduos encontram na economia solidária uma forma de desenvolverem suas potencialidades e reverterem sua situação de marginalização, buscando novas oportunidades no mercado formal (ou mesmo informal) ou permanecendo nos empreendimentos devido a suas características peculiares.

Quanto àqueles que se instalam definitivamente nos coletivos de ecosol, Gonzaga elenca alguns dos aspectos que os encantam.

Uma pessoa [sozinha] não pode fazer enfretamento com o mercado convencional, mas se ela se unir a mais dez, quinze ou trinta pessoas ela consegue. [Por exemplo] O agricultor tem uma produção de cupuaçu. Ele não vai chegar em uma rede do Carrefour para fornecer porque ele não vai ter [a quantidade demandada] para fornecer. Mas se ele se organizar em cooperativas, ele vai poder fazer. É uma maneira de você garantir a participação no próprio mercado. Você tem uma mesa de churrasquinho. Você vai vender para atender as mínimas necessidades. Mas você não vai mudar de vida por que você não tem visão de mundo, você não sabe nem o que você está vendendo ali. A economia solidária te abre uma visão de mundo, te abre uma oportunidade para você retornar à escola, para um curso técnico. Te abre a possibilidade sobretudo na questão do meio ambiente - aqui na região amazônica, aqui no Amazonas [em especial] é [normalmente] muito sujo. Onde você um grupo, uma feira de economia solidária você não vê sujeira, lá você vê realmente a participação democrática e a renda aumenta quando você trabalha com mais pessoas. Se você produz 100 pães sozinho, com 10 pessoas você consegue produzir 1000 pães. No final do mês, embora aparentemente seja a mesma coisa mas não é.

Então muitas pessoas em função dessa possibilidade de viver organizado e garantir, através dessa organização, também uma participação no processo político – dado que a economia solidária é uma proposta política também. Por isso na economia solidária você tem todas as instâncias - os fóruns, conselhos, cooperativas, as secretarias. Tem prefeitura em que, por exemplo, o caso de Osasco, a base da economia está dentro das cooperativas. A gente vê, inclusive pelo discurso da posse da Dilma que a grande geração de mão-de-obra não vem das grandes empresas, vem da micro e pequena empresa. E esses grupos de economia solidária são na verdade empresas sociais porque o lucro no final do exercício é dividido, a sua retirada é relativa, no caso de uma cooperativa, é equitativa. Muitas são as vantagens.

As pessoas que se inserem na economia solidária acreditam que nós podemos construir uma sociedade diferente da que está aí.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

O gestor chamou a atenção para algumas das características da economia solidária. Nosso destaque fica para a possibilidade de “participação no processo político” viabilizada pela economia solidária. Muitos fóruns, conselhos e outros sobre o tema vêm sendo criados em várias instâncias, dando voz ao movimento e àqueles historicamente não eram ouvidos e não tinham seus interesses assegurados.

O próximo trecho destaca esses e outros avanços já alcançados em âmbito municipal, viabilizados a partir do Programa de Economia Solidária da prefeitura de Manaus:



Nós já demos alguns passos: nós já realizamos um seminário; aprovamos uma proposta de lei para a criação da política pública, do conselho municipal de economia solidária, do fundo municipal de economia solidária [...]; realizamos uma plenária com o Fórum Municipal [...]. A meu ver já avançou. [...] Já avançamos bastante porque construímos uma proposta de lei para a política pública de economia solidária de Manaus.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Não é por acaso que o gestor deu destaque à proposta de lei para a política pública de economia solidária de Manaus<sup>43</sup>. Tal projeto de lei foi aprovado pelo movimento durante a 1ª Plenária do Fórum Municipal de Ecosol realizada no mês de abril de 2009. É o resultado de toda a mobilização que ocorreu em Manaus, ao longo de anos, por parte do poder público, da sociedade civil, das instituições de pesquisa, das instituições de assessoria e das instituições de fomento.

Já existiam cooperativas, empreendimentos, associações. Esses movimentos já existiam mas não existia a uma política que contemplasse os seus anseios. Então agora nós estamos construindo junto com eles – o poder público e as instituições – uma política que venha a atender. Desde financiamentos, espaço e uma série de coisas.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

O marco legal municipal, atualmente em trâmite legislativo, aponta para a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária, no qual a gestão do programa será realizada paritariamente pelo poder público, EAFs e empreendimentos. Outro instrumento importante do marco legal vindouro será a criação do Fundo Municipal de Economia Solidária – um fundo específico para ecosol.

Cabe ressaltar que na mensagem do prefeito Amazonino Mendes durante a abertura dos trabalhos da Câmara Municipal em 2011, o mesmo ressaltou necessidade de formalização do Conselho e do Fundo Municipal de Economia Solidária nesta gestão.

As próprias plenárias também são instrumentos importantes. Uma segunda Plenária do Fórum já foi realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2010, esta para reestruturar o Fórum Municipal – elegendo coordenadores executivos entre as

---

<sup>43</sup> A proposta de Lei Municipal de Economia Solidária foi encaminhada para o poder legislativo, que a aprovou. Falta ainda a aprovação pelo Prefeito Municipal. Fonte: Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus.

lideranças do movimento. As plenárias foram realizadas pela prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (Semtrad).

Além disso, a prefeitura criou em uma comunidade no município de Manaus – o Morro da Liberdade – uma Agência de Desenvolvimento Local (ADL). Trata-se de uma estrutura permanente onde a prefeitura realiza palestras, feiras, seminários e etc voltadas para a geração no trabalho e renda e desenvolvimento social. As ações que lá ocorrem estão direcionadas basicamente para o empreendedorismo popular, inclusive o popular e solidário. Nesse espaço a prefeitura desenvolve a organização de associações comunitárias, cooperativas, grupos de produção. Não é um centro exclusivo para orientação dos empreendedores coletivos, mas trata-se de um espaço de exposição e capacitação importante para tais grupos.

A ADL no Morro da Liberdade também é centro logístico para a realização de uma feira de empreendimentos que acontece em uma praça nas proximidades:

Nós temos uma feira permanente no Morro da Liberdade, que foi idealizada pela SEMTRAD e que hoje já é tocada pelos próprios empreendedores – é autogestionária. São 50 empreendimentos, coordenados por uma associação de empreendedores que tem lá. E a gente sempre esteve falando “Nós vamos ficar realizando a feira até um período. Até que vocês tomem consciência que vocês é que têm que tocar”. E já é a trigésima sétima edição da feira. Até a vigésima quarta edição quem realizava éramos nós [da prefeitura]. [...] A barraca, sistema de som, divulgação, tudo era por nossa conta. Agora eles se encarregam de fazer isso. Nós continuamos a apoiá-los. Nós não nos isentamos disso não. A praça lá nós requisitamos pra eles, a limpeza da praça, as próprias barracas, o local para o depósito das barracas também é da prefeitura. Então nós estamos apoiando, mas eles é que tocam. Nós não interferimos mais na decisão. Esse é o objetivo: que seja [a feira] seja autogestionária.

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Além disso, segundo chefe da divisão de economia solidária da prefeitura, está em fase de negociação a criação de um banco popular no Morro da Liberdade e outro banco nesses mesmos moldes na Comunidade Antônio Aleixo.

Nós estamos com algumas ações que vão refletir muito nas comunidades, que é a instalação dos Bancos Comunitários. Nós [da SEMTRAD], apoiados pelo governo federal, estamos implantando com a ajuda da comunidade do Morro da Liberdade e da Colônia Antônio Aleixo. No Morro da Liberdade já foi inclusive escolhido o nome da moeda: o Tucumã. E do Banco é “Liberdade”. Esse banco, segundo a entidade que ganhou o edital, daqui a 60 dias deve estar sendo inaugurado. [...] A estrutura do banco será dada pela SEMTRAD, como forma de apoio mesmo: vamos custear

energia, equipamentos. [...] É uma política real, que trata das “Finanças Solidárias”. Onde as pessoas poderão ter crédito; uma equipe de moradores é que será responsável por avaliar se poderá dar o crédito, sem interferência do Estado ou do Município.

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Com relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) do município do ano de 2010, consta uma rubrica no valor de R\$500.000,00 para construção do Centro Público de Economia Solidária (CP). Os recursos são oriundos de transferência de convênio com o MTE. Nenhuma rubrica diretamente voltada para a economia solidária foi encontrada em pesquisa realizada em orçamentos anteriores. Vale ressaltar que Amazonino assumiu a prefeitura em 2009 para administrar o município até 2013 e, por força dos ditames constitucionais (CF art. 35 § 2º I ADCT), o orçamento do seu primeiro ano de mandato (2009) seguiu o plano plurianual do prefeito anterior (PPA 2006-2009).

A existência da rubrica na LOA 2010 do município direcionada para a construção do CP representa o avanço municipal no que tange a captação de recursos para a economia solidária. Todavia, como é expressamente observável nos trechos de entrevista abaixo, houve uma obstrução na execução do convênio, o que exprime as dificuldades a serem superadas pela prefeitura para vislumbrar melhores resultados no fomento desse tipo de empreendimento. Não nos coube nesta dissertação averiguar a fundo os motivos da não transferência do recurso.

Ainda não [recebemos diretamente para economia solidária]. Nós estamos em processo, inclusive para a criação de um Centro Público. Nós vamos ter lá, exposição de produtos todos os dias, espaço para rodadas de negócios, mostras. [...] Era pra ter saído ano passado, mas aí veio a política e gente não firmou. Seria um convênio no valor de R\$500.000,00. Nós estamos ainda discutindo essa proposta.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Havia financiamentos de Centros Públicos, mas até hoje eles não conseguiram pegar [o recurso] porque para conseguir recursos federais a prefeitura tem que estar em dia. Como a prefeitura está inadimplente, o recurso voltou. [...] O governo [municipal] só se interessa quando tem recursos.

(Entrevista com Domício Gamenha, coordenador estadual da Unisol Brasil e membro da cooperativa Conlimp)

Há, ainda, ações de fomento (crédito e financiamento) em curso com recursos municipais. No âmbito do Fundo Municipal da Micro e Pequena Empresa

(FUMIPEQ)<sup>44</sup>, os solidários foram contemplados para financiamento da produção a juros subsidiados. A título de informação, o nome popular do FUMIPEQ é Banco da Gente. Além disso, de acordo com o chefe da divisão de economia solidária encontra-se disponível o equivalente a 5% do fundo para formação e qualificação dos grupos em economia solidária.

Por fim, percebe-se que as ações mais efetivas da secretaria têm sido, em regra, de apoio ao movimento – às ações do movimento. Percepção ratificada pelo gestor conforme trecho abaixo:

A secretaria acessa e realiza feiras, realiza cursos, realiza oficinas, apóia mostras. Enfim, a gente trabalha com o movimento de economia solidária. Na verdade nós não executamos, nós apoiamos as ações do próprio movimento.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Apesar de ter esse caráter essencialmente apoiador, pode-se afirmar que, por se tratar de um programa relativamente novo – apenas um ano de existência –, já avançou bastante.

As lideranças do movimento em regra comungam desse caráter “apoiador” e não “executor” da prefeitura e não demonstraram descontentamento com tal postura. O próprio movimento procura estar à frente das ações, isto é, protagonizar – com o apoio do poder público. Paul Singer, secretário nacional de ecosol, também acredita que esse é um viés de ação do poder público interessante.

[...] Nós estamos no caminho certo. Estamos fazendo isso coletivamente. O governo eu acho que está ajudando, mas não é mérito dele – isso é fundamental. Eu estou no governo e estou exatamente nessa frente de batalha, junto com os companheiros que estão aqui na mesa, os que falaram antes e vocês todos. Mas é a sociedade civil, é o povo, somos nós homens, mulheres, jovens, crianças, que estão construindo esse futuro em conjunto. E o governo faz muito em não atrapalhar [risos] e faz alguma coisa no sentido juntar recursos e viabilizar nossos esforços. Mas os esforços, a iniciativa e o mérito é nosso, enquanto seres humanos dessa nação (PRINCÍPIOS, 2010).

A partir do próximo capítulo trataremos diretamente do processo que culminou na disseminação da política pública de economia solidária até Manaus, elencando os fatores alavancadores desse fato.

---

<sup>44</sup> Decreto n.º 0183, de 26 de junho de 2009.

## CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO

### FATORES QUE INFLUENCIARAM A DISSEMINAÇÃO DE PROGRAMAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O MUNICÍPIO DO MANAUS.

Conforme foi observado no capítulo anterior desta pesquisa, a partir da Conjuração dos Iguais de Graco Babeuf, modelos e experiências de economia solidária sempre existiram mundo afora. Nem sempre sob o rótulo dessa nomenclatura, mas sempre existiram. Manaus também se aplica a essa regra. Basta lembrar que os caminhos da produção não capitalista é que regiam as relações entre os primeiros nativos e até hoje são experimentados em algumas das comunidades indígenas.

Entretanto, a economia solidária passou a figurar como política pública local apenas em meados dos anos 2000, conforme se pôde perceber no corpo desse estudo.

Alguns fatores explicam a instauração do primeiro programa de Economia Solidária pela prefeitura de Manaus. Buscando conhecer esses fatores explicativos, utilizaremos o arcabouço teórico e as estruturas analíticas propostas por Farah (2005 e 2006b), tal como foi apresentado no segundo capítulo desta dissertação.

### EXISTÊNCIA DE UM PROBLEMA COMUM A DIFERENTES LOCALIDADES

Recente relatório, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre América Latina e Caribe, reporta que o Brasil tem o terceiro maior índice de desigualdade em distribuição de renda da região, perdendo apenas para Bolívia e Haiti. No cenário mundial, somente alguns países da Ásia e África padecem de uma concentração de renda maior que a brasileira (PNUD, 2010).

Essa polarização é patente no Brasil. E quanto mais polarizador é o sistema, maior o recrudescimento dos mais manifestos sintomas do modelo produtivo vigente: a exclusão social e o desemprego. O segundo item merece destaque. Determinados grupos, menos favorecidos, por vezes não estão “qualificados” para assumirem

determinadas vagas que o mercado porventura ofereça. Outros, para vencerem o desemprego e exercerem atividade que lhes garanta a subsistência, submetem-se a relações laborais cada vez mais precárias.

No Brasil inteiro os problemas da exclusão social e do desemprego são temáticas bastante comuns. Em tese, o poder público municipal em toda a federação tenta combater tais males, por meio de políticas públicas voltadas para a criação de postos de trabalho e renda, bem como para a de capacitação do sujeito para as oportunidades criadas.

É importante perceber que como o problema “tratado” pela economia solidária é comum a muitas localidades, elevam-se as chances de esse tipo de política pública ser implementada em outros municípios. Esse foi um fator que facilitou a criação do programa de ecosol na capital do Amazonas.

## ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Podem-se elencar dois aspectos da estrutura institucional brasileira que contribuíram para a implantação do programa de economia solidária pela prefeitura de Manaus: a autonomia conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) aos municípios e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O primeiro ponto a ser ressaltado quanto à estrutura institucional da federação brasileira foi o ímpeto descentralizante da CF/88. Segundo o ex-ministro Bresser Pereira,

Visando maior racionalização no uso de recursos, a Constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infra-estrutura, bem como dos recursos orçamentários para os estados e municípios. Conseqüentemente, estes últimos aumentaram sua participação na repartição da carga tributária [...]. (BRASIL, 1995, p.26)

Abrucio (2005) trata um pouco mais dessa condição diferenciada que a Carta Política de 1988 atribuiu aos municípios. O autor lembra que, em um movimento

contrário ao centralizador que perdurou durante o regime ditatorial, o constituinte do Brasil redemocrático conferiu ao ente federativo mais local – o município – o mesmo status jurídico dos estados e da União.

Pela primeira vez na história, os municípios transformaram-se em entes federativos, constitucionalmente com o mesmo status jurídico que os estados e a União. Não obstante essa autonomia, os governos locais respeitam uma linha hierárquica quanto à sua capacidade jurídica – a Lei Orgânica, por exemplo, não pode contrariar frontalmente a Constituição estadual –, e são, no mais das vezes, muito dependentes dos níveis superiores de governo no que tange às questões políticas, financeiras e administrativas (ABRUCIO, 2005, p.47-48).

Diferentemente do que acontece em outras nações, os municípios brasileiros são entes federados autônomos. Esse status jurídico diferenciado facilita aos municípios a adoção de inovações no enfrentamento dos problemas locais – desde que estas não contrariem os ditames constitucionais.

Farah (2005) lembra que determinadas estruturas institucionais conferem pouca autonomia ao ente administrativo mais local. Essa postura pode representar um obstáculo para a adoção ou disseminação de políticas públicas inovadoras. Segundo Farah (2005, p. 12, tradução nossa) “a transferência de algumas inovações em nível local não pode ocorrer em alguns países, na medida em que os municípios nesses países receptores não têm uma autonomia institucional para assumir a responsabilidade por políticas públicas”.

O segundo ponto alavancado pela estrutura institucional brasileira deixa a esfera legal do Pacto Federativo e entra mais na parte empírica das relações intergovernamentais. Para adentrar nesse segundo ponto, voltemos à continuação do raciocínio Bresser Pereira. Na seqüência do que foi proferido pelo mesmo na citação acima, Bresser Pereira adverte que os entes federativos locais normalmente não fazem jus à autonomia que possuem:

[...] Entretanto, os avanços no sentido de conceder maior autonomia na execução de serviços e de favorecer as unidades subnacionais caminham lentamente, menos por falta de definição legal do problema, e mais pela crença arraigada na cultura política brasileira de que cabe à União promover diretamente o desenvolvimento social do país. Esta crença está em contradição com a profunda tradição municipalista brasileira, que vem do período colonial, e aos poucos vai sendo abandonada, à medida que os

municípios, melhor dotados de recursos financeiros, vêm assumindo crescentes responsabilidades na área social (BRASIL, 1995, p.26).

Bresser Pereira aponta nessa passagem, certa inércia dos entes municipais em assumir seu protagonismo, acobertados por uma cultura política desconexa com as possibilidades de avanço.

Esse dado é muito importante para revelar um segundo aspecto da estrutura institucional brasileira que muito influenciou na proliferação de políticas públicas de economia solidária: os incentivos do Governo Federal para a implementação de determinadas políticas.

Vale lembrar que as atribuições do ente de nível federal (a União) e das unidades federadas (Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) estão fixadas por meio de uma distribuição de competências. O que mais importa para efeito desta dissertação é que a competência de “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” está expressamente fixada como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

Sendo competência comum, a União deve exercer tal atribuição, além de direcionar, assessorar e financiar os entes subnacionais na sua execução.

Exercendo essa prerrogativa e atento ao caráter gerador de empregos e inclusivo do solidarismo empreendedor, o poder executivo federal criou no ano de 2003, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa iniciativa impulsionou o avanço de programas subnacionais de economia solidária em todo o Brasil, especialmente naqueles municípios geridos por prefeitos filiados a partidos da base política do chefe do executivo federal (mais detalhes sobre a questão partidária serão dados no subtópico “Ideologia” – vide pág. 100).

Além disso, a criação da SENAES impulsionou o apoio local do movimento por meio de entidades administrativas integrantes da estrutura descentralizada do MTE. Assim, a Superintendência (Delegacia) Regional do Trabalho (MTE) tornou-se uma



instituição parceira da economia solidária no Amazonas, oferecendo freqüentemente espaço físico para debates e apoio logístico às ações do movimento. João Prestes conta como foi:

Quando o governo Lula instituiu a SENAES, que está dentro da estrutura do Ministério do Trabalho (MTE), o MTE designou que todas as Delegacias Regionais do Trabalho dessem apoio à economia solidária. Apoio logístico, para fazer seminários, usar o auditório, para usar o computador, usar o telefone para fazer contato com Brasília [buscando apoio federal às ações locais].

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Logo, a criação da SENAES alavancou o movimento local de economia solidária e incentivou a implementação da política pública específica para esse tipo de empreendimento em Manaus.

#### PERCEPÇÃO DO PROBLEMA: A INFLUÊNCIA DOS ATORES SOCIAIS NA AGENDA GOVERNAMENTAL E DE DECISÃO LOCAL

O Estado contemporâneo é uma organização que está sobre a influência de diversos agentes sociais – não necessariamente coesos e com fronteiras definidas–, tais como: os burocratas, os empresários, os intelectuais, os trabalhadores, os grupos da sociedade civil organizada. Trata-se de um Estado plural por essência e, por isso, não deve ser apenas a expressão da vontade das classes dominantes. Mas também não é a expressão ou manifestação dos interesses gerais e coletivos, na medida em que não há consenso entre os agentes. O Estado é formado pela coalizão, pelo resultado contraditório entre os interesses dos grupos.

Cada agente social ou grupos de coalizão busca requerer do Estado o atendimento aos seus interesses. Alguns desses grupos têm seus interesses assegurados por meio da tomada do poder, outros apenas mobilizam-se visando tomar a parcela do Estado que é seu, ou seja, buscam ser reconhecidos como parte desse Estado plural, para então também ter seus interesses assegurados.

As políticas públicas de economia solidária são em grande parte resultado da mobilização de grupos que requerem ser atendidos pelo Estado. Não buscam

“caridade” ou assistencialismo do Estado. Buscam da esfera pública políticas de fomento, manutenção e promoção de suas atividades. Partem do pressuposto de que se há políticas de incentivo para o comércio exterior, para o comércio atacadista e varejista, para o micro-empendedor capitalista, por que não para os coletivos de economia solidária? Ora, eles também são parte desse Estado plural.

Em Manaus, o tema da economia solidária já permeava a agenda não-governamental<sup>45</sup> desde a década de 1990. Para ratificar essa informação, destaca-se a ação da universidade. Assim como acontecia nos grandes centros em todo o Brasil, a academia local já desenvolvia os grupos produtivos autogestionários locais e seus empreendimentos, oferecendo-lhes assessoria multidisciplinar gratuita através da Unitrabalho.

Esse esforço, bem como o da Cáritas/Manaus e outras instituições apoiadoras, fez emergir grupos produtivos autogeridos notáveis no município. Mais tarde, com o estímulo alavancado pela criação SENAES em 2003, as lideranças desse movimento passaram a requerer mais enfaticamente dos gestores municipais políticas públicas locais direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

Cunha e Cunha (2002, p.12) afirmam que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo”. Foi exatamente isso que aconteceu em Manaus.

A SENAES foi criada em meados de 2003 – cerca de um ano antes do pleito municipal que ocorreria em outubro de 2004. Os candidatos obviamente ouviram durante a campanha os movimentos sociais da cidade e fizeram seus compromissos de gestão caso fossem eleitos para o cargo. Durante a campanha eleitoral para as eleições municipais de 2004, houve inclusive um debate sobre economia solidária com os candidatos a prefeito na Superintendência (Delegacia) Regional do Trabalho de Manaus.

---

<sup>45</sup> A agenda não governamental contém assuntos e temas que são reconhecidos pelo público em geral, mas não obtiveram atenção do poder público (VIANA, 1996).

O tema economia solidária fez parte dos compromissos de campanha do candidato vencedor das eleições municipais de Manaus em 2004 e que geriu a prefeitura de 2005 a 2009 – Serafim Corrêa –, como pode ser observado na passagem abaixo:

[...] ele [Serafim Corrêa] discutia com movimento e prometia implementar [uma política pública voltada para a economia solidária]. O Serafim foi eleito com o aval dos movimentos sociais de Manaus. Aí ele ficou "cozinhando" o povo. Ele designou para ser secretário [do trabalho] o Jefferson Praia, que depois assume o senado. Eles passaram seis meses de gestão discutindo a questão. [...] Não houve isso. Ele rompeu. E não avançou nada [no sentido da criação da política]. Mas ele já discutia. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho, grifo nosso)

A inação relatada pela entrevistada foi corroborada por comunicação estabelecida pelo pesquisador com o então secretário identificado pela entrevistada. Nota-se em correspondência eletrônica enviada para o secretário de trabalho e emprego (vide pág. 65), que realmente não houve um trabalho direto da secretaria (SEMDEL) com os empreendimentos de economia solidária.

A economia solidária havia entrado, já na gestão de Serafim Corrêa, na agenda governamental<sup>46</sup>, mas não entrou na agenda de decisão<sup>47</sup>. Dito de outra forma, a política pública chegou a figurar, pelo menos em teoria, entre as alternativas de solução de determinados problemas, mas não foi identificada como solução a ser utilizada.

Na seqüência dos fatos, nas eleições para prefeito em 2008, venceu Amazonino Mendes, para gerir a prefeitura de Manaus de 2009 a 2013.

Depois que o Amazonino assumiu foi que o movimento reivindicou e ele acatou. Veio de baixo para cima, foi uma conquista do movimento social. Ele ficou aberto a esse diálogo e a implementação por fazer parte dessa coligação da base governista na esfera federal. Ele [Amazonino Mendes] sempre vem aqui conversar comigo. Ele diz que qualquer projeto do governo Lula ele tem interesse em implementar. Foi em cima disso que eles [do movimento social] foram lá conversar. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho, grifo nosso)

<sup>46</sup> A agenda governamental contempla os problemas e assuntos que se encontram, em determinada oportunidade, recebendo atenção formal do poder público, passando, assim, a integrar, por exemplo, o discurso e as propostas dos mesmos (VIANA, 1996).

<sup>47</sup> A agenda de decisão contém a lista de problemas e assuntos que entrarão na fase decisional, isto é, que serão efetivamente tema de uma política pública (VIANA, 1996).

Sendo assim, os atores locais do movimento de economia solidária chamaram a atenção do gestor municipal para observar o fenômeno do desemprego e da pobreza sob uma **nova ótica**. Influenciaram o gestor e sua equipe a perceberem a economia solidária como mecanismo de solução de alguns dos desafios da gestão pública.

Essa passagem também é importante para ressaltarmos que as políticas públicas de economia solidária foram implementadas na capital manauara por força de intensa negociação e pressão do movimento. O movimento foi responsável por incluir esse tema na agenda governamental e de decisão de Manaus. Vale destacar que Dolowitz e Marsh (1996) nomeiam “transferência coercitiva direta”, quando a disseminação decorre da pressão exercida por determinados grupos.

O trecho abaixo ratifica o papel dos atores sociais na formação da agenda de decisão e o adequado uso da expressão “de baixo para cima” por Heloísa Helena quando indicando o fluxo da proposta de inserção da economia solidária como política pública na cidade de Manaus.

O prefeito procurou o movimento, através de algumas lideranças. Porque na campanha ele tinha [dito] que iria para os bairros, para as comunidades, trabalhar com os grupos, com os empreendimentos. Aí nós elaboramos o projeto. [...] Foi um projeto bem ambicioso. Porque se você levar por exemplo pro Amazonino, que apesar de ele ter iniciado sua vida política no movimento estudantil, na universidade, participou do PC do B... [Falando mais pausadamente] Mas ele depois se elitizou e se torna aí adepto de uma direitona aí né... Aí ele retorna para cá [assumindo novamente o cargo de prefeito de Manaus] e aí ele chama o movimento social que queria uma prefeitura que trabalhasse nesse sentido... E aí, acho que ele quis, de certa forma, corresponder ou fazer aquilo que ele tinha prometido na campanha. [Voltando a falar naturalmente] Nós [da secretaria] não trabalhamos na campanha dele!

A outra questão, é que ele não conhecia o que era a economia solidária. Nem os seus assessores diretos não sabiam. Agora [, no entanto,] que eles [já] estão sabendo através dos seminários.

Quando nós apresentamos a proposta, o projeto, que foi aprovado, aí ele passou a vislumbrar.

[...] Ele não sabia que nós íamos implementar, na proposta, um programa de economia solidária. Isso ele não sabia.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

De acordo com o chefe da divisão de economia solidária da prefeitura de Manaus, Sr. Luiz Gonzaga, o prefeito recém-eleito em 2008 e seus assessores desconheciam a economia solidária. O trecho deixa evidente que o prefeito procurou as lideranças

da sociedade civil organizada buscando criar uma secretaria do trabalho que atendesse, de alguma forma, aos pleitos dos grupos de trabalho e produção mais populares (dado que havia feito promessas de campanha nesse sentido). As lideranças desse movimento, por sua vez, apresentaram ao prefeito um projeto de secretaria que contemplava uma estrutura voltada para a economia solidária. E assim surgiu o primeiro programa de economia solidária da prefeitura de Manaus.

Por fim, é importante elencar a própria composição do movimento social como outro fator de estímulo da disseminação dessa política pública para Manaus. A inserção de intelectuais, educadores e lideranças das instituições apoiadoras no movimento social da economia solidária vem dando mais fôlego ao movimento.

Aqui no município, nós elaboramos um projeto. Eu vou te falar, bem rapidinho aqui. Essa secretaria surge através de um projeto. Nós do movimento social, do movimento sindical, da CUT, educadores, movimento da universidade, professores... Aqui na secretaria quase todo mundo veio do movimento social [...]. Então nós elaboramos um projeto e apresentamos para o prefeito e ele atendeu.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Além disso, tal passagem torna necessário reiterar que alguns daqueles indivíduos que formavam “a base” do movimento e que estiveram envolvidos nesta articulação que levou à emergência da economia solidária como política pública em Manaus, passaram a ocupar os cargos de direção e coordenação das políticas públicas voltadas para o tema na capital do Amazonas.

Eu sou oriundo do movimento. Eu fiz parte de um dos empreendimentos que coordenou o Fórum Estadual de Economia Solidária – a Vila da Felicidade. E é talvez por isso que eu agora esteja aqui [na gestão da política pública de economia solidária]. A partir do momento que eu saí do movimento da sociedade civil e passo a ser gestor, eu passo a ser cobrado como gestor [...].

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

O João Prestes é um dos nossos, que estava dentro do movimento social. Hoje ele é gestor. [...] Nós entendemos que ele nos compreende. Ele foi um dos precursores daqui do Amazonas e ele leva nossos anseios lá pra dentro. E [além do mais] são criadas várias plenárias para levar os entendimentos do movimento para dentro da prefeitura.

(Entrevista com Domício Gamenha, coordenador estadual da Unisol Brasil e membro da cooperativa Conlimp)

Por fim, fica em evidência o valor da inclusão de membros do movimento na direção das políticas públicas a ele voltadas. Os membros do movimento ao tornarem-se gestores públicos, têm ciência das necessidades do mesmo, o que, em tese, confere maior racionalidade no direcionamento dos recursos. Além disso, o acesso dos empreendedores solidários aos coordenadores da política fica facilitado na medida em que seus pares ocupam os principais cargos. E, por fim, o gestor público mesmo sendo oriundo do movimento, é cobrado um gestor ordinário – como deve ser.

### CARACTERÍSTICAS INTRÍNSECAS DA POLÍTICA PÚBLICA – SUA CAPACIDADE DE RESOLVER PROBLEMAS

Outro importante fator para a disseminação da política pública de economia solidária para Manaus foi a emergência do tema como instrumento do gestor público como forma alternativa e inovadora de minimizar a pobreza e gerar emprego e renda.

As práticas mais comuns ou ortodoxas do poder local para aumentar a oferta de empregos no município são bastante conhecidas: atração de indústrias para o pólo industrial da cidade; o incentivo ao estabelecimento de arranjos produtivos locais; incentivos fiscais a determinados segmentos produtivos e etc. E, visando alcançar parcela da sociedade que mesmo assim não consegue se inserir nessas oportunidades, as políticas públicas mais comuns giram em torno dos cursos de capacitação e empreendedorismo, como cursos de gratuitos de qualificação em ofícios autônomos como cabeleireiro, pintura, costura, manicure e pedicure e outros, além de cursos que visam inclusão digital – para “preparar o trabalhador para o mercado de trabalho”.

São políticas importantes atualmente; mas demonstram repertório de possibilidades de solução bastante restrito, na medida em que fomentam quase que exclusivamente geração de empregos na forma hegemônica (assalariada; capitalista).

Associado a isso, o poder público comumente envolve essas camadas mais carentes ou marginalizadas em “assistências sociais” e em “caridades” de todo o

gênero. São ações respeitáveis do poder público, além de ser um dever constitucional. Mas devem prestar-se como assistência emergencial, sem, no entanto, reproduzir o mero assistencialismo, tão combatido em outros tempos (GAIGER, 1996).

Mas nos anos 2000 o governo federal rompeu a idéia de que a forma hegemônica de trabalho é que garantiria os empregos necessários à manutenção e desenvolvimento do ciclo econômico. Projetos sociais em nível federal como o Fome Zero e o Bolsa Família difundiram em Manaus, e em todo o país, projetos e atividades mais voltadas para a economia popular.

A partir das proposições federais do governo Lula passaram a emergir políticas locais mais heterodoxas no campo da geração de trabalho e renda. Nesse contexto, durante a gestão do prefeito Alfredo Nascimento (1997 a 2004), surgiram feiras que hoje movimentam anualmente milhões de reais – como a de artesanato e comidas regionais, realizadas na avenida Eduardo Ribeiro aos domingos, no centro comercial e turístico da cidade.

A universidade me designou para participar na prefeitura da divulgação dos projetos sociais do governo Lula. Eram com ele [Alfredo Nascimento] as reuniões. Só que nesse jogo político, nós percebíamos que ele queria fazer, mas existia um grupo ao redor dele que já era acostumado com aquela coisa miúda – não muito adaptada para a cidade de Manaus, que segundo eles já é uma metrópole. Mas quando diz que é uma metrópole tem que se em todos os sentidos e não só na concentração de renda. Eu tenho que ter políticas públicas, serviços para a população dignos de uma metrópole, se não, [não é]. Na época [gestão de Alfredo Nascimento] [...] se deu como idéia a realização de feiras. E uma dessas feiras é a feira da [avenida] Eduardo Ribeiro. Aquilo ali saiu das reuniões, em que eu participava, daqui da universidade. Participávamos nós, o SEBRAE e mais um grupo de empresários. Nós sempre batíamos em que o governo Lula queria dar visibilidade a esse pequeno empresário, a essa economia popular. Daí nós fizemos desenho, a propositura de que tivesse uma feira onde esses artesãos tivessem possibilidade de apresentar seus trabalhos e gerar renda para essas famílias.

(Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

Na gestão de Serafim Corrêa (2005 a 2009) também foi criada uma feira, desta vez no bairro Ponta Negra – outro centro turístico da cidade –, com vistas à exposição do artesanato caboclo e arte indígena locais. O que pode ser verificado no trecho abaixo:

Quando o Serafim assumiu, novas reuniões foram feitas na época em que o atual senador Jefferson Praia era secretário de trabalho e renda [da prefeitura de Manaus]. De lá [das reuniões] saiu, também idéia nossa, aquela feira que existia lá [no bairro] Ponta Negra. Ela começava na sexta-feira à noite, sábado e domingo o dia inteiro. Inclusive esses atores ou sujeitos que foram formados pela universidade, também tiveram participação na construção daquela feira. A gente via a questão da feira como uma forma mais independente desses produtores e artesãos terem renda para suas famílias. Expor, dar visibilidade ao que era produzido. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

Eu lembro que o secretário era o Jefferson Praia e era com ele que a gente falava [...]. Ele nos dava apoio nas feiras, ele nos dava apoio nos nossos seminários, com alimentação, com estrutura. O apoio do município começou aí: em 2004 ou 2005.

(Entrevista com Deusdeth Salles, uma coordenadora executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária (FAES) e integrante do EES Movimento Comunitário Mauazinho Alimentação)

Os bons reflexos econômicos do fomento à economia popular foram visíveis não somente em âmbito federal, mas também em âmbito local. Com isso, houve, ainda na primeira metade dos anos 2000, um avanço no acesso dos empreendedores solidários aos apoios da prefeitura. Todavia, ainda não houve uma política diretamente voltada aos mesmos.

O trecho da entrevista de Heloísa Helena abaixo relata que, na gestão de Serafim Corrêa (2005 a 2009), apesar de ter trabalhado a economia popular, mesmo após a primeira aproximação mais incisiva do movimento com os gestores da prefeitura, o principal instrumento de geração de emprego e renda voltado para o micro e pequeno empresariado eram as ações do SEBRAE. Sendo assim, pode-se afirmar que as ações de fomento no campo trabalhista eram privilegiadamente ortodoxas, na medida em que a vertente empreendedora dessa instituição privilegia o “tornar-se empregador” ou o “empreendedorismo individual”<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> O Empreendedor Individual (EI) é a figura jurídica que possibilita a formalização de empreendedores por conta própria, como doceiros, costureiras, artesãos, pipoqueiros. A principal vantagem para os mesmos é o acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. Além do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Para se tornar um EI, é necessário faturar no máximo até R\$ 36.000,00 por ano. O EI também não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Nos termos do art. 18-C da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. Isso quer dizer que um empreendedor individual pode ter um (e somente um) empregado assalariado. Em regra, não pode haver cessão de mão-de-obra (prestação de serviços contínuos dentro do estabelecimento do contratante). Fonte: site [portaldoempreendedor.gov.br](http://portaldoempreendedor.gov.br)



Na prefeitura do Serafim Corrêa houve toda uma aproximação [do movimento de economia solidária] para que isso [a instauração de políticas pública de ecosol] se desse e acabou que houve uma confusão, que eu acho que não foi por ignorância e sim por opção dele trabalhar com o SEBRAE e não com os empreendedores solidários. Ele privilegiou o micro-empresariado formado de forma individual – dentro de uma política do SEBRAE – e não os empreendimentos solidários.  
(Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

Em Manaus, a quebra da ortodoxia no campo da geração de trabalho não ocorreu de forma abrupta, mas aos poucos. O maior passo fora da cadência foi dado em 2009 com a criação do Programa Municipal de Economia Solidária, com ações específicas voltadas para a produção cooperativada e autogestionária.

A quebra de paradigmas da administração local terminou por ampliar o leque de opções do poder público na geração de emprego e renda. Nas palavras do próprio chefe de da divisão de economia solidária de Manaus “ao mesmo tempo o que visa o trabalho e a renda, visa o desenvolvimento social, a organização de associações comunitárias, cooperativas, grupos de produção [...]”.

Sendo assim, o **conteúdo** da política pública de economia solidária é diferente das políticas públicas ortodoxas. São ações buscam corrigir tanto a falta do emprego como propõem-se a gerar um novo capital social, na medida em que a organização interna dos empreendimentos é diferente. Há a primazia do trabalho sobre o capital. Não há divisão de classes na produção – donos e assalariados – todos são sócios e administram o empreendimento em conjunto (autogestão). Esse processo produtivo diferenciado também gera um maior bem-estar dos trabalhadores, devido à maior autonomia e liberdade dos mesmos, além da redistribuição justa dos benefícios gerados. Diferentemente do que resultado das políticas públicas ortodoxas no campo do trabalho, que ratificam e consolidam as relações de mando e subordinação inerentes aos “empregos convencionais” e que tendem a ser cada vez mais polarizadoras.

Logo, a **substância** da política também foi fator influenciador na inclusão dessa alternativa inovadora para a solução de velhos problemas.

---

## ACESSO À INFORMAÇÃO

Acesso à informação também alavanca a disseminação de uma política inovadora. Nesse quesito, ganha ênfase o fator vizinhança ou proximidade a centros que implantaram a política. Todavia, não há outros municípios no estado do Amazonas que tenham implantado programas direcionados a tais empreendimentos. Apesar de Manaus estar acompanhada de outras capitais implantadoras na região norte, o pesquisador ratifica o pioneirismo de Manaus haja vista a grande extensão dessa região brasileira. Estamos falando de mais de 700 quilômetros de distância (em linha reta) entre Manaus e o precursor mais próximo (Porto Velho).

Para averiguar se houve intercâmbio informacional entre Manaus e outras capitais da região norte que implantaram políticas de ecosol, buscamos primeiramente conhecer os programas desses municípios, principalmente o das capitais da região. Para isso, fizemos uso de sistemas de busca da *internet*, consulta aos coordenadores dos fóruns municipal e estadual, bem como à Rede de Gestores.

Verificamos que na região norte brasileira as principais referências no que tange as políticas públicas desse gênero são Porto Velho<sup>49</sup>, capital de Rondônia; em Rio Branco<sup>50</sup>, capital do Acre; e Palmas, capital do Tocantins.

Não se pode deixar de elencar a experiência em Belém do Pará, do Banco do Povo, nome popular pelo qual é conhecido o Fundo Ver-o-Sol<sup>51</sup>. Não é direta e expressamente um programa de economia solidária, mas atende aos empreendedores com esse perfil. É um dos principais programas da prefeitura de local para combater a exclusão, a pobreza e o desemprego no município. Trata-se de uma instituição de microcrédito, que em regra atrela preparação (capacitação) à liberação do recurso. Volta-se a garantir ao pequeno empreendedor, inclusive

---

<sup>49</sup> A Lei nº. 1628, de 27 de outubro de 2005 instituiu a Política Municipal de fomento à Economia Popular e Solidária na Cidade de Porto Velho.

<sup>50</sup> Programa de Fomento à Economia Solidária no Município de Rio Branco foi estabelecido pela Lei 1.702, de 29 de 2008.

<sup>51</sup> O Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol foi criado pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997.

trabalhadores do setor informal e demais segmentos da economia popular, acesso a financiamentos. O modelo tem sido referência para a implantação de bancos populares, especialmente na região norte.

O que mais chama a atenção em Palmas é o fato de já haver inclusão da “economia solidária, criativa e cooperativismo” entre os eixos estratégicos prioritários do governo municipal de Palmas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2008 e 2009. Vale ressaltar que a LDO indica as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, Palmas também possui um Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Solidária – Banco do Povo.

A referência a Porto Velho deve-se principalmente ao fato de que se trata da cidade implantadora mais próxima a Manaus. Sem contar o seu intercâmbio freqüente de bens e pessoas com a capital Amazonense devido aos aspectos logísticos que as interligam.

Os dados acima geram ainda mais curiosidade. Manaus buscou aproximar-se de seus “vizinhos” na delimitação do programa local ou dos centros pioneiros em nível nacional? Ou o acesso à informação se deu por outros meios?

#### Aproximação a outras cidades implantadoras

O fator vizinhança também é responsável pela propagação de informações de todo o gênero. Logo, o acesso à informação sobre políticas públicas de economia solidária também é facilitado quando se está próximo a uma localidade que já as implantou.

Todavia, diferentemente do que acontece em outras localidades, o fator “vizinhança” a outro município implantador pouco influenciou na implantação na capital amazonense. Em Manaus a política de economia solidária veio “de baixo para cima”, isto é, foi uma conquista da sociedade civil organizada. Pode-se afirmar que em Manaus os canais de informação e a articulação do próprio movimento foram mais relevantes do que as experiências já implantadas em outras cidades.

O que não quer dizer que as experiências implantadas em outras cidades não tenham influenciado a delimitação da política em Manaus. O poder público local tem-se aproximado de outras instituições e prefeituras buscando **instrumentos** para integrar a política pública de economia solidária. Assim, no âmbito da prefeitura de Manaus, houve indícios de aproximação dos gestores a outros municípios em duas oportunidades: na delimitação do Banco Comunitário e na delimitação do Centro Público (CP).

O Banco Comunitário vai ser em parceria com uma instituição do Pará. O João Prestes e o Adonay Sabá, que é o diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, estão nessa articulação. (Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

[Na delimitação do programa nos aproximamos] de Osasco. Lá eles têm um Centro Público. Tem outros centros públicos em outros lugares, mas lá em Osasco é referencial. [...] O João Prestes foi várias vezes lá. Conheceu todo mundo... Foi uma experiência fantástica. Porque lá nesse Centro Público você não vai atender só os empreendimentos, você vai atender aquele empreendedor individual, você vai atender a uma associação comunitária, você vai atender a uma escola de samba ou uma escola municipal... Por isso que é Centro Público! [...] Porque você vai atender toda a comunidade. [...] Apesar de ele ter essa característica da economia solidária, mas não vão ser só os empreendimentos que vão ser beneficiados, mas toda a comunidade!

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

O primeiro destaque vai para a resposta de uma das perguntas de pesquisa: **o que foi transferido?**<sup>52</sup> De experiências implantadas em outras localidades buscaram-se **instrumentos** para serem implantados em Manaus. As metas de política, estrutura e conteúdo emergiram das demandas do próprio movimento de economia solidária local.

O segundo destaque vai para a distância geográfica entre as localidades-referência e a localidade receptora. Percebe-se na fala do gestor que Manaus buscou modelos em Belém (PA) e em Osasco (SP), ambos geograficamente distantes da cidade em estudo.

Logo, o fator vizinhança ou proximidade espacial a jurisdições inovadoras – elencado unanimemente pelos acadêmicos como fator de alavancador da

---

<sup>52</sup> Cf. Objetivos Gerais estabelecidos na pág. 32.

disseminação de políticas públicas – não se encaixa nos fatores determinantes no caso de Manaus.

O município em questão encontra-se geograficamente isolado desses centros de informação. Mas essa dificuldade é amenizada pela emergência de redes, como veremos no subtópico a seguir.

### Fóruns, conferências, seminários e redes

O movimento de economia solidária tem-se mostrado bem articulado. Especialmente após a criação da SENAES tem-se multiplicado a emergência de fontes de informação que “alimentam” o próprio movimento, as instituições apoiadoras e o poder público. Há fóruns sobre o tema em todas as instâncias: federal, estadual e municipal. São freqüentes as conferências e seminários ocorrendo na capital manauara a respeito de economia solidária e temas correlatos – como compra justa e sustentabilidade.

Além disso, as redes de informação têm intensificado o trâmite de modelos e novidades nesse campo. Não podemos deixar de citar a *internet* como fonte de informações. A rede mundial de computadores facilitou a articulação do movimento, bem como aproximou as instâncias atuantes na área. Como exemplos empíricos do suporte que a *internet* oferece à disseminação de políticas públicas de economia solidária, citamos o fato de que os gestores públicos locais confirmaram buscar na *internet* informações do que há de mais novo sendo implementado em outros centros e também o fato de que os próprios militantes amazonenses mobilizam-se por meio de grupos de discussão e de emails compartilhados. Essa ferramenta propicia a mobilização rápida dos militantes com o intuito por exemplo de comparecimento a reuniões, de aumentar quórum para deliberações e de exercer pressão política.

Outra rede deveras importante nessa temática é a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. A Rede de Gestores interliga grande parte dos municípios e estados que já implantaram ou estão implantando esse tipo de política

pública. Cada município ou governo estadual indica um titular e suplente, como pontos focais no recebimento de novidades e outras informações a respeito de políticas públicas sobre o tema. Há grupos de discussão sobre a temática, reuniões virtuais e presenciais para deliberações e representações em conselhos. Além de trocarem informações sobre economia solidária, socializam documentos (como projetos e leis implantadas) e recebem informes sobre seminários, fóruns, cursos e palestras de interesse dos membros. Em 2011 já são 140 municípios e governos de Estado conectados por meio dessa rede, com 247 membros cadastrados<sup>53</sup>. A prefeitura de Manaus está conectada a essa rede.

Pode-se também considerar a própria SENAES/MTE como rede de informação que multiplica a implantação de políticas públicas de economia solidária. A existência de uma política nacional sobre o tema orienta o estabelecimento de programas subnacionais na área. A SENAES viabiliza artigos, propaga experiências de sucesso, incentiva o estabelecimento de atividades e projetos por meio da descentralização de recursos diretamente voltados para ações nessa área.

Não se podem olvidar as fontes de acesso à informação do próprio movimento de economia solidária, dado que, conforme observado no tópico anterior, a política implantada veio do movimento e não para ele. Ganham destaque as redes, entidades e órgãos articuladores do próprio movimento, como a ANTEAG<sup>54</sup> e a Unisol Brasil<sup>55</sup>; bem como das ações articuladoras do governo federal como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e o Projeto Brasil Local<sup>56</sup>.

Nota-se, por fim, que a economia solidária passou a ser alvo de políticas públicas em âmbito local à medida que as interferências no campo do trabalho deixam um pouco o vertente da geração de empregos, e passam a focar-se na geração de

---

<sup>53</sup> Fonte: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

<sup>54</sup> Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

<sup>55</sup> União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

<sup>56</sup> Trata-se de um projeto do governo federal, através da SENAES, de articulação e desenvolvimento dos grupos produtivos autogestionários. O projeto Brasil local criou a figura dos Agentes de Desenvolvimento: "Eles são escolhidos pelas próprias comunidades, participam de capacitação em economia solidária oferecida pelo governo federal e atuam como interlocutores dos grupos produtivos". Fonte: SENAES.

novas formas de produção e de geração de renda. Essa mudança de paradigma foi financiada também pelo acesso a informação.

## INCENTIVOS POLÍTICOS

Os autores que elencam os incentivos políticos como fator que propicia ou dificulta a adoção de determinado programa costumam relacionar a oposição entre os atores políticos e seus respectivos partidos com a adoção de uma política (WALKER, 1969; SUGIYAMA, 2004; FARAH, 2005).

Em primeiro lugar, os incentivos políticos estão ligados à repercussão da adoção de um determinado programa, permitindo uma diferenciação positiva do gestor que o implementou de seus opositores. Mais importante ainda, na verdade, é a repercussão eleitoral desse ato.

Após conhecermos um pouco da cidade, seus atores políticos e suas potencialidades econômicas, torna-se possível realizar um paralelo histórico entre o surgimento da economia solidária na cidade e o papel dos prefeitos e secretários responsáveis pela gestão da prefeitura à época. Isso permitirá compreender esse processo e avaliar o quanto os incentivos políticos incentivaram a criação do programa municipal de economia solidária em Manaus.

Os elos de ligação entre as entrevistas realizadas durante a pesquisa nos capacitam a realizar esse trabalho. A primeira convergência notada é que os gestores municipais de Manaus passaram a interessar-se por economia solidária a partir da criação da SENAES. Esse foi o ponto de partida do pesquisador para traçar a conjuntura política da época e suas influências nas ações dos gestores. No entanto, é importante frisar que, mesmo antes da SENAES, o governo federal e instituições não-governamentais já atuavam diretamente nos grupos de economia solidária.

O governo municipal nem sempre atuou diretamente no tema. Mas é possível afirmar, que, de uma forma ou de outra, alguns benefícios de programas

assistenciais ou sociais diversos sempre atingiram direta ou indiretamente os grupos de economia solidária.

[...] Antes todas as ações do governo municipal eram mais voltadas para a assistência social. Não visava à geração de trabalho e renda. Hoje não você tem o lado da assistência, mas você visa à geração de trabalho e renda, a partir da organização da produção e da valorização do indivíduo. (Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

Como dissemos, 2003 foi um ano chave para os empreendimentos, pois no final daquele ano foi criada a SENAES. Na época o prefeito de Manaus era Alfredo Nascimento (1997 a 2004), que renunciou a prefeitura em março de 2004 para assumir o cargo de Ministro dos Transportes do governo Lula. Da criação da SENAES até a sua renúncia, Alfredo Nascimento teve pouco tempo para criar uma política municipal de economia solidária. Seu sucessor, Luís Alberto Carijó assumiu a prefeitura por apenas 9 meses. Logo, também encontrou a mesma restrição.

Mas a discussão a respeito de economia solidária e seus benefícios intrínsecos já ganhava corpo. Assim, nas eleições para prefeito em 2004 o tema já entrou em pauta. Na oportunidade houve até um debate com os candidatos a prefeito a respeito do tema na Superintendência (Delegacia) Regional do Trabalho de Manaus. Os candidatos foram convidados e houve uma mesa de discussão com a presença de integrantes do movimento social e instituições apoiadoras como a Unitrabalho.

O prefeito eleito em 2004, Serafim Corrêa, fez promessas de campanha a respeito da economia solidária. Sobre isso e sua postura a respeito do tema durante sua gestão foram assim comentados:

Na prefeitura do Serafim Corrêa houve toda uma aproximação para que isso se desse e acabou que houve uma confusão, que eu acho que não foi por ignorância e sim por opção dele trabalhar com o SEBRAE e não com os empreendedores solidários. Ele privilegiou o micro-empresariado formado de forma individual - dentro de uma política do SEBRAE - e não os empreendimentos solidários. Ele priorizou trabalhar com os micro-empresários formados pelo SEBRAE. Isso para mim ficou patente. Inclusive, alguns grupos que eram da Unitrabalho, como por exemplo as Mulheres da Compensa, passaram a compor o grupo do SEBRAE. Elas estão hoje no SEBRAE. Elas participam em nível nacional de muitos encontros [do SEBRAE], mas foi um grupo formado por nós [da Unitrabalho]. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)



Terminando a encubação [aproximadamente um ano e meio de encubação], todo mundo saiu e, também através da Universidade, nós começamos a estudar a questão do Fórum Estadual de Economia Solidária. Para isso nós começamos a articular os movimentos sociais, a própria CUT, os sindicatos e também o poder público. [Com isso começamos contato] com a Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/AM), o governo do Estado, a prefeitura – o pessoal do Serafim. [...] No governo [municipal] do Serafim foi um trabalho muito tímido, até porque estava iniciando a questão da economia solidária [no Brasil]. [...] Aí começaram a questão das feiras. Muitas feiras foram criadas em Manaus [...] Foi um bom parceiro, eu diria assim, dentro da questão da economia solidária. Deu bastante visão nesse ponto aí.

(Entrevista com Domício Gamenha, coordenador estadual da Unisol Brasil e membro da cooperativa Conlimp)

Antes nós tínhamos acesso com o antigo governo [municipal], que era do Serafim Corrêa, que, através da SEMDEL, deu pequenos apoios mas não de forma efetiva. Não fazia parte do organograma da prefeitura a economia solidária, como agora faz parte.

(Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Percebe-se, na fala dos representantes das entidades apoiadoras, dos empreendimentos e do poder público, que o gestor Serafim Corrêa, maior expoente da esquerda local, deixou escapar a oportunidade de atuar nos empreendimentos por meio de políticas públicas voltadas diretamente às suas particularidades. Houve, de fato, um apoio a esses empreendimentos, mas não foi criada uma política diretamente voltada a eles.

Por sua vez, o prefeito eleito em 2008, Amazonino Mendes, que acabava de reverter sua trajetória política que se encontrava em declínio a partir dos anos 2000, tratou de resgatar, em sua volta ao poder, as bases populares que tanto o apoiaram em seu apogeu político.

Esse movimento de voltar-se para o “pequeno”, para o povo, para os movimentos sociais, buscando seu apoio, era condizente com a trajetória de início de carreira de Amazonino. Além disso, oferecer apoio ao movimento de economia solidária também geraria ainda mais benefícios políticos ao prefeito eleito. Trata-se das benesses de se realizar as promessas cumpridas parcialmente por seu opositor político – o prefeito anterior, Serafim Corrêa.

Sendo assim, não restam dúvidas dos benefícios eleitorais de se implantar, à época, um programa permanente de economia solidária e que contempla ações de interesse direto e específico desse modo alternativo de produção.

[...] Ele [Amazonino Mendes] ficou aberto a esse diálogo e à implementação por fazer parte dessa coligação da base governista na esfera federal. Ele [Amazonino Mendes] sempre vem aqui conversar comigo. Ele diz que qualquer projeto do governo Lula ele tem interesse em implementar. Foi em cima disso que eles [do movimento social] foram lá conversar.

[...] O Amazonino, por exemplo, que perdeu a eleição na época deve ter pensado “Serafim, agora eu vou fazer o que você não fez, né?”, porque esses meninos do movimento tinham apoiado o Serafim e foram trocados pelo SEBRAE.

(Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

Em segundo lugar, ainda tratando dos incentivos políticos que levaram à implementação do programa de economia solidária em Manaus, há que se escalar a onda adesista a programas de governo do presidente Lula, depois do resultado da eleição para presidente em 2006 e da crescente aprovação do seu governo em pesquisas especializadas<sup>57</sup> realizadas na oportunidade.

## INCENTIVOS FINANCEIROS

Outro fator que incentivou a criação da estrutura burocrática direcionada à economia solidária na prefeitura de Manaus, bem como o programa municipal voltado para o tema, foi a emergência de diversas instituições de fomento descentralizando de recursos para fomento de ações nessa área.

O ente mais importante nesse caso é a SENAES do governo federal, que lança editais e descentraliza recursos para a execução de ações em nível local.

Então nós apresentamos uma proposta [de criação da Divisão de Economia Solidária] e ele gostou. Porque de certa forma não implicaria em muitos recursos. [Dado que] nós temos o programa nacional, então já seria mais fácil.

(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

---

<sup>57</sup>As pesquisas apontaram uma aprovação popular de seu governo de até 87%.

Há ainda instituições financeiras que abrem linhas de crédito específicas para o público alvo do programa, que deixavam de ser captadas pelos solidários devido a uma falta de assessoramento. Com a criação da Divisão de Economia Solidária (DES) os burocratas acessam esses financiamentos por meio de projetos apresentados pela prefeitura, bem como assessoram os solidários a captar esses recursos.

[...] Nós trabalhamos com o recurso direto do orçamento do município e também dos recursos oriundos de projetos junto a instituições financeiras como o Banco do Brasil, Banco da Amazônia, a Suframa.  
(Entrevista Luiz Gonzaga, chefe da Divisão de Economia Solidária da prefeitura de Manaus)

A DES e o programa são uma forma de garantir que o repasse de recursos federais e de instituições financeiras seja captado, aumentando o orçamento da prefeitura para investimentos na área de emprego e renda.

## CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA LOCALIDADE RECEPTORA

Manaus é considerada “o coração da Amazônia”. As questões que tangem a região amazônica são de interesse perene da mídia nacional e internacional. Logo, as interferências positivas ou negativas nesse bioma – seja na esfera ecológica, econômica, social ou política – são notadas por diversos grupos de interesse mundo afora.

As dezenas de grupos e etnias indígenas que vivem na região amazônica e a floresta considerada por muitos “o pulmão do mundo” trazem para Manaus diversos atores interessados em influenciar positivamente a região ou mesmo em promover-se mediante a exposição angariada em ações na região.

No século XXI, a questão da floresta e a sustentabilidade são temas recorrentes nas diversas feiras, eventos, congressos e seminários realizados em Manaus. Sendo um dos esteios da economia solidária a produção e o consumo sustentável, a inclusão do tema entre as ações do poder público local tornar-se-ia relevante em algum momento.

Produção sustentável tem a ver com uma economia que tenha como centro de preocupação a vida (em todos os seus aspectos), o bem estar (dos próprios produtores e da sociedade como um todo), e não apenas o lucro – objetivo único da produção capitalista. Já consumo sustentável ou consciente tem a ver com um compromisso dos cidadãos que consomem com a origem do produto, tratando-o não como uma mercadoria, mas com um olhar mais amplo que alcança a produção. Um olhar que passa a observar, por exemplo, qual o impacto da produção ou o que foi extraído para que aquele bem chegasse às mãos do consumidor.

O elevado valor simbólico da região nesta sociedade conjugado com a característica de responsabilidade social e ambiental da economia solidária é, logo, um dos fatores que confluíram para a introdução de políticas públicas em Manaus voltadas para um modo de produção diferenciado.

## IDEOLOGIA

Tendo em vista que o prefeito Amazonino Mendes não adotou uma fidelidade política ao longo de sua carreira pública, não se pode afirmar que a ideologia do partido político do gestor à época da implantação da política pública em voga – o PTB – tenha influenciado sua ação nesse sentido.

Mas sabe-se que à época da formação das secretarias que compoariam a prefeitura, Amazonino Mendes disponibilizou uma secretaria para o movimento sindical e social. Assim, assumiu a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTRAD) Vital Melo – filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Vital foi sindicalista na região amazônica e ex-dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Dentro da formatação das secretarias do prefeito Amazonino Mendes ele disponibilizou uma secretaria para o PT. O secretário de Trabalho e Renda é alguém do PT, que se chama Vital de alguma coisa [Vital Melo]. Então o Vital, sabedor das políticas do presidente Lula, chamou o movimento ou movimento procurou, eu não sei, e criaram essa gerência [a Divisão de Economia Solidária]. Agora como se deu, eu realmente não participei. (Entrevista com a Profa. Dra. Heloísa Helena, ex-coordenadora da incubadora de empreendimentos da Unitrabalho)

[O atual secretário municipal do trabalho, Vital Melo] trabalhou na Secretaria de Estado do Trabalho [SETRAB, do governo Eduardo Braga (PMDB)] do Estado [do Amazonas] onde exercia um cargo executivo [de diretor administrativo-financeiro da SETRAB]. Ele [enquanto esteve na gestão do Estado] queria transformar em um Centro Público de Economia Solidária um prédio do SINE estatal [...] mas ele teve que se deslocar para esta secretaria [municipal]. [Já] em 2009, quando estava ainda sendo formatada a nova secretaria municipal do trabalho, o atual secretário, Vital Melo, esteve em uma reunião do Fórum de Economia Solidária. [...] A partir daí, ele, que ainda estava amadurecendo a idéia de criar uma divisão de economia solidária, que é uma coisa nova, viu a força do movimento e decidiu criar a divisão de economia solidária no município. (Entrevista com João Prestes, gerente de Qualificação e Pesquisa da Divisão da Economia Solidária e integrante do EES Vila da Felicidade)

Ele [como diretor administrativo-financeiro da SETRAB] é quem disponibilizava todos os recursos e era com ele que a gente mais ia [tratar]. Por exemplo, se precisasse de passagem para outros municípios [para realizar as ações do Fórum Estadual] era ele [o contato]. Foi aí que ele começou a conhecer [a economia solidária]. Ele até começou a estudar a economia solidária. Participou até das reuniões do Fórum. (Entrevista com Deusdeth Salles, uma coordenadora executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária (FAES) e integrante do EES Movimento Comunitário Mauzinho Alimentação)

O núcleo de sentido das três passagens conjuga o incentivo político em se disponibilizar a secretaria do trabalho para o movimento social e sindical (especialmente este) com a ideologia política do secretário do trabalho escolhido. Note que o prefeito poderia ter disponibilizado a secretaria para qualquer outro seguimento social – para os empresários, por exemplo – ou para qualquer outro partido. É importante ressaltar, inclusive, que a coligação partidária do prefeito eleito não inclui o Partido dos Trabalhadores (vide quadro 3 - pág. 56). Como informação adicional, ressalta-se ainda que o PT também não fazia parte da coligação do então governador do Estado do Amazonas, na gestão que Vital Melo vinculava-se ao governo estadual.

Sendo assim, o pesquisador entende que a criação da política pública é também resultado da escolha de um secretário de trabalho identificado com a nova economia. Tal identificação, por sua vez, é facilitada pelas suas experiências profissionais e políticas anteriores e por sua simpatia ou militância com ideais de esquerda. Mais especificamente, estar filiado ao PT facilitou seu contato com a nova economia e fê-lo viabilizar em nível local uma secretaria que encampasse os projetos federais para a economia popular e solidária.

A afirmação do parágrafo acima é corroborada pelo mapa de Bitelman (2008)<sup>58</sup>. Percebe-se na tabela de suporte do mapa de Bitelman que a maioria das localidades implantadoras em 2007 estavam sob a gestão de prefeitos do PT ou faziam parte de uma coligação com o PT.

Logo o pesquisador entende que os gestores municipais petistas, de base petista ou politicamente interessados em apoiar o partido, são mais propensos a implantarem programas, especialmente os programas sociais, criados em âmbito nacional por gestores de tal partido. Nota-se logo, que os incentivos políticos e incentivos ideológicos aqui se fundem.

---

<sup>58</sup> Divulgado nesta dissertação na pág. 34.

## CONCLUSÃO

Há cerca de 20 anos os empreendimentos de economia solidária vêm sendo apoiados e fortalecidos em Manaus. A Universidade Federal do Amazonas e seus instrumentos de interação com a sociedade; entidades federais como a Petrobrás; a Pastoral Operária e a Cáritas Arquidiocesana de Manaus; a CUT (Central Sindical) e outros formam os pioneiros no apoio a esse modelo alternativo de economia e aos sujeitos que nele se inserem.

No início dos anos 90 surge no Brasil o primeiro programa especialmente voltado ao fomento desses empreendimentos na cidade de Porto Alegre. Mas o sucesso do programa ainda não foi o bastante para que a inovação atingisse Manaus.

A emergência de programas federais heterodoxos na criação de emprego e renda e inclusão social tornou os prefeitos de Manaus mais atentos e interessados pela economia popular. Foi um passo importante na caminhada para criação de uma política específica para os solidários no município, mas não foi condição suficiente.

A disseminação de políticas públicas locais de Economia Solidária mostrou-se mais intensa após a criação da SENAES/MTE em 2003. Em Manaus essa iniciativa federal serviu como propulsora do movimento social de economia solidária, que já tinha sua base formada e articulada – por força dos trabalhos de empoderamento dos empreendimentos e de suas lideranças realizado pelos pioneiros apoiadores.

O estímulo federal aguçou a luta do movimento por ter seus interesses assegurados pelo poder público local. Assim como são criadas políticas voltadas para a geração e manutenção de “empregos convencionais”, buscavam também políticas voltadas para esse ideal alternativo de produção. Assim, os quatro prefeitos que geriram Manaus após 2003 foram reiteradamente procurados pelo movimento. Os dois primeiros, Alfredo Nascimento (PL) e Luis Alberto Carijó (PL) tiveram curto espaço de tempo para organizarem políticas especificamente voltadas para os solidários, o que não quer dizer que não houvesse programas, atividades ou projetos que os atingissem, na medida em que sempre houve interesse político em prestar assistência – em maior ou menor grau – a grupos marginalizados em todo o Brasil.

O caso da terceira gestão da capital amazonense pós-SENAES, de Serafim Corrêa (PSB), é emblemática para exemplificar o dado do parágrafo anterior. Serafim foi eleito com o apoio dos movimentos sociais, inclusive o de economia solidária. Em sua administração houve mais ações que atingiram esse público, mas não houve um programa com viés permanente e específico para atender as suas necessidades, e, menos ainda, para lapidar as características próprias que diferem esses empreendimentos de todos os demais.

Foi só na seqüência, na gestão de Amazonino Mendes (PTB), que emergiu o primeiro programa municipal de economia solidária. Dito de outra forma, só em 2009 a política pública de economia solidária disseminou-se para Manaus. A pesquisa mostrou que, além dos fatores já elencados, isto é, além da criação da estrutura institucional federal especialmente voltada para a temática e da emergência de um movimento social empoderado, outro grande fator motivador dessa disseminação foram os incentivos políticos.

Os incentivos políticos de se criar esse programa municipal foram principalmente: atender a um pleito cumprido parcialmente pelo gestor anterior; obter apoio da sociedade civil organizada em sua volta ao poder depois de dois fracassos sucessivos nas urnas, dado que em seu ápice político eram os populares seus maiores aliados; contemplar em sua gestão os programas sociais de um presidente que havia alcançado enorme aprovação de seu governo.

Encontramos ainda os seguintes fatores propagadores da disseminação até Manaus: a concentração de renda e o abismo social existente – problema comum em diversos municípios brasileiros; a autonomia conferida pela CF/88 ao município na formulação de políticas públicas; existência de sujeitos alijados das oportunidades existentes na cidade, como migrantes, senhoras e jovens com pouca formação profissional; a inserção da academia, educadores entre outros, no movimento de economia solidária local; a percepção do fenômeno do desemprego e da pobreza sob uma nova ótica; o conteúdo da política pública de economia solidária e a sua capacidade de sanar ou amenizar antigos problemas do município; a emergência de fóruns, conferências, seminários e redes especializadas no tema; o



fato de Manaus estar localizada na Amazônia e a economia solidária ter como um de seus esteios a produção e o consumo sustentável; a ideologia do secretário do trabalho local.

Deve-se ressaltar a atuação do movimento social na criação e delimitação do programa de economia solidária de Manaus. As redes de informação do próprio movimento amenizaram o problema da distância espacial de Manaus a jurisdições inovadoras. Até mesmo próprios gestores estão diretamente ligados às redes do movimento na medida em que grande parte deles é oriunda do movimento. Além disso, ao movimento também é possível apresentar ao poder público as idéias e boas práticas em outros municípios de que têm ciência por meios dos canais abertos a todos os envolvidos (como os fóruns e plenárias).

A pesquisa revelou que a política manauara de economia solidária veio “de baixo para cima”, isto é, foi uma conquista da sociedade civil organizada. Os militantes do movimento incluíram o tema na agenda de decisão do gestor municipal e, utilizando os canais já conquistados pelo próprio movimento, estão construindo a política pública em conjunto com o poder público – sem abrir mão do seu protagonismo.

A ação do movimento foi determinante, na medida em que, diferentemente do que acontece em outras localidades, a cidade em voga não é geograficamente próxima a outro município implantador. O aqui nomeado fator vizinhança pouco influenciou na implantação na capital amazonense.

Observamos que durante a delimitação dos instrumentos do programa municipal de economia solidária de Manaus, os gestores manauaras aproximaram-se de dois municípios: Osasco (SP) e Belém (PA). A este buscando um modelo para implantação de Bancos Comunitários e àquele para um Centro Público. A maior contribuição dessa pesquisa para o arcabouço teórico de disseminação de políticas públicas refere-se à necessária ampliação da conotação do termo “vizinhança” empregado na teoria. Belém do Pará não é geograficamente próximo de Manaus, mas tornou-se em diversas áreas um “vizinho espacialmente distante”. O avanço das redes logísticas e de informação transformou cidades geograficamente distantes em vizinhas, viabilizando inclusive a disseminação de políticas. Outro destaque e

contribuição dessa pesquisa é a verificação empírica da emergência de Osasco como cidade-referência no campo das políticas públicas de economia solidária.

Fazendo uma conexão com o estudo de Bitelman (2008), cumpre destacar que, de acordo com o estudo da autora, o Centro Público de Economia Solidária de Osasco foi um instrumento que se disseminou da experiência da prefeitura de São Paulo (capital). Logo, o instrumento do Centro Público de Economia Solidária foi disseminado de São Paulo para Osasco, e de Osasco para Manaus. Infere-se assim que Osasco deixou de ser cidade receptora de políticas (no campo em voga) para ser cidade disseminadora.

Acreditamos ainda que, assim que implantado definitivamente em Manaus, o Centro Público de Economia Solidária poderá tornar-se referência para os municípios do interior do Amazonas. Assim, outros pesquisadores poderão continuar a seguir a disseminação desse instrumento. Essa é a primeira contribuição desta pesquisa a outros pesquisadores sobre disseminação de políticas públicas de economia solidária.

Quanto a nossa percepção a respeito da razão de ser da política, encontramos dificuldade em enquadrar o programa implantado como uma política emancipatória, na medida em que não há, por exemplo, instrumentos de capacitação ocupacional ou uma incubadora pública municipal dotada de *know how* direcionado às características inerentes à produção cooperativada e autogestionária. Também não há ainda uma interlocução que estimule o envolvimento de parcela significativa da sociedade com o tema. A interlocução atual restringe-se somente aos participantes diretos dos empreendimentos. Trata-se, portanto, de uma política essencialmente redistributiva, focada no desenvolvimento econômico. O desenvolvimento social fica basicamente por conta das características intrínsecas dos empreendimentos econômicos solidários (discutidas principalmente no capítulo um desta dissertação).

Dadas as circunstâncias de implantação da política já comentadas, avaliamos que a razão de ser do programa de economia solidária do município de Manaus está ligada principalmente à repercussão eleitoral agregada pelo atendimento a uma demanda do movimento.

Resta evidente que a criação da política pública de ecosol no município de Manaus foi principalmente fruto da proposição da sociedade civil empoderada e da benéfica conjectura política de ações em âmbito de economia solidária, em especial na região amazônica.

A título de contribuição de pesquisa, sugere-se também o estabelecimento de estudo visando averiguar a efetividade da política implantada. Verificar se há padrões paternalistas ou neoclientelistas microrreformistas da administração com tal público. A política engloba viés de diminuição gradual da dependência do poder público ou visam perenizar a dominação do poder público sobre os mesmos? Esta dissertação não vislumbrou responder essa pergunta dado que seu enfoque era a disseminação da política pública e não a política em si e sua efetividade.

Ao fim do presente estudo, cabe apontar alguns pontos negativos da política implantada. O nosso primeiro desapontamento veio com a descoberta da perda do município do recurso federal destinado à construção do Centro Público já previsto na LOA de 2010, por motivos não muito bem esclarecidos. A criação do Centro Público alavancaria enormemente a força dos empreendimentos e, por isso, a inércia dos gestores administrativos ou políticos nesse episódio causaram em nós surpresa.

Mas o maior gargalo encontrado foi no campo da amplitude de atuação da prefeitura no que tange a economia solidária. Grande parte de suas ações estão concentradas no Morro da Liberdade e na Comunidade Antônio Aleixo. São de fato comunidades que merecem atenção do poder público, mas acreditamos que o mesmo deveria atuar menos pontualmente, na medida em que há empreendedores solidários nos quatro cantos da cidade. Acreditamos que a prefeitura deveria viabilizar mais ADLs ou pontos de apoio ao empreendedor em diversas outras comunidades de Manaus.

Por fim, traremos nossa contribuição para o debate a respeito da conjugação do poder público com a economia solidária. Percebemos uma simbiose salutar na relação do poder público local com o movimento. O movimento vem ganhando voz e apoio para suas ações e o poder público ganha principalmente o reconhecimento de parcela dos envolvidos por essa atenção dispensada. Discordamos dos companheiros das mais alas libertárias do movimento – defensores da não

intervenção do poder público nas questões da economia solidária. Posicionamo-nos em defesa dessa interferência ou apoio estatal. A economia solidária em Manaus tem crescido muito, fruto também dessa visão do poder público.

Mesmo com um apoio pouco abrangente do poder público, os empreendimentos de ecosol e o movimento ganham mais espaço para se desenvolverem. Esse mesmo movimento social, um pouco mais fortalecido pela política pública implementada, ganha novos adeptos e simpatizantes a cada ano no município, representando uma adição de fôlego a essa crítica ao atual sistema de produção e acumulação.

A disseminação de políticas públicas de economia solidária não é a garantia do fim da perpetuação do aparato produtivo e gestor capitalista, usados para reproduzir socialmente sua ideologia, mas é, antes de tudo, a incisão, no campo político, de um modelo de produção que foi preterido durante séculos. O privilégio absoluto de certos grupos perante o Estado sofreu ligeira fratura, evidenciando a atual necessidade de o Estado também contemplar interesses contra-hegemônicos na formulação de políticas.

Resta destacar que ratificamos nossa crença de que uma nova economia (centrada na valorização do ser humano e não do capital) é realmente possível, caso a economia solidária se alastre pela sociedade. A participação ativa de parcela significativa dos empreendedores solidários manauaras na busca pelos seus interesses é um forte indicador de que essa nova economia realmente tem potencial de transformação social.

Assim, acreditamos que essa nova economia poderá eventualmente ser responsável pela conscientização ativa que viabilizará uma sociedade de iguais.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício Guerrieri. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

ABDALLA, Maurício Guerrieri. **Educar para a cooperação**: A nova racionalidade e as perspectivas para a educação crítica. 2009. 191 f. Tese (Doutorado Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão**: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Rev. Sociologia e Política**, n.24, p. 41-67, 2005.

ANDION, Carolina M. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária**: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. 2007. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BENNETT, Colin. J. Review Article - What Is Policy Convergence And What Causes It. **British Journal of Political Science**, v. 21, p. 215-233, 1991.

BERRY, Francis Stokes; BERRY, William D. State lottery adoptions as policy innovations: an event history analysis. **The American Political Science Review**, v. 84, n. 2, p. 395-415, 1990.

BERRY, Francis Stokes; BERRY, William D. Tax Innovation in the States: Capitalizing on Political Opportunity. **American Journal of Political Science**, v. 36, n.3, p. 715-742, 1992.

BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidades de organização dos excluídos – os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 59-86.

BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: Os casos de São Paulo e Osasco. 2008. 190f.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo/ FGV, São Paulo, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Ciência Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et. al. 2v. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. Imaginação, Imaginário, Reflexão. In: CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999. p. 241-295.

CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto 3*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

COLLIER, David; MESSICK, Richard E. Prerequisites versus diffusion: testing alternative explanations of Social Security adoption. **The American Political Science Review**, v. 69, n. 4, p. 1299-1315, 1975.

CORAGGIO, José Luis. **Economia Urbana: La Perspectiva Popular**. Quito: Ediciones Propuesta, 1998.

CRAIN, Robert L. Fluoridation: Diffusion of an innovation among cities. **Social Forces**, v. 44, n. 4, p. 467-476, 1966.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do Programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André – SP**. 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUNHA, Edite da Penha.; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas Sociais. In: Carvalho, Alysson. *et al.* (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002. p. 11-25.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political Studies**, v. 44, p. 343-357, 1996.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. **Governance: an international journal of policy and administration**, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Dissemination of innovative cases: learning from sub-national programs in Brazil. In: UNDESA AD HOC EXPERT GROUP MEETING on "Approaches and methodologies for the assessment and transfer of best practices in governance and public administration", 2005, Tunisia, **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan030367.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Dissemination of Innovations: Learning from sub-national awards programmes in Brazil. In: ALBERTI, Adriana; BERTUCCI, Guido. (Orgs.). UNDESA. **Innovations in Governance and Public Administration: replicating what works.** New York: UNDESA, 2006a. p. 67-76.

\_\_\_\_\_. Dissemination of local governments policies and programs in Brazil: the contribution of the Public Management and Citizenship Program. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 26., 2006, San Juan, **Anais...** San Juan, LASA, 2006b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível Subnacional de Governo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DE TERRITÓRIOS, 10., 2006, Salvador, **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006c. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Continuidade e disseminação de inovações na gestão pública subnacional no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 12., 2007, Santo Domingo. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<[www.enap.gov.br/downloads/clad\\_marta.pdf](http://www.enap.gov.br/downloads/clad_marta.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **O&S**, v.15, n. 45, p. 107-126, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza.** São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.

\_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 167-189.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAHAM, Erin, SHIPAN, Charles R., VOLDEN, Craig. **The Diffusion of Policy Diffusion Research**. Ohio State University e The University of Michigan, versão preliminar, não publicada, 2008. Disponível em: <<http://psweb.sbs.ohio-state.edu/faculty/cvolden/GSVDiffusionResearch.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

GRAY, Virginia. Innovation in the states: A diffusion study. **The American Political Science Review**, v. 67, n. 4, p. 1174-1185, 1973.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 101-109.

JAMES, Oliver; LODGE, Martin. The limitations of 'Policy Transfer' and 'Lesson Drawing' for public policy research. **Political Studies Review**, v.1, p. 179-193, 2003.

MANOSALVA, Andrés. **Trends in policy transfer in local governments in Brazil**. 2006. 131 f. Dissertação (Master of Arts in Communication Studies/Latin American Studies) - University of Texas, Austin, 2006.

MARTINS, Cláudia Herrero; CRUCIAL, Cristiane Vercesi; ARAÚJO, Evandro José da Cruz. Economia de Comunhão e Economia Solidária: uma distinção de conceitos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

MINTROM, Michael. Policy entrepreneurs and the diffusion of innovation. **American Journal of Political Science**, v. 41, n. 3, p. 738-770, 1997.

NISHIMURA, Sandra Regina. **Grupos de geração de trabalho e renda na construção da economia solidária em Londrina – PR**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

ORTIZ ROCA, Humberto. Las dimensiones moral y humana de la ayuda a la deuda y La cooperación internacional: deuda externa, cooperación internacional y solidaridad económica. In: CONFERENCIA SOBRE LA HUMANIZACIÓN DE LA ECONOMÍA GLOBAL. 2002, Washington DC. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398\\_ortiz\\_humanizacion.pdf](http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398_ortiz_humanizacion.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2010.

PAULICS, Verônica. **Disseminação do Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil (1991-1997)**. 2003. XXX f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/Eaes, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Disseminação de experiência de gestão pública – o caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.34, 2004.



PNUD (ONU). **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010** - Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad, 2010. New York: Editorama, 2010.

PRÉ-DOCUMENTÁRIO Viagem a Mondragón. Direção: David Calderoni. Produção executiva: David Calderoni. Montagem: Cristina Amaral. Youtube, 2008. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/dcalderoni#p/a/u/2/K4jOTKGfXII>>. Acesso em: 20 mai.2010.

PRINCÍPIOS e perspectivas na atualidade - economia solidária. 6ª oficina para inclusão digital. Salvador, Bahia. Youtube, 2008. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=WgXMySBQFSs>>. Acesso em: 21 jun.2010.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-514.

RADAELLI, Claudio M. Policy transfer in the European Union: Institutional isomorphism as a source of legitimacy. **Governance: An International Journal of Policy and Administration**, v. 13, n.1, p. 25-43, 2000.

ROSE, Richard. What is lesson drawing? **Journal of Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, p. 509-527, 1979.

RUA, Maria das Graças. Análise das Políticas Públicas: conceitos básicos. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos (excerto). Rio de Janeiro, s/d. 18p.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?**. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/Eaes, São Paulo, 2007.

SILVA, Naiara Tavares da; WEBERING, Susana Iglesias. Políticas Públicas de Economia Solidária em Nova Iguaçu e Municípios Vizinhos. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2008. 1 CD-ROM.

SIMMONS, Beth A.; ELKINS, Zachary. The globalization of liberalization: Policy diffusion in the international political economy. **The American Political Science Review**, v. 98, n. 1, p. 171-189, 2004.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 81-129.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, p. 9-16, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 16, p. 20-45, 2006.

STARR, Harvey. Democratic dominoes: Diffusion approaches to the spread of democracy in the international system. **Journal of Conflict Resolution**, v. 35, n. 2, p. 356-381, 1991.

SUGIYAMA, Natasha Borges. Political Incentives, Ideology and Social Networks: The diffusion of social policy in Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 25., 2004, Las Vegas, **Anais...** Las Vegas, LASA, 2004. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Ideology & networks: social policy diffusion in decentralized Brazil. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 26., 2006, San Juan, **Anais...** San Juan, LASA, 2006. 1 CD-ROM.

VERMUNT, Jeroen K.; MOORS, Guy. Event history analysis. In: EVERITT, Brian; HOWELL, David (Orgs.). **Encyclopedia of Statistics in Behavioral Science**. Wiley: Chichester, 2005. p. 568–575.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

WALKER, Jack L. The Diffusion of Innovations Among the American States. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 3, p. 880-899, 1969.

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. The spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government. **Journal of Latin American Urban Studies**, v. 7, p. 37-52, 2006.

WEBERING, Susana Iglesias. Uma Justificativa Crítica pela Economia Solidária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

WEYLAND, Kurt G. Theories of policy diffusion: Lessons from Latin American pension reform. **World Politics**, v. 57, n. 2, p. 262-295, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICES

## Apêndice A - Relação dos textos mais citados em artigos sobre economia solidária.

Relação dos textos citados mais de três vezes nos anais do EnANPAD entre os anos de 2003 a 2008 em artigos que tratam do tema economia solidária.

Texto	Qty de citações	Tipo de Literatura
ANDION, Carolina M. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 25., 2001, Campinas. <b>Anais...</b> Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.	5	Artigo apresentado em evento
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. <b>Bahia análise e dados</b> , Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.	5	Artigo em revista técnica
MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários. <b>Bahia análise e dados</b> , Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2002.	5	Artigo em revista técnica
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 26., 2002, Salvador. <b>Anais...</b> Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.	4	Artigo apresentado em evento
SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; FRANÇA FILHO, Genauto C. Fato associativo e economia solidária: a experiência do banco palmas no Ceará. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. <b>Anais...</b> Salvador, 2003.1 CD-ROM.	4	Artigo apresentado em evento
FRANÇA FILHO, G. C. A temática da economia solidária e suas implicações para o campo dos estudos organizacionais. <b>Revista de Administração Pública</b> , Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, 2003.	3	Artigo em revista técnica
FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. <b>Revista Organizações &amp; Sociedade</b> , Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999.	3	Artigo em revista técnica
CULTI, M.N. <b>O cooperativismo popular no Brasil</b> : importância e representatividade. Ecosol, 2007. Disponível em: < <a href="http://www.ecosol.org.br/txt/txt/coopop.pdf">www.ecosol.org.br/txt/txt/coopop.pdf</a> > Acesso em: 28 mar. 2010.	3	Artigo
MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 28., 2004, Porto Alegre. <b>Anais...</b> Porto Alegre: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.	3	Artigo apresentado em evento
GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. <b>Revista de Administração de Empresas</b> , São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.	3	Artigo em revista técnica
SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). <b>A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego</b> . São Paulo: Contexto, 2000.	34	Livro
SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). <b>A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego</b> . São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-30.	10	Capítulo de Livro
KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). <b>Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia</b> . Petrópolis: Vozes, 2000.	16	Livro
GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). <b>Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia</b> . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 167-189.	6	Capítulo de Livro
SINGER, Paul. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). <b>Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia</b> . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 146-161.	3	Capítulo de Livro
CATTANI, Antonio David (Org.). <b>A outra economia</b> . Porto Alegre: Editora Veraz, 2003.	14	Livro
SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). <b>A outra economia</b> . Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.	4	Capítulo de Livro

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). <b>A outra economia</b> . Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.	4	Capítulo de Livro
SINGER, Paul. <b>Introdução à economia solidária</b> . 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.	12	Livro
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). <b>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-514.	11	Livro
SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGEZ, César. <b>Introdução: para ampliar o cânone da produção</b> . In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). <b>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.	3	Capítulo de livro
SINGER, Paul. <b>A recente ressurreição da economia solidária no Brasil</b> . In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). <b>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 81-129.	3	Capítulo de livro
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. <b>Economia solidária: uma abordagem internacional</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2004.	10	Livro
GAIGER, Luiz Inácio. <b>Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?</b> In: _____ (Org.). <b>Formas de combate e de resistência à pobreza</b> . São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.	9	Capítulo de livro
POLANYI, K. <b>A grande transformação</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.	5	Livro
TENÓRIO, Fernando G. <b>Tem razão a administração?</b> Ensaio de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.	5	Livro
PINHO, D. B. <b>O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro</b> . São Paulo: CNPq, 1977, 272 p.	4	Livro
RAMOS, Alberto Guerreiro. <b>A nova ciência das organizações</b> . Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed, 1989, 207 p.	4	Livro
MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. <b>Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon</b> . São Paulo: Brasiliense, 1981.	4	Livro
VENOSA, R (Org.). <b>Participação e participações: ensaios sobre autogestão</b> . São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 21-60.	3	Livro
FARIA, José Henrique de. <b>Relações de Poder e formas de Gestão</b> . Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.	3	Livro
FERNANDES, R. C. <b>Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina</b> . Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.	3	Livro
MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). <b>Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto</b> . Fortaleza: Lamparina, 2003.	3	Livro
PINHO, D. <b>A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas</b> . São Paulo: Cooperativa, v.2, 1982.	3	Livro
SINGER, Paul. <b>Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas</b> . 4. São Paulo: Contexto, 2000. 139 p.	3	Livro
SILVA JÚNIOR, J.T. <b>Gestão, fato associativo &amp; economia solidária: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas</b> , 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.	3	Dissertação de Mestrado em Administração
YIN, Robert K. <b>Estudo de caso: planejamento e métodos</b> . Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.	7	Livro
CASTELLS, M. <b>A Sociedade em Rede</b> . São Paulo: Paz e Terra, 1999.	4	Livro
SANTOS, Milton. <b>Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal</b> . Rio de Janeiro: Record, 2001.	3	Livro